

ENTRE OS RIOS, A SERRA E O MORAR:

**Discussões sobre desenho urbano
na zona norte de São Paulo**

Universidade de São Paulo | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Hudynne Helena Guimarães Lima
Trabalho Final de Graduação



ENTRE OS RIOS, A SERRA E O MORAR:

Discussões sobre desenho urbano
na zona norte de São Paulo

Hudynne Helena Guimarães Lima

Trabalho Final de Graduação apresentado à
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Orientação:

Professora Dra. Maria Beatriz Cruz Rufino

São Paulo.

01º semestre/2020

AGRADECIMENTOS

É impossível começar esses agradecimentos sem colocar meus pais em primeiro lugar, foram anos desejando chegar esse momento. Liliane e Dirceu, esse TFG hoje só existe por conta de todos os caminhos que vocês sonharam comigo. Meu eterno amor e gratidão por todo apoio, incentivo e luta que vocês empenharam. Obrigada por me ensinarem a ter força e teimosia. Minha gratidão também a meus irmãos, Hyasmine e Philipe, que me propiciariam todas as vantagens e desvantagens em ser a irmã do meio. Eu amo muito vocês todos.

Às professoras Catharina Pinheiro, Karina Leitão, Luciana Royer e ao professor Eugenio Queiroga, agradeço todas as gentis oportunidades em que ofereceram a possibilidade de conversar, pesquisar, discutir e vislumbrar formas de conhecimento e produção acadêmica onde as paisagens transcendem o hegemônico. Um enorme e especial agradecimento à minha orientadora, Beatriz Rufino, que tantas vezes me incentivou, provocou e auxiliou em toda essa jornada, mas principalmente nessa reta final, desde as robustas bases teóricas até os conselhos mais leves e simples.

À Sueli, à Noêmia e ao Fernando, não posso deixar de agradecer por terem contribuído diretamente na minha formação enquanto estudante de arquitetura e moradora da zona norte, mostrando como o espaço universitário é um vazio quando não ele se engaja e não se dispõe a aprender com aqueles que verdadeiramente vivenciam o que é o espaço habitado.

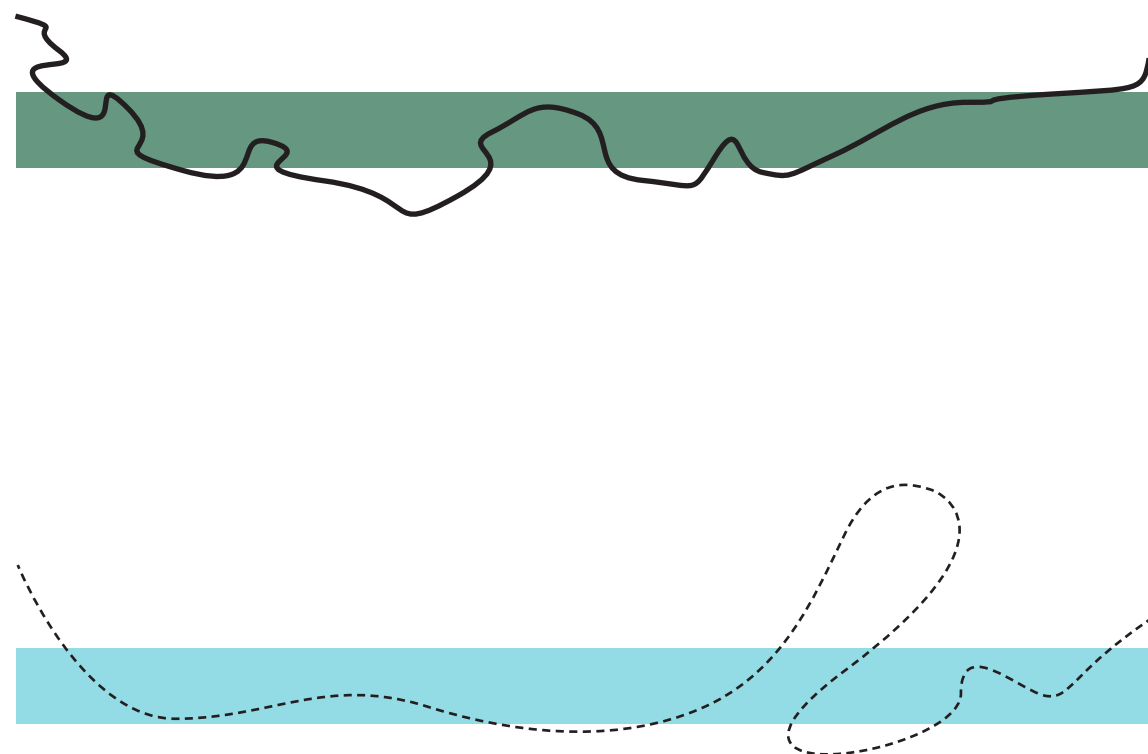
Ao GFAU e ao Cursinhola, essas duas entidades que tão centralmente me fortaleceram para enfrentar a FAU e disputar esse espaço, agradeço todas as experiências e potências que me mostraram, inclusive, sobre mim mesma.

À Luisa Mota e à Bia Mendes, agradeço por todos os caminhos que construímos juntas na FAU, com tantas memórias de apoio, solidariedade e compreensão. A elas, mas também, à Ana Cristina, à Babi e ao Evandro, meu agradecimento pelos momentos de desabafo e acolhimento sobre os perrengues que a vida impõe, bem como pelas nossas reflexões sobre produzir um conhecimento contra elite estando em um dos seus espaços mais emblemáticos. Ao Artur, Thais, Debs, Mateus, e tantos outros amigos queridos, meu agradecimento por toda amizade e carinho que alegrou meus dias na FAU, especialmente pelas discussões sem sentido.

Por fim, agradeço ao Filipe que esteve comigo ao longo de toda a trajetória universitária, e, inclusive, antes dela ainda, com quem pude compartilhar todas as angústias, anseios e vitórias envolvidas nessa estranha loucura que é sair do ensino público e enfrentar o ensino superior com todas as limitações e revezes. Tenho muito orgulho de ti e agradeço por trilhar esses passos todos comigo, te amo!

SUMÁRIO

- 1. INTRODUÇÃO6
- 2.PARTE 1 – CONTEXTOS:
 - A ZONA NORTE COMO ESPAÇO EM DEBATE12
 - 2.1. Um mosaico de paisagens e percursos da zona norte 12
 - 2.2. Costuras: intervenções sobre o rio 50
 - 2.3. Ocupação rumo à Serra da Cantareira 68
 - 2.4. Percursos pelo urbanismo contemporâneo: As novas costuras sobre o Rio como objeto do planejamento urbano e dos interesses imobiliário- financeiros 82
- 3.PARTE 2 – ENSAIOS:
 - PERSPECTIVAS DE DESENHO URBANO 102
 - 3.1. Camadas intermediárias do espaço e no desenho urbano 102
 - 3.2. Processos no desenho urbano e o valor de uso 112
 - 3.3. Direito à paisagem como projeto de desenho urbano 122
 - 3.4. Usos no espaço: consagrados, desejos e disputas 124
 - 3.5. Um breve estudo de desenho urbano a partir da Casa Verde e do Sambódromo 131
- 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS 167
- 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 169



1. INTRODUÇÃO

São Paulo é uma cidade com uma vasta historiografia urbana pautada em uma leitura de urbanização radial, onde se discorre comumente sobre a inserção colonial da cidade e sua expansão urbana periférica crescente. O centro histórico da cidade, reconhecido geograficamente e popularmente como tal, é foco de inúmeros trabalhos e seus bairros apresentam hoje uma diversidade de equipamentos culturais e de patrimônios históricos que são evidências desse passado. Além do centro histórico, a compreensão de um centro financeiro dentro da cidade levou muitos geógrafos, historiadores e urbanistas a uma vasta produção acadêmica em torno das dinâmicas espaciais sobre os lugares de maior transformação, relevância e intensidade econômica. O conhecimento produzido pelas pesquisas em torno dos centros históricos e financeiros da cidade possuem sua relevância na compreensão dos processos sociais que se desenvolveram na cidade, no entanto, o foco sobre essas áreas e o tratamento dado às demais regiões como meras situações de periferia em expansão levam ao equívoco de ler esses territórios como homogêneos e que, por sua vez, demandam soluções iguais e típicas entre si.

Em situações em que são difundidos dados e imagens muito impactantes de vulnerabilidade ou violência sobre determinados lugares, alguns bairros são destacados dentro dessa homogeneidade, assim, o panorama da cidade se forma em torno das áreas consideradas históricas (do ponto de vista formal), áreas de poderio financeiro e áreas de “degradação”. Ao resto da cidade, onde não se enquadram situações de polarização, valem as leituras generalizantes e homogêneas, referenciadas em um padrão centro-periferia.

Essa visão não é suficiente para abarcar a imensidade de questões envolvidas no processo de urbanização de São Paulo. As especificidades regionais mostram-se cada vez mais relevantes de estudo e compreensão dentro de contextos que visam o enfrentamento das desigualdades no contexto urbano. Dado que o fenômeno urbano é uma forma de espacialização de um processo de produção capitalista, o estudo das diversas paisagens urbanas é fundamental para aprofundar as articulações e questões que esse processo reflete na constituição de ruas, bairros, regiões e de modos de apropriação do urbano e, inclusive, nos espaços onde há a transição entre paisagens ou a transformação delas. Se existe

a pretensão de que um projeto de arquitetura ou urbanismo se oponha aos processos de desigualdades expostas no meio urbano, é necessário que o embasamento desse projeto não parta apenas do aspecto técnico-funcional, mas que ele coloque como centro de sua discussão as contradições presentes no espaço urbano.

Visando discutir as possibilidades de transformação do desenho urbano a partir da problematização do que se comumente consideram espaços homogêneos da cidade, esta pesquisa elege como método o estudo de caso das dinâmicas de formação e transformação da Zona Norte. Com base na compreensão mais ampla de seus processos urbanos e dos instrumentos postos pela urbanização contemporânea, procurando desenvolver reflexões para a base de elaboração de projetos de desenho urbano bem como propor um pequeno ensaio crítico de desenho urbano para um espaço paradigmático da região estudada - o Sambódromo.

A história da zona norte de São Paulo pode ser contada a partir das fronteiras geográficas, dos deslocamentos da população, do processo de transformação das formas de morar, da composição cultural e etnográfica da região, bem como por outras tantas temáticas sociais, políticas, ambientais ou econômicas. Todas essas formas de análise da formação da região promovem debates para a construção de um panorama complexo sobre paisagem e urbanismo.

Compreender a paisagem é imergir nos significados que a morfologia urbana construiu entre a racionalidade do modo de produção capitalista e os hábitos da população que se alinham ou se defrontam com ele. A zona norte é conformada hoje entre o Rio Tietê e a Serra da Cantareira, sendo permeada por rios que nascem na serra e desaguam no rio, desenhando a topografia da região em sequências de vales e morros. Essa configuração espacial somada às formas de ocupação da população sobre esse espaço inserem a zona norte como um objeto de estudo que é fonte permanente de questões para o urbanismo, enquanto disciplina, aprofundar como a relação entre habitação, ambiente e economia se desenvolve no meio urbano em um emaranhado de situações que ressignificam os espaços e o disputam. Nessas disputas, coexistem situações de predomínio da produção dominante e formas de apropriação que fogem a essa regra, e, essas situações, se chocam e se transformam.

Na expectativa de promover uma discussão sobre a compreensão da paisagem urbana e debater as ferramentas de projeto atualmente disponíveis à população, o presente trabalho apresenta questões que permeiam a história da zona norte e que podem servir de estímulo para que análises sejam continuamente desenvolvidas sobre os lugares dito “mediócras” da cidade.

O trabalho organiza-se duas partes. A primeira foca na exposição dos contextos que levaram a formação urbana da zona norte, apresentando o mosaico de situações que podem ser observadas nesse espaço e refletindo formas de leitura dentro do contexto de São Paulo, além disso, busca-se ainda nessa parte indicar os instrumentos de planejamento urbano existentes para região, de modo a tecer uma crítica sobre a relação desses instrumentos com o espaço analisado. Na segunda parte do trabalho, propõe-se uma série de reflexões em caráter de ensaios a fim de esboçar formas de desenho urbano e diretrizes para a proposição de projetos que se baseiam antes no valor de uso dos espaços do que em seu valor de troca, fazendo uma gradativa aproximação de escala dessas reflexões até incidir em um estudo de desenho urbano para uma área no entorno do Sambódromo do Anhembi, equipamento que possui condições de uso e entorno que permeiam muitas das questões expostas sobre a formação da zona norte.

“Discussões sobre desenho urbano na zona norte de São Paulo” é um subtítulo que busca evocar a necessidade de revisar as formas pelas quais se discute o projeto na escala urbana. Diferentemente do planejamento ou do projeto urbano, o desenho urbano desenvolve um pensamento projetual articulando paisagismo e urbanismo, demonstrando a importância de projetar a partir da leitura de diversas escalas sobre um espaço, onde se vislumbra desde os contextos macros até as relações do cotidiano e de afetividade da paisagem, de modo que o projeto de desenho urbano não pode ser feito nem somente no plano, nem apenas pelo purismo da técnica. Nesse sentido, muito mais do que apresentar uma forma acabada de desenho urbano para a zona norte, esse trabalho é uma contribuição para o desenvolvimento de uma crítica sobre como são desenvolvidos os atuais instrumentos de planejamento urbano e, além disso, abordar a zona norte é uma forma de demonstrar como essas temáticas podem aparecer no meio acadêmico a partir do aprofundamento sobre a formação dos territórios que estão além da história narrada e reconhecida formalmente – uma

visão elitista que, infelizmente, se repete constantemente no meio acadêmico da arquitetura e do urbanismo.

Os principais autores que inspiram esse trabalho são Milton Santos, Odette Seabra e Cecília Maria de Moraes Machado Angileli. Enquanto Seabra e Angileli motivam a formação de um olhar sobre a constituição da paisagem da zona norte e trazem com detalhamento as relações de produção e apropriação sobre esse lugar, Milton Santos promove o necessário aprofundamento conceitual sobre as relações de produção do espaço que são enfatizadas aqui. Articulando esses autores é possível fazer uma leitura do espaço em um debate que atravessa a sua produção e a sua apropriação, isto é, a partir de chaves que são essenciais enquanto bases de um projeto crítico. Destaca-se preliminarmente um dos conceitos mais utilizados para a avaliação crítica que se propõe: a socialização do capital. Esse conceito, discutido e debatido por muitos teóricos do campo da geografia, sendo o caso inclusive de Seabra e Santos, parte da leitura do fenômeno urbano enquanto uma forma espacial essencialmente fundamentada na produção capitalista, e, por isso, a leitura crítica sobre o espaço urbano precisa compreender os elementos que compõem esse espaço enquanto um sistema de objetos e ações que se articula com a finalidade da reprodução capitalista pelo espaço.

A crítica no campo da arquitetura e do urbanismo não pode ser vista como aquilo que enrijece e restringe a criatividade do profissional, pelo contrário, deve ser aquilo que reposiciona, fomenta e reconhece outras possibilidades de projeto além das predominantemente reproduzidas sobre o espaço. Assim, esse trabalho é, de certo modo, um ensaio que objetiva incentivar a produção de conhecimentos sobre todos os lugares da cidade para que esses saberes possam provocar novas formas de projetar e de promover o direito à paisagem.

2. PARTE 1 – CONTEXTOS: A ZONA NORTE COMO ESPAÇO EM DEBATE

2.1. Um mosaico de paisagens e percursos da zona norte

Quando o repicar dos tamborins
Anunciar: É carnaval, carnaval, carnaval
E a nossa escola querida
Descendo a rua Zilda
Num cortejo magistral
E a nossa comunidade
Como uma irmandade
Exaltando um feito sensacional

Peruche é, não leve a mal
A grande campeã do carnaval

“Repicar dos Tamborins” - Samba-Exaltação da GRCES Unidos do Peruche (1956)

É um fato que os limites administrativos não são mais que limites imaginários e que certas noções de organização espacial dependem de contextos sociais e políticos. O que hoje se identifica como zona norte de São Paulo é diferente do que era a porção norte dessa cidade quando sua imagem de espaço urbano ainda se encontrava limitada aos vales do Anhangabaú e do Tamanduateí. Em dado momento, o limite norte da “cidade” foi o bairro da Luz, em outro período, o Bom Retiro, um dia o rio Tietê pareceu intransponível, mas ao norte dele terras foram sendo progressivamente exploradas e ocupadas ao longo da história de consolidação desse território grafado como São Paulo - que conhecemos hoje.

A zona norte pode ser lida como uma paisagem composta por camadas muito diversas da origem de sua população, mesmo que não seja precisamente possível determinar todos os momentos em que se produz cada situação de ocupação da região, é fundamental analisar o mosaico populacional que está presente ali, com narrativas diversas articuladas com a história de São Paulo

(município e Estado). É necessário destacar, que essa não é a história da zona norte, essa é a história de São Paulo contada a partir da zona norte como espaço de análise.

Nessa chave de discussão, duas autoras que levam à leitura da história de São Paulo através do espaço da zona norte e articulam o processo de urbanização desse espaço com os elementos naturais presentes e imponentes nele, são Odette Seabra e Cecília Angileli. Em seu livro “Os meandros dos rios nos meandros do poder”, Seabra (2015) expõe as relações da transformação urbana através dos rios de São Paulo e, nesse caso, interessa especialmente sua exposição quanto às intervenções urbanas sobre o rio Tietê, enquanto isso, Angileli (2014) em “Paisagens reveladas no cotidiano da periferia” traz uma abordagem focada nas paisagens que permeiam a expansão urbana junto à Serra da Cantareira em uma leitura que articula a análise urbana da região em sincronia com a constituição de relações de apropriação ou de estigmas presentes de maneiras diversas pela população. O Rio Tietê e a Serra da Cantareira são limites naturais indispensáveis para a compreensão da paisagem da zona norte, e são elementos tão monumentais na conformação urbana de São Paulo que poucas regiões da cidade são tão nitidamente distintas como a zona norte. Por isso, são dedicados tópicos desse trabalho com ênfase neles. Contudo, antes de aprofundar as relações com a serra e com o rio, propõe-se a exposição de um mosaico de paisagens e percursos relacionados à zona norte.

Santana e Freguesia do Ó são regiões comumente vistas como aquelas que possuem a ocupação mais antiga da Zona Norte, nessas terras encontravam-se – e pode-se indicar que ainda se encontram – as populações com as melhores condições de vida em comparação ao restante da zona norte. Entretanto, em uma São Paulo pautada pelo glamour dos bairros centrais entre o final do século XIX e início do século XX, “Sant’anna” e “Nossa Senhora do Ó” não passavam de terras de caipiras e de camadas marginalizadas. Algumas famílias mais abastadas chegaram a habitar esses locais com a expectativa de uma vida de subúrbio em contraposição ao centro. Outras famílias se instalaram, especialmente em Santana, devido a Trainway Cantareira, elemento de infraestrutura consideravelmente influente na expansão urbana porção nordeste. Cabe destacar que em comparação à Freguesia do Ó, o núcleo de Santana se constituiu mais distante das margens do Tietê e sua ligação com o centro se dava por meio da então “Ponte Grande”, atual Ponte das Bandeiras. Na Freguesia do Ó, o Largo da

Matriz concentra até hoje uma quantidade significativa de elementos históricos comparados ao restante da zona norte, visto a formação da região como relevante eixo de entrada aos vários bairros da zona norte. Esses breves elementos colocam essas localidades em uma posição de melhores condições, porém, ainda assim, eram terras do além-Tietê.

As terras do “além-Tietê” foram ocupadas inicialmente pelas camadas mais pobres da população, que na impossibilidade de residência nas regiões centrais, encontravam na travessia do Rio Tietê – e, inclusive, sobre suas margens e várzeas – a possibilidade de habitação. Essa relação com o rio, vista também em outras regiões de São Paulo como no caso de alguns bairros do entorno dos rios Tamanduateí, Pinheiros ou Saracura que também tiveram a ocupação de seus vales inicialmente marcadas por populações marginalizadas. Esse aspecto evoca para a história da zona norte uma permanente história de migrações internas e transitoriedades, processo que é persistente até hoje. O outro lado do rio, a zona norte, constituiu-se em um mosaico populacional motivado em sua essência por essas migrações, que ora podem ser lidas como relacionadas às dinâmicas do Brasil, ora relacionadas às dinâmicas de São Paulo e ora relacionadas às dinâmicas da própria zona norte.

Além do Rio Tietê, as relações com os outros rios que correm pela região também contam parte dessas histórias de constituição da região. Todo o conjunto de rios e córregos que permeiam a região se organizam de acordo com a topografia da bacia do Tietê, eles formam um sistema hídrico que percorre longitudinalmente a zona norte tendo nascentes na Serra da Cantareira e desaguardo no Tietê. Entre vales e os morros desenhados pela topografia, relações de percursos e de ocupação se estabeleceram. Na transformação urbana da cidade com o complexo viário rodoviarista, os principais vales serviram de espaço para construção de grandes avenidas, e reforçando o fluxo longitudinal, essas vias se articulam com as pontes que atravessam o Tietê. Entre os percursos das grandes avenidas e os miolos de bairros conformados com ladeiras e mirante, se instalam muitas memórias.

Figura 01.
Centro de Santana ao norte do terminal de
ônibus (Ortofoto de 2017 - Geosampa)

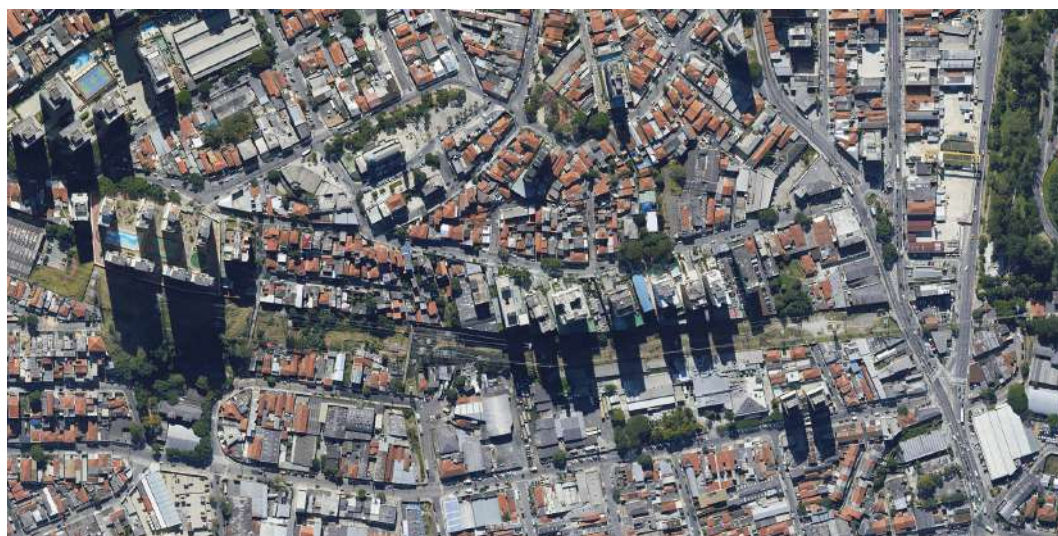


Figura 02.
Entorno do centro da Freguesia do Ó junto ao Largo da Matriz e linhão que
corta a região (Ortofoto de 2017 - Geosampa)

A música citada ao início do capítulo corresponde ao chamado “Samba Exaltação” da famosa e tradicional escola de samba Unidos do Peruche (Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Unidos do Peruche) e cita a rua Zilda, localizada no bairro da Casa Verde Alta, conhecido antigamente como Morro do Chapéu. Essa rua faz parte da memória da escola por ter abrigado muitos de seus eventos culturais e estar no caminho das diversas sedes que a escola teve. Atualmente, essa é uma das ruas mais relevantes para o comércio da região e é popularmente conhecida também por concentrar muitos imigrantes bolivianos – inclusive, estes com grande atuação justamente no intenso comércio existente no local, de modo que muitas lojas e serviços são oferecidos por essa população, marcando o idioma nas fachadas dos imóveis, inclusive. A rua Zilda conecta a Casa Verde Alta com a Casa Verde Baixa passando pelo Parque Peruche. A sede atual da Unidos do Peruche não fica no Peruche, como na sua origem, nem se encontra também na Casa Verde Alta onde já esteve instalada por anos, ela se localiza entre o bairro da Casa Verde Baixa e o Jardim das Laranjeiras, e é vizinha da sua co-irmã e, também tradicional escola de samba, Mocidade Alegre (Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Mocidade Alegre) – essa não se originou na zona norte, teve sedes e pontos de encontro na Vila Mariana e na Pompeia, porém, se instalou por um tempo na avenida Casa Verde e tornou-se conhecida como escola do bairro do Limão. É certo que a terminologia de “bairro” já fora defendida como aquela que não tem uma demarcação precisa, mas que varia conforme percepções e relações da população, dessa forma, essa dificuldade de demarcação torna-se peculiarmente provocativa quando se fala nessas relações entre as regiões do Limão e da Casa Verde. As ruas e os bairros se articulam de maneiras diversas no tecido urbano, de modo que as fronteiras entre bairros se misturam de forma muito mais orgânica do que meras divisões em mapa, e orgânica também é a imagem da rua Zilda, que se mistura na história do samba, que se mistura com a imagem do comércio e da presente população boliviana.

Destaca-se o trabalho de Xavier (2010) quanto à apropriação da população boliviana nessa região que tangencia toda a conformação de classes intermediárias presentes nesse lugar:

A principal característica dessa área é a mistura, o uso misto do espaço urbano. Entre fábricas, favelas, casas de classe-média, comércios grande e pequenos – de bancos a botecos ou barraquinha de “geladinho” no portão de

casa – encontram-se as oficinas e as residências de muitos bolivianos que habitam essa parte específica do bairro. [...]

Quanto mais nos afastamos da avenida e mais subimos a rua, mais residencial fica a Zilda e seu entorno, ainda que entre as casas possamos ver diversos equipamentos públicos (escolas, posto de saúde e mais comércios). As casas da região se dividem entre novas – algumas mais pobres como cortiços e auto-construções precárias, em geral em loteamentos provavelmente irregulares pelo tipo de ocupação) e outras mais ricas (sobrados bem pintados com grandes portões de metal que “vedam” a frente das casas, carros na garagem, em lotes bem definidos e padronizados) – e antigas (casas térreas, pequenas, de parede caiada, que não usam todo o espaço do terreno, com jardim). Assim, o cenário mistura um padrão de classe média com de baixa renda. [...]

Nessa primeira conversa, a boliviana oriunda de El Alto, disse que já vivia no bairro há dez anos, tem três filhos e costura em casa, com o marido, para um padrão coreano – uma história típica. Ao longo do relato em torno de suas atividades cotidianas, fica claro que mantém com esse espaço uma forte relação de vizinhança baseada tanto na proximidade e na identificação com o lugar descrito como “tranquilo”, “agradável”, onde se “sente em casa”, como na presença de vários companheiros bolivianos de bairro

Xavier, Iara Rolnik. “Projeto migratório e espaço – Os migrantes bolivianos na Região Metropolitana de São Paulo” (2010). Páginas 129 e 130.

Enquanto isso, a relação do samba na zona norte por si só abre uma série de histórias e panoramas culturais da região, e isso se reflete no carnaval paulistano, onde a zona norte é aquela que contém mais escolas de samba nos grupos Especial, Acesso I e Acesso II da Liga Independente das Escolas de Samba de São Paulo (LIGA SP). Na região da Casa Verde e do Limão, além da Unidos do Peruche e da Mocidade Alegre, escolas como a Morro de Casa de Verde e Império de Casa Verde se destacam. Localizada hoje na Freguesia do Ó, porém, originária da Brasilândia, a escola de samba Rosas de Ouro atrai público de toda a cidade. Do lado nordeste, há a presença das escolas Unidos de Vila Maria, Acadêmicos do Tucuruvi e X9-Paulistana.

Mencionar o samba como um dos primeiros temas a contar memórias e percursos sobre a zona norte não se faz de maneira arbitrária. Por trás da imagem do samba, que é um elemento visível quando se fala dessa região, se observam camadas da memória da população negra presentes em toda a zona norte. Os

processos de espoliação urbana enquanto formas sociais não só de expulsão da população mais pobre mas também como reprodução do racismo presente na sociedade pós-abolição, levaram ao deslocamento da população negra das regiões mais centrais da cidade, como do tradicional bairro do Bixiga – berço da escola de samba Vai-Vai, uma das simbólicas em termos de resistência da população negra – ao Parque Peruche, por exemplo, que foi constituído a partir de parte dessa população. Porém, na formação do Parque Peruche, não há só a história da espoliação urbana, há também uma memória de resistência da população negra, conforme indica Maria Gabriela Feitosa dos Santos (2018):

Nessa altura, a população negra já se encontrava organizada socialmente em torno de uma imprensa negra, que se colocava como órgão de protesto⁹, e de um órgão político, a *Frente Negra Brasileira* (FNB). Esses órgãos do movimento negro buscavam ser um meio para a integração do negro, defendendo a sua desmarginalização através do combate ao preconceito racial¹⁰. Como órgão político de combate, a FNB, assim como os periódicos da imprensa negra, defendia a saída dos cortiços e porões, que desmoralizavam o negro e prejudicavam sua capacidade competitiva. Assim, além de uma alternativa à exclusão do homem de cor dos espaços centrais da cidade, a ocupação de bairros como Casa Verde, Parque Peruche, Cruz das Almas e Bosque da Saúde passou a ser incentivada pelas organizações políticas negras como forma de resistência e de integração social¹¹. As campanhas apontavam vantagens econômicas, higiênicas, materiais e morais na aquisição de terrenos a prestação na periferia para a construção da “casa própria”. Colocava-se, então, a questão territorial como elemento importante para que o negro ficasse em pé de igualdade com o branco, introduzindo o trinômio loteamento clandestino, autoconstrução e casa própria no modo de produção do espaço urbano¹². “A aquisição da casa própria constituía-se em uma possibilidade de autonomia em relação à vida nos cortiços” (SILVA, 2002, p.328).

Esses bairros na periferia da cidade, então ocupados pela população de cor, tornam-se local de morada e também núcleos de resistência e lazer, traduzidos no candomblé, no samba, nas irmandades e nas associações recreativas e culturais. Ou seja, tornam-se territórios negros. O Parque Peruche é exemplo dessa forma de territorialização.

Pertencente ao Sítio Mandaqui, onde, em 1616, havia sido construído um moinho de trigo, a mando do Amador Bueno Veiga¹³, o Parque Peruche – loteamento destinado às camadas mais pobres da população paulistana, servia bem a essa população negra que fora expulsa. Não estranhamente, o Peruche

era vizinho de bairros que já serviam como morada para a população negra, como Barra Funda e Casa Verde¹⁴”

Santos, Maria Gabriela Feitosa dos. “A formação do Parque Peruche como território negro” (2018). Página 4.

O sociólogo Tadeu Kaçula (2020) chega a cunhar a região da Casa Verde como “Uma Pequena África Paulistana”, apresentando, além do samba, a diversidade de tradições culturais vinculadas às religiões de matrizes africanas existentes nesse território. Ressalta-se ainda que a presença negra na região também se deve à população negra advinda de outros estados e do interior de São Paulo, de modo que parte das tradições apontadas por Kaçula se relacionam também com a cultura negra trazida do interior, caracterizando inclusive o samba paulista pela influência do samba rural. Ao tratar da rua Zilda, o autor denomina-a como “lendária rua Zilda” pela potência que esse espaço possui dentro das dinâmicas culturais expostas por ele, especialmente pelo fato dessa rua conectar a Casa Verde Alta, o Parque Peruche e a Casa Verde Baixa e pelo seu entorno ter sido morada de muitos sambistas e figuras icônicas dentro da tradição do samba. A noção de “pequena África” também é mencionada por Angileli na constituição da Brasilândia, onde autores apontados por ela reconhecem esse território como tal a partir da composição populacional e pela presença também marcante de elementos culturais da população negra.

Através desse percurso está explicitado uma das formas de produção do espaço mais significativas da zona norte, a transformação de antigas chácaras em loteamentos irregulares que se tornaram a principal opção de moradia para a população pobre – reiterando que tais loteamentos aproveitaram-se de um marco regulatório que flexibilizava os parâmetros mínimos, possibilitando assim o aumento considerável de produção de loteamentos.

Dos primeiros loteamentos, vendidos a preços mais baixos – devido a posição do “outro lado” do Tietê –, aos loteamentos irregulares ou clandestinos, até o surgimento das primeiras favelas, a constituição da zona norte é um permanente debate sobre as formas de acesso à habitação.

Figura 03.
Região entre Cachoeirinha e a Casa Verde Alta.
(Ortofoto de 2017 - Geosampa)



Figura 04.
Tecido industrial no bairro do Limão (Ortofoto de 2017 - Geosampa)



Figura 05.
Bairros da Casa Verde Média (ou Vila Baruel) e Parque Peruche (Ortofoto de 2017 - Geosampa)

Figura 06.
Rua João Rudge, na Casa Verde Baixa.
(Acervo pessoal - 2014)



Figura 07.
Frente da quadra da escola de samba Unidos do
Peruche (Google Maps - Street View, 2019)



Figura 08.
Frente da quadra da Mocidade Alegre.
(Google Maps - Street View, 2019)



Figura 09.
Rua César Pena Ramos, na Vila Santa Maria.
(Acervo pessoal, 2020)

Figura 10.
Vila Santa Maria, destaque de edificação do
PMCMV. (Acervo pessoal, 2020)



Figura 11.
Região do Jardim Tiro ao Pombo, na Brasilândia.
(Ortofoto de 2017 - Geosampa)



Figura 12.
Favela da Capadócia, Parque da Brasilândia, Parque Linear do Canivete e Jardim
Damasceno (Ortofoto de 2017 - Geosampa)

Ao apresentar a formação da Brasilândia, Angileli (2014) reitera as relações de migrações internas na zona norte, expondo gerações de familiares que transitam entre situações de aluguel e expectativas sobre a “casa própria” que são rebatidas e percebidas de formas diversas nos bairros da zona norte, onde a Brasilândia é emblemática enquanto região que recebe nos seus primeiros loteamentos famílias que não conseguiam mais arcar com o aluguel das áreas mais antigas da zona norte como a Freguesia do Ó ou a Casa Verde, ou ainda, situações onde as famílias mesmo conseguindo arcar com o aluguel, optam pela aquisição – mesmo que irregular – em terras mais distantes com a expectativa de tornarem-se proprietárias de suas casas. Assim, observando a formação do tecido da zona norte, a transformação do espaço pode ser lida a partir da sucessão de loteamentos em direção à Serra da Cantareira, e, com isso, relações de ocupação e produção do espaço diferentes, porém, articuladas.

Por outro lado, na composição do panorama da zona norte apresentado por Seabra (2015), a composição populacional que se destaca emerge em interessantes comparações entre as relações com o rio Tietê, as formas de habitação e as divergentes visões sobre propriedade entre os caipiras, os portugueses pobres e os primeiros operários italianos que habitavam o território da zona norte. Os caipiras, evocados pela autora como boa parte da população que habitava a zona norte até o início do século XX, apareciam dispersos ao longo de toda a região e suas terras de uso ainda permeado pelas dinâmicas rurais, detinham casas simples de chão batido e amplos quintais. A autora destaca que a propriedade para essa população era uma forma de garantia de renda a partir da sua venda caso fosse necessário, isto é, a importância da propriedade se dava mediante a eventual necessidade de recursos para alguma emergência ou para prover os estudos de um filho, por exemplo. Com relação aos italianos, que vieram para a região devido ao trabalho nas indústrias localizadas entre o rio Tietê e a ferrovia – como aquelas que existiam as áreas da Barra Funda e da Lapa –, mas que também se instalam no território em atividades de comércio, a autora aponta que eles investiam em suas casas com ornamentos e jardins, pois na propriedade existia para essa população uma possibilidade de demonstrar um status social diferenciado, a condição de proprietário poderia significar uma espécie de distinção e ascensão social. Enquanto isso, os portugueses são apresentados como aqueles que investiam em sobrados com inúmeros cômodos e quartos, de modo que pudessem gerar uma renda a partir da locação desses

cômodos, ou seja, vislumbra-se uma atividade rentista da forma de habitação bastante evidente nesse caso. Tais relações expostas por Seabra são contadas concomitante às relações econômicas existentes sobre o tecido das várzeas, pois, além do tecido industrial próximo à ferrovia, a ocupação das várzeas também apresentava a atividade de navegação, de extração de areia e pedra, além de olarias que se espalhavam pelas margens do Tietê.

Na porção Noroeste, a morfologia urbana da região do Jaraguá, Perus e Anhanguera carrega um sistema de objetos e ações muito peculiar, conformando paisagens moldadas pela existência de áreas ambientalmente relevantes, como o emblemático Parque Estadual de Proteção Integral do Jaraguá, de pedreiras em atividade ou desativadas, incluindo as terras onde se instalavam a produção da antiga fábrica de cimento Portland, formas variadas de habitação e a presença de relevante malha viária e infraestrutura de transportes através das rodovias de alto tráfego (Anhanguera e Bandeirantes) que conectam São Paulo rumo ao vetor de Campinas e da Linha 07-Rubi da CPTM, configurando áreas de grande importância nas dinâmicas regionais e metropolitanas. Essa região teve a história marcada por ser o caminho com o interior rural cafeeiro de São Paulo e o Estado de Minas Gerais. Em meio a todo esse panorama local, destaca-se a atual condição da população indígena que resiste na região como uma das únicas áreas do município onde há reservas indígenas existentes e demarcadas, a Reserva Indígena do Jaraguá em uma área compreendida por mais de 5,2 milhões de m². Apesar da importância dessa demarcação, de forma paradoxal, se por um lado a existência dessa reserva é um símbolo de resistência da população indígena frente ao processo de urbanização de São Paulo, por outro, a visível condição de favelização em parte dessa reserva revela a falta de estruturas que dêem suporte real à manutenção dessa população indígena em respeito pleno às suas paisagens e direitos.

Outro percurso que se destaca na composição da zona norte é a existência de diversos espaços relacionados aos equipamentos da segurança pública, incluindo hospitais e bases militares, bem como os lugares relacionados às memórias vinculadas ao meio militar - e punitivo. Entre a região da Casa Verde e Santana encontra-se o aeroporto do Campo de Marte e todo o complexo voltado à base militar da aeronáutica, incluindo alojamentos, o hospital da aeronáutica e o aeroclube, configurando uma paisagem marcada por essa presença – uma imagem ilustrativa dessa presença, são os treinamentos físicos feitos por militares

Figura 13.
Parte da Reserva do Jaraguá junto à Rodovia dos Bandeirantes (Ortofoto de 2017 - Geosampa)



Figura 14.
Entorno de Perus junto à ferrovia (Ortofoto de 2017 - Geosampa)



Figura 15.
Entorno do Parque da Juventude e Penitenciária Feminina (Ortofoto de 2017 - Geosampa)

ao longo da Avenida Braz Leme todas as manhãs. No Tremembé, localiza-se o complexo da Invernada da Polícia Militar, responsável por abrigar equipamentos da Polícia Militar. Em Perus, vislumbra-se uma das infelizes memórias relacionadas à Ditadura Militar, onde foram encontrados cemitérios clandestinos utilizados pelo regime para esconder os restos mortais dos perseguidos políticos. No distrito de Santana, ao lado da estação Carandiru, o Parque da Juventude foi erguido sobre as áreas do antigo presídio do Carandiru, local que vivenciou um dos maiores massacres da história do Brasil e que se tornou emblemático pela processo de transformação da área em um complexo de parque e equipamentos educacionais como a ETEC de Artes e ETEC do Parque da Juventude, no entorno ainda funciona a Penitenciária Feminina do Carandiru bem como órgãos da administração pública relacionados à segurança pública. Canaverde (2007) aponta que um dos possíveis motivos para a instalação de hospitais e equipamentos de segurança na região ocorreu justamente para evitar a concentração desses usos “não desejados” nas porções centrais da cidade.

Das feridas que a pobreza cria
Sou o pus
Sou o que de resto restaria
Aos urubus
Pus por isso mesmo este blusão carniça
Fiz no rosto este make-up pó calíça
Quis trazer assim nossa desgraça à luz

Sou um punk da periferia
Sou da Freguesia do Ó
Ó
Ó, aqui pra vocês!
Sou da Freguesia

“Punk da Periferia” – Gilberto Gil (1983)

A evidente diversidade de paisagens existentes na zona norte de São Paulo possibilita muitos estudos de caso para a arquitetura e urbanismo, porém, como recorte espacial para as análises do presente trabalho, são selecionados cinco distritos contíguos sobre os quais as leituras e reflexões serão aprofundadas, sendo eles Casa Verde, Limão, Freguesia do Ó, Brasilândia e Cachoeirinha, isto é, três distritos junto às margens do Tietê e dois deles junto à Serra da Cantareira,

que são administrativamente organizados em duas subprefeituras – Casa Verde/Cachoeirinha e Freguesia do Ó/Brasilândia.



Figura 16.
Construção do Rodoanel na região da Brasilândia
(Irão Romão, sem data)

Figura 17.
Jardim Paraná, mostrando trecho do córrego do
Bananal (Ize Kampus, 2015)

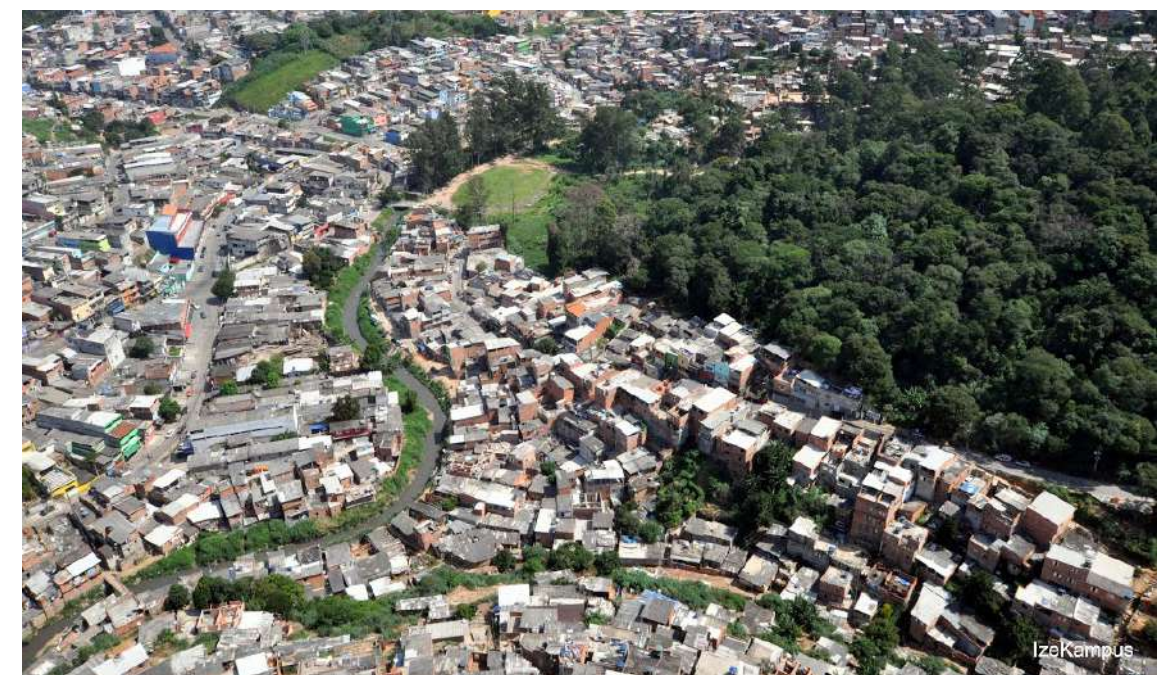


Figura 18.
Entorno do Terminal de Ônibus Vila Nova
Cachoeirinha (Ortofoto de 2017 - Geosampa)

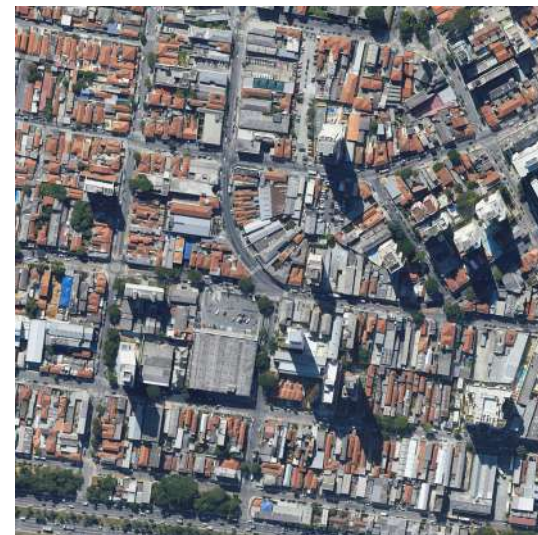


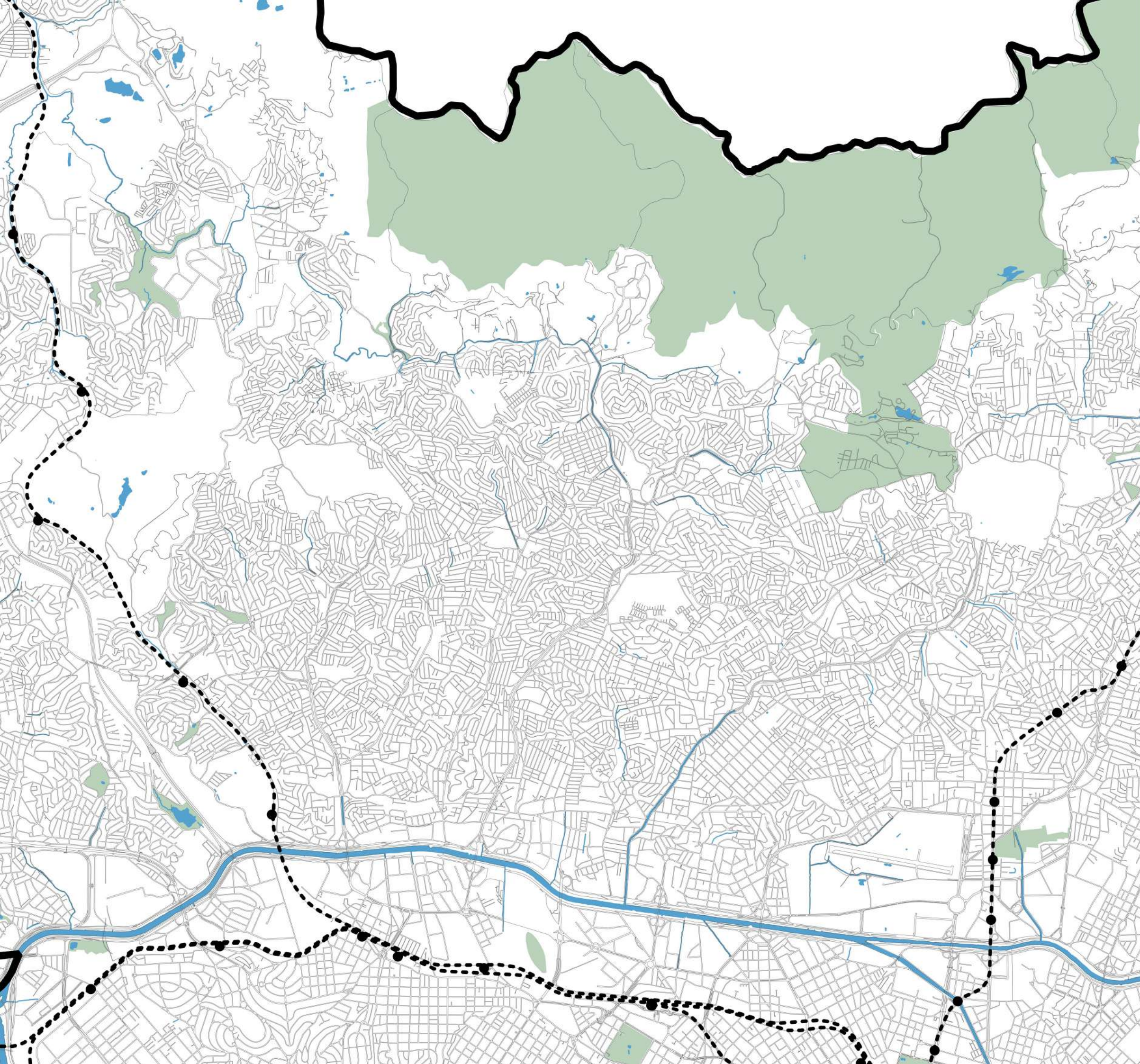
Figura 19.
Região da Casa Verde Baixa
(Ortofoto de 2017 - Geosampa)



Figura 20.
Transição entre a Vila Maria Alta e Vila Maria
Baixa (Ortofoto de 2017 - Geosampa)

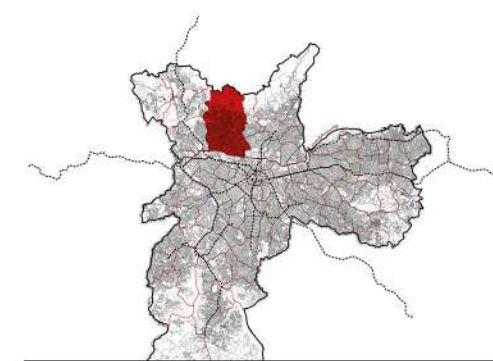


Figura 20.
Pedreira do Morro Grande e entorno do Jardim
Paulistano (Ortofoto de 2017 - Geosampa)



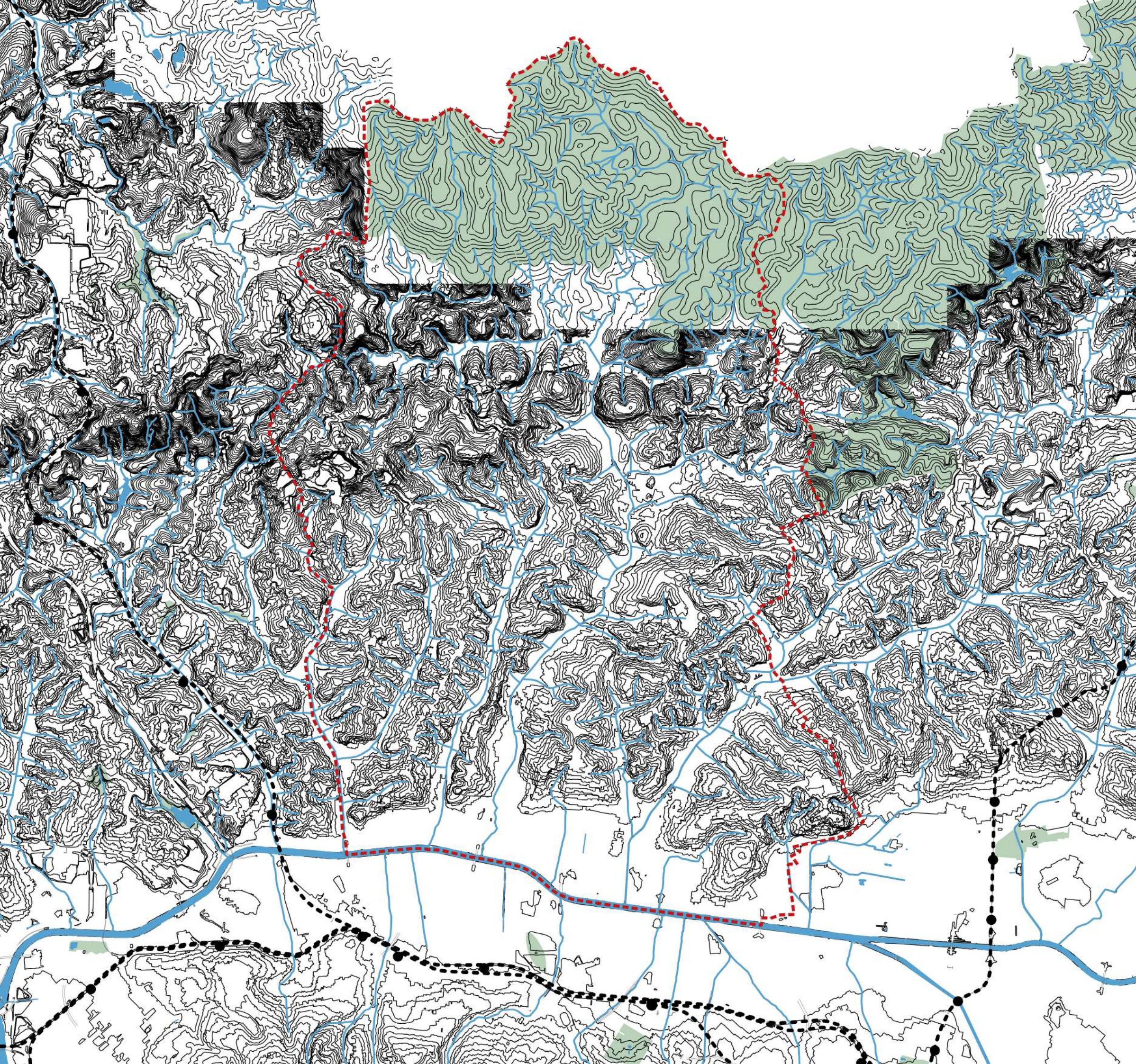
MAPA-CONTEXTO _ 01:
BASE PRELIMINAR

-  Quadra viária
-  Parques existentes
-  Metrô e CPTM
-  Estações de Metrô e CPTM
-  Massa de água (superficial)



Localização em São Paulo/SP

Escala: 1:50000



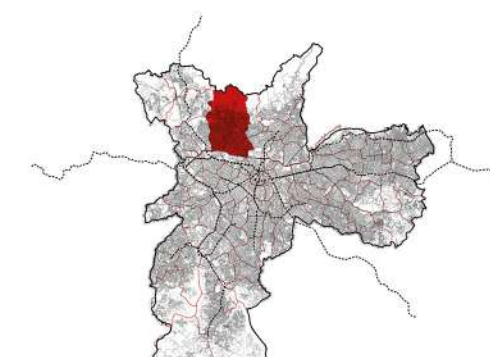
MAPA-CONTEXTO _ 02:
**TOPOGRAFIA E
HIDROGRAFIA**



Curvas mestras (5m em 5m)

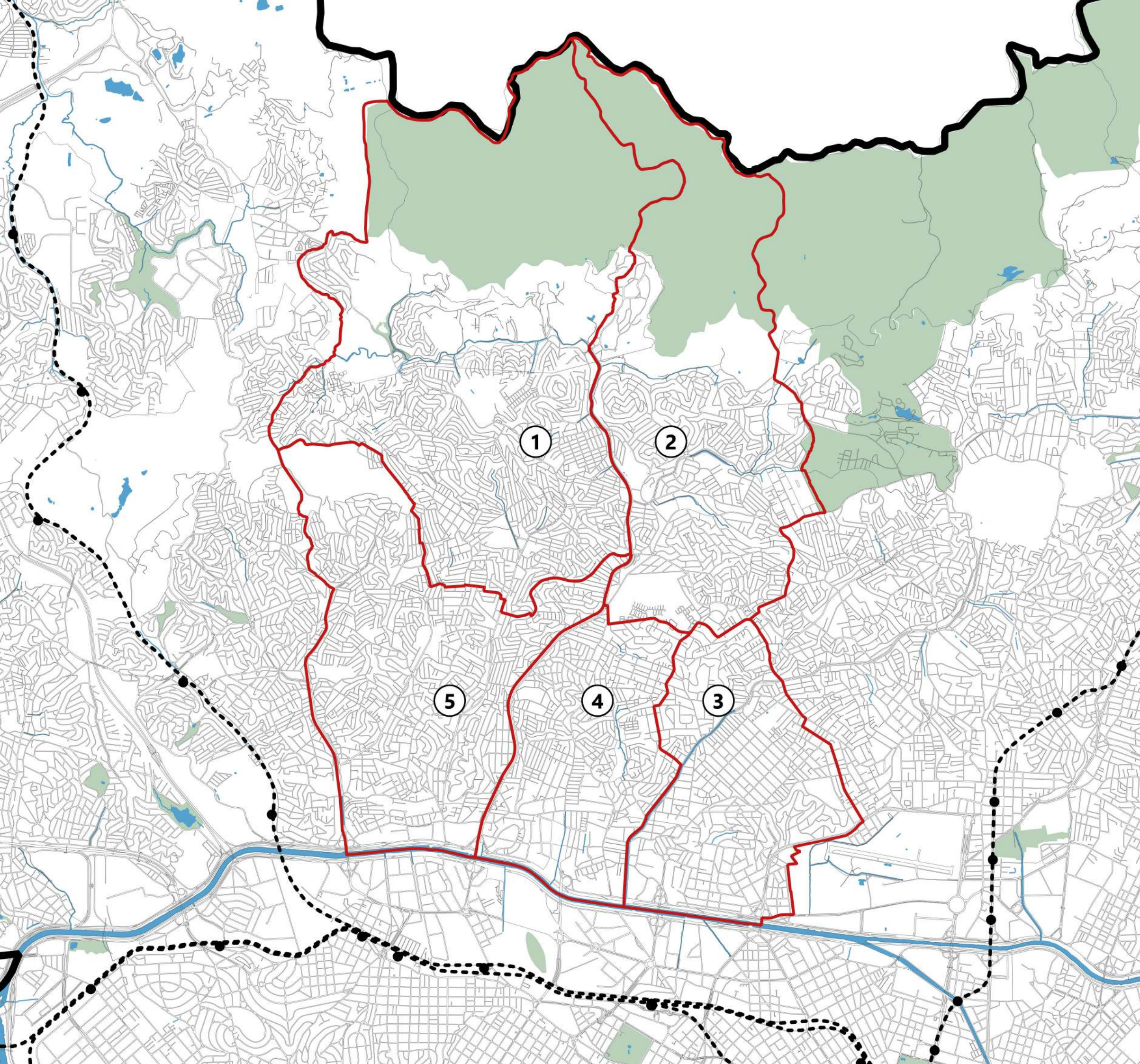


Linhas de drenagem



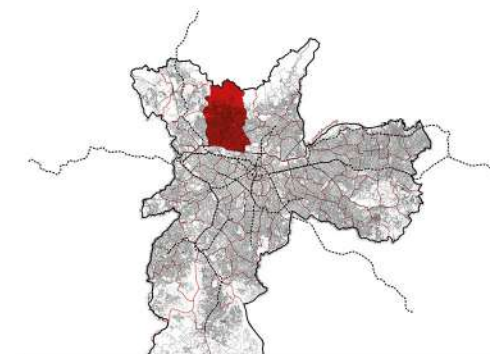
Localização em São Paulo/SP

Escala: 1:50000



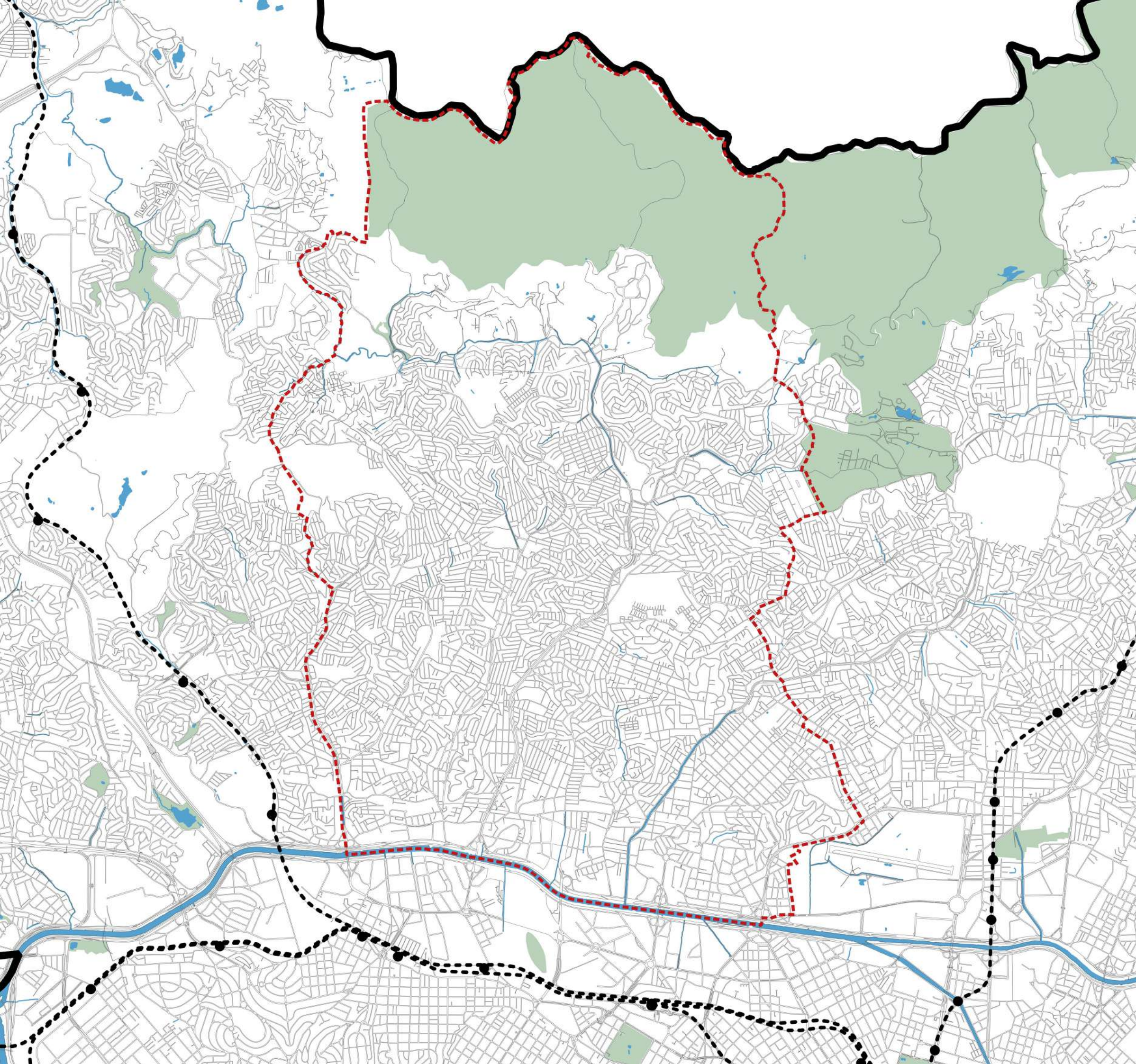
MAPA-CONTEXTO _ 03:
**DISTRITOS SELECIONADOS
PARA ANÁLISE**

- ① Brasilândia
- ② Cachoeirinha
- ③ Casa Verde
- ④ Limão
- ⑤ Freguesia do Ó

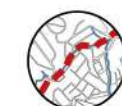


Localização em São Paulo/SP

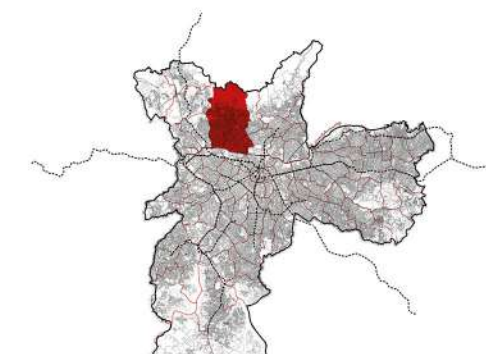
Escala: 1:50000



MAPA-CONTEXTO _ 04:
**ARTICULAÇÃO GERAL DA
ÁREA DE ANÁLISE**

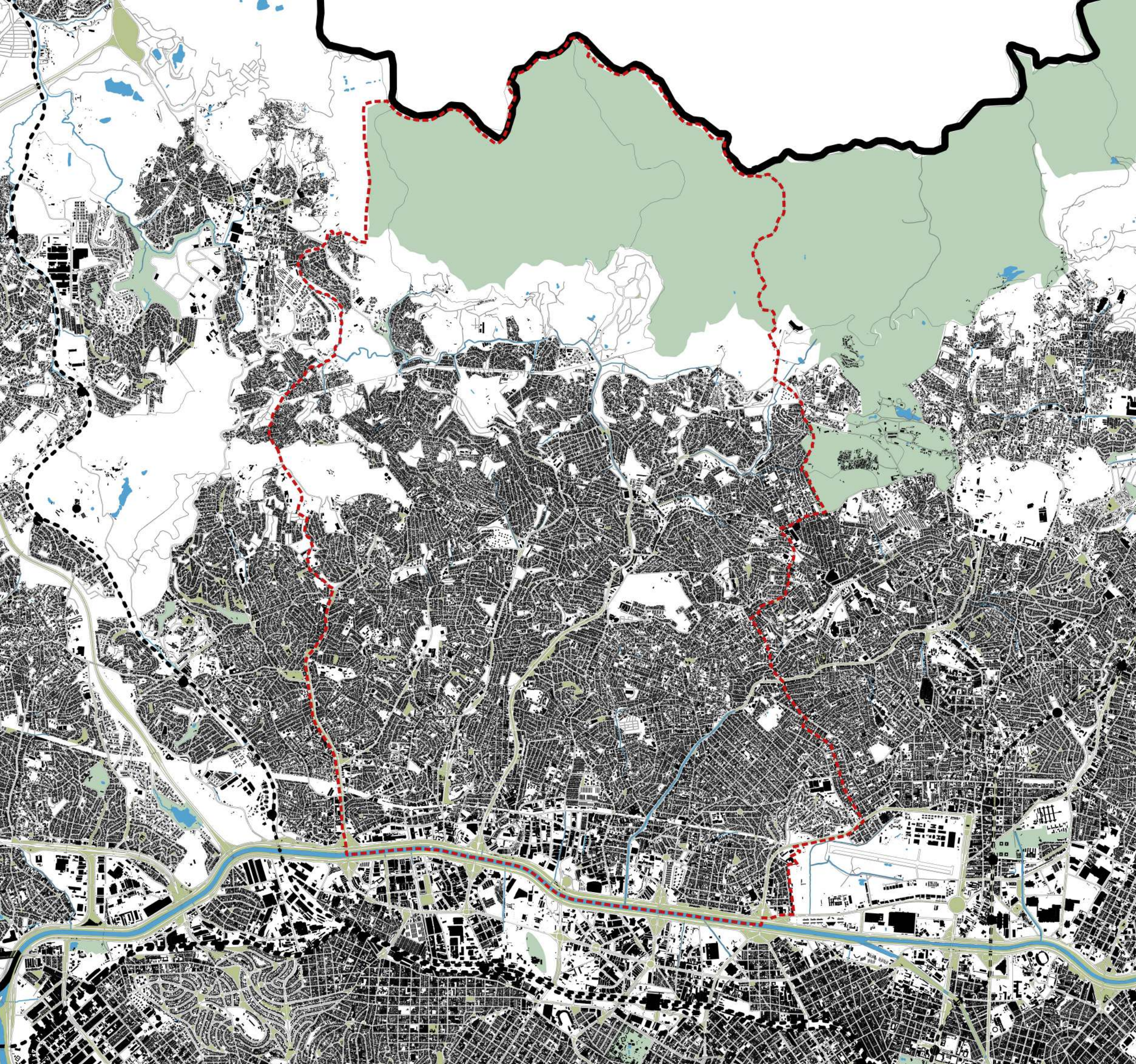


Perímetro



Localização em São Paulo/SP

Escala: 1:50000



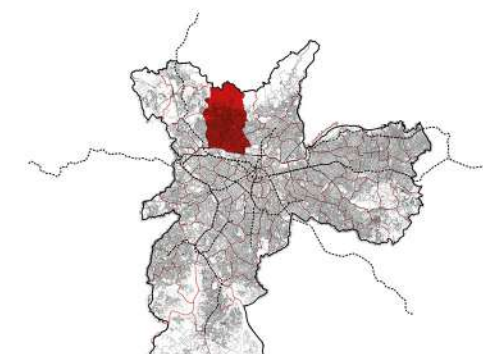
MAPA-CONTEXTO _ 05:
CHEIOS E VAZIOS



Edificações

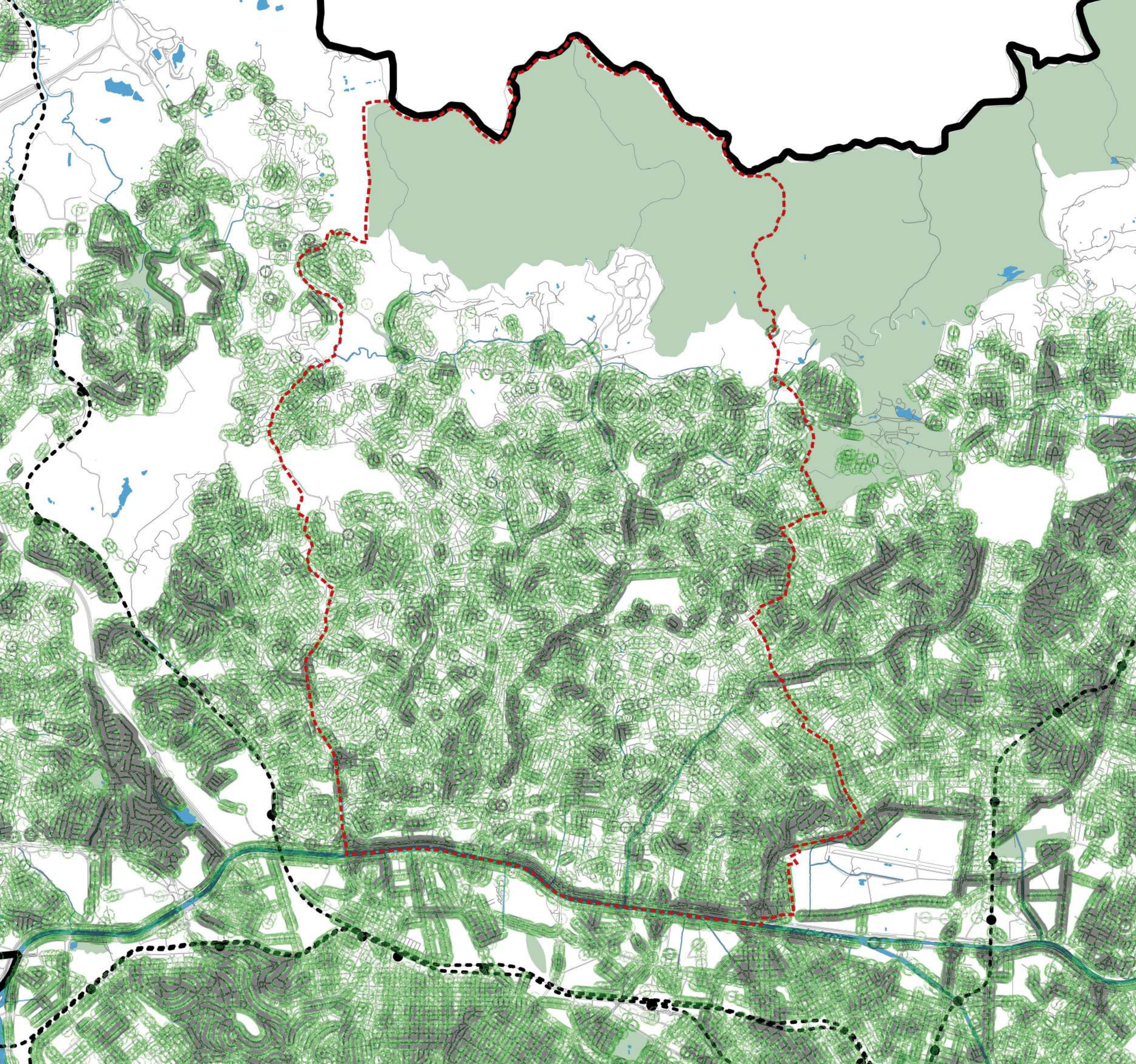


Canteiros ou praças



Localização em São Paulo/SP

Escala: 1:50000



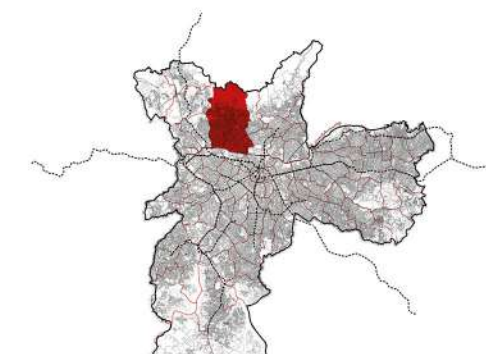
MAPA-CONTEXTO _ 06:
**ARBORIZAÇÃO DE
CALÇADAS**



Menores ocorrências de
plantio de árvores

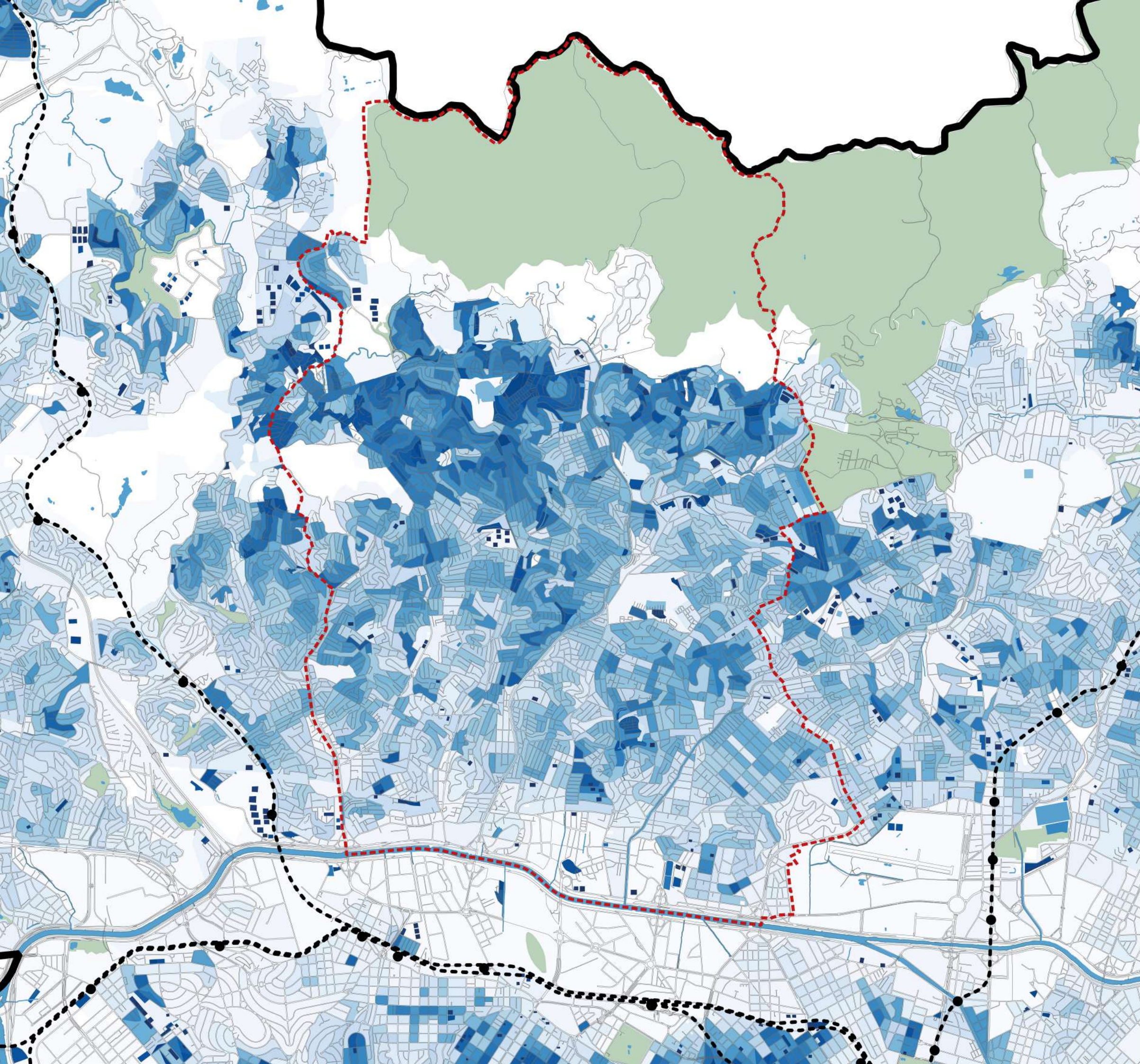


Maiores ocorrências de
plantio de árvores



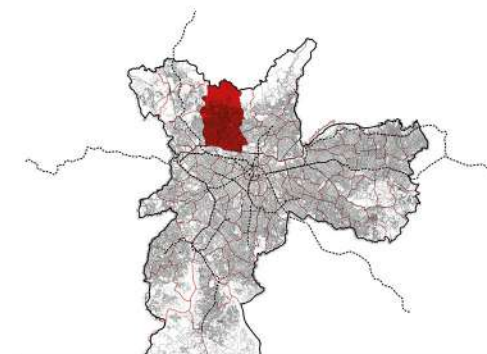
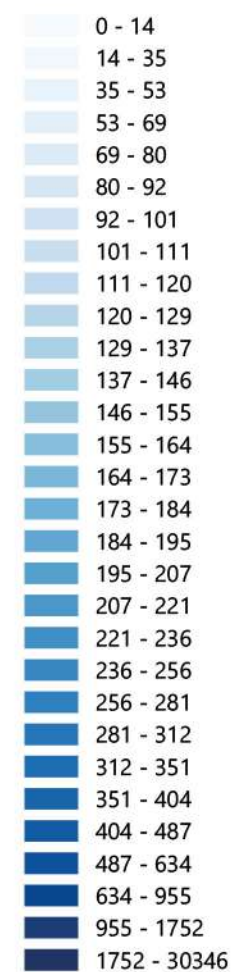
Localização em São Paulo/SP

Escala: 1:50000



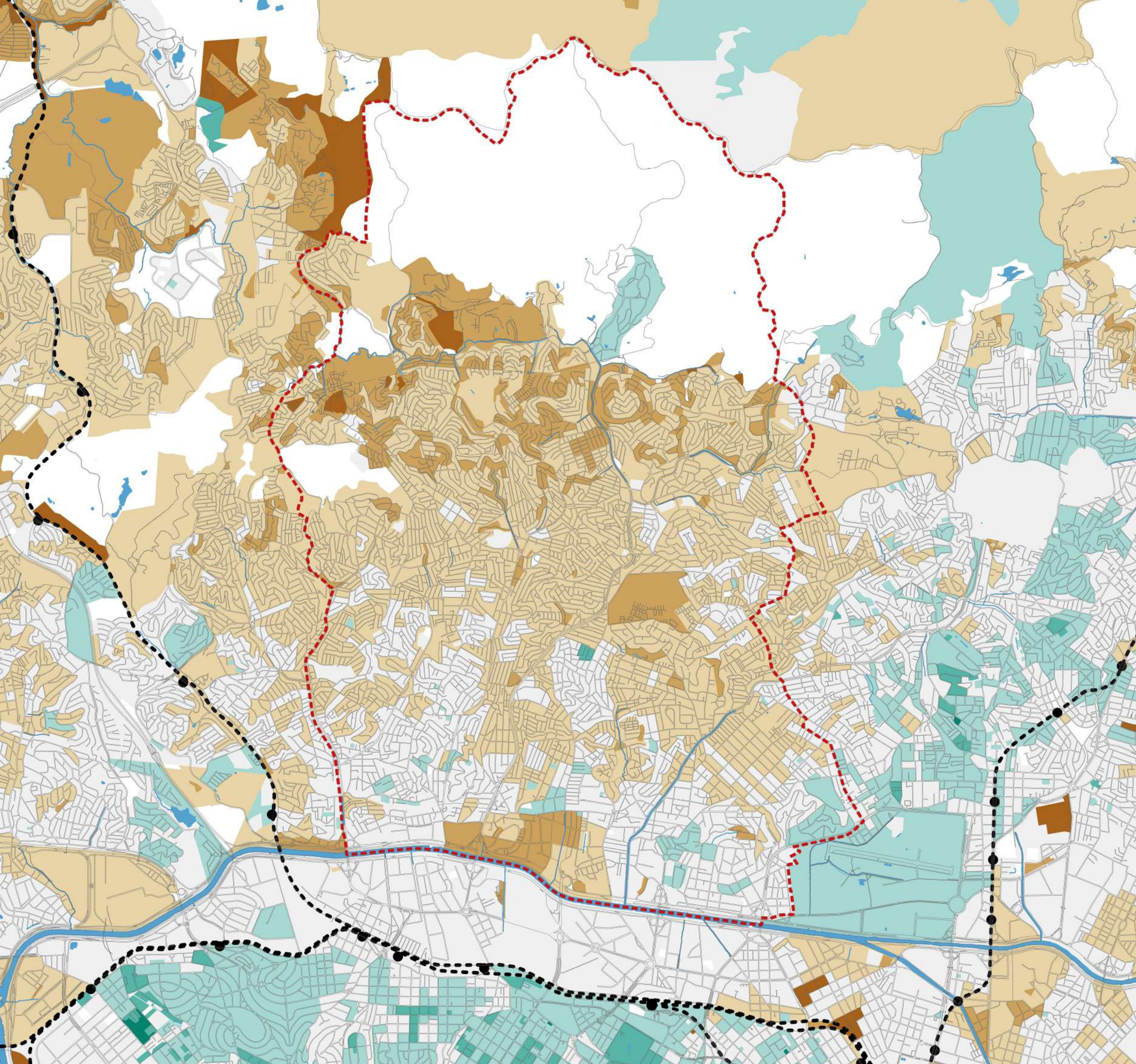
MAPA-CONTEXTO _ 07:
**DENSIDADE
DEMOGRÁFICA**

Habitantes/Hectare



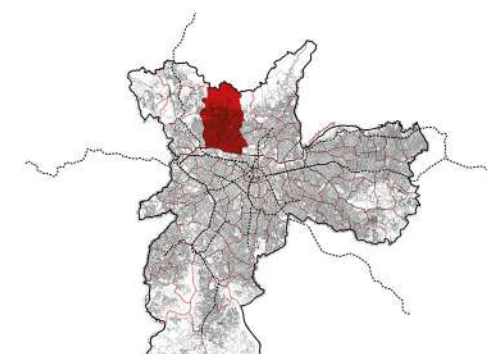
Localização em São Paulo/SP

Escala: 1:50000



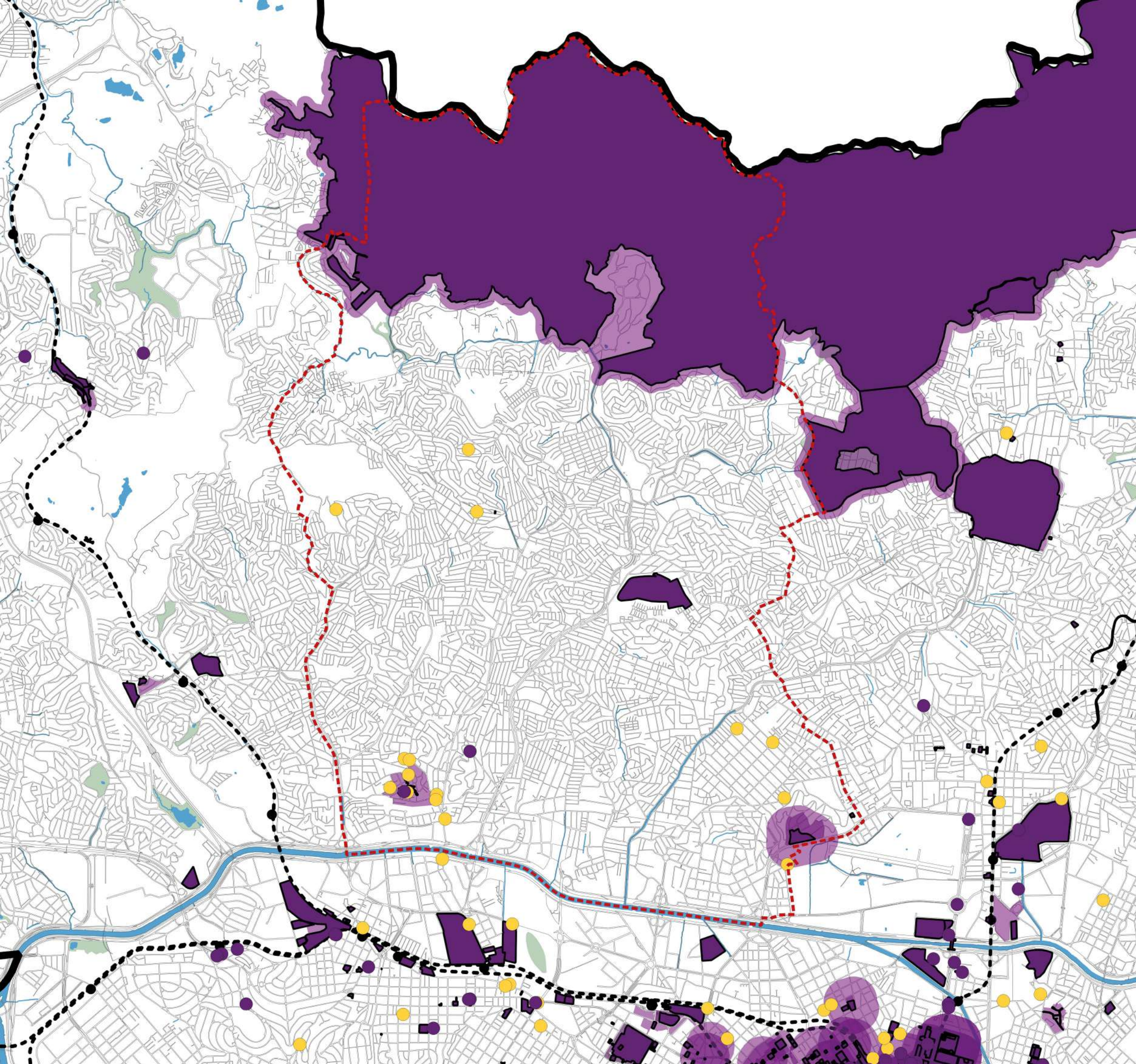
MAPA-CONTEXTO _ 08: RENDIMENTO NOMINAL

Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade (com e sem rendimento) por setor censitário - IBGE 2010



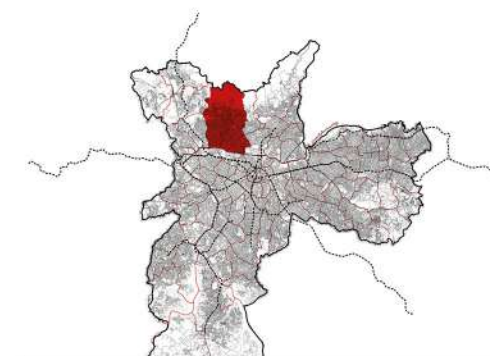
Localização em São Paulo/SP

Escala: 1:50000



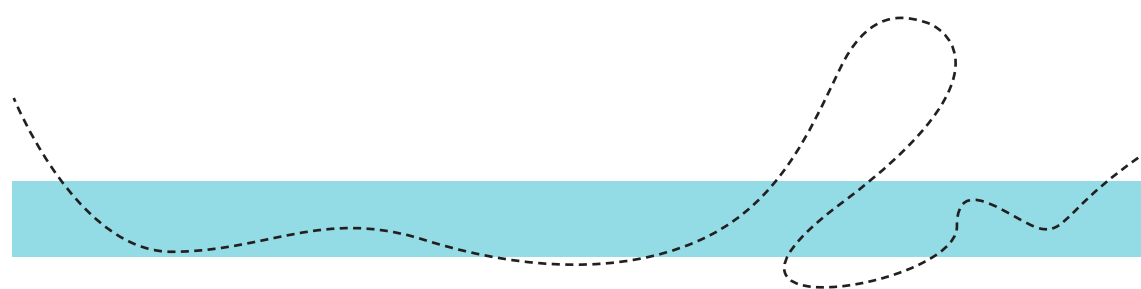
MAPA-CONTEXTO _ 09:
**PATRIMÔNIOS
RECONHECIDOS**

-  Imóveis tombados (por CONPRES, CONDEPHAAT OU IPHAN)
-  Áreas envoltórias
-  Monumentos
-  Inventário da Memória Paulista



Localização em São Paulo/SP

Escala: 1:50000



Esquema 01.
Meandros do rio alterados no processo de retificação mas permanência da presença da várzea
(produção própria)

2.2. Costuras: intervenções sobre o rio

A história da cidade de São Paulo é comumente descrita como aquela que surgiu entre os rios Tamanduateí e Anhangabaú e que teve como primeiro processo de enfrentamento da sua expansão sobrepor-se às essas barreiras, de modo que, posteriormente, teve que enfrentar barreiras ainda maiores expressadas pelos rios Tietê e Pinheiros. Em uma leitura superficial, o crescimento da cidade encontrava maiores possibilidades de expansão no eixo Leste-Oeste do que superar o Rio Tietê, isso, contudo, não significa que o rio simplesmente era um elemento intransponível na expansão da ocupação urbana até que fosse encontrada uma solução técnica formal para lidar com essa grande barreira natural.

Ocuparam-se as margens direitas do rio, as terras ao norte do Tietê, bem antes do Estado retificar o rio e promover a construção das pontes de concreto, foi a população mais pobre que se instalou nas terras do além-Tietê e que cotidianamente realizava as travessias sobre o rio em pontes de madeira – que, inclusive, por vezes demandavam ser reconstruídas dada as condições dos meandros do rio que alteravam as possibilidades de travessia. As relações de travessia que se estabeleciam são marcadas por fatores econômicos que se alteram conforme se altera a produção da cidade, e esse aspecto se reflete no sistema de objetos do espaço. Baravelli (2006), em sua dissertação que tem como objeto de estudo a Vila Nova Cachoeirinha, faz um interessante destaque relativo à travessia pela Freguesia do Ó:

Diferentemente dos relatos de exaltação que acompanharam a história da “Ponte Grande” que unia o centro de São Paulo ao diversificado núcleo urbano de Santana (onde hoje está a Ponte das Bandeiras), a ponte pouco nomeada que ligava a economia rural da Freguesia do Ó à “cidade” se caracterizava pela precariedade desde sua primeira menção em Ata da Câmara de São Paulo, datada de 3 de fevereiro de 1741 [...].

A ponte para Freguesia do Ó era parte de um trajeto com poucas derivações nas duas margens do Tietê chamado “Caminho do Manuel Preto”, nome que perpetuava a lembrança do traficante de escravos indígenas e dono na primeira metade do XVII de uma fazenda que ocupava praticamente tudo o que hoje é a Zona Norte de São Paulo [83]. No começo do século XX, esta memória bandeirista foi sobreposta de chofre pelas homenagens da

industrialização, quando todo o caminho ganhou o nome oficial de “Santa Marina”, fábrica de vidros até hoje instalada no início deste caminho, no bairro da Barra Funda. Até 1954, este trajeto mantinha a única ponte para a Freguesia de Nossa Senhora do Ó, ainda de madeira. Foi demolida após a construção, 500 metros à montante do Tietê, da atual ponte Nossa Senhora do Ó. Restou a Avenida Santa Marina, seguindo uma única numeração em dois trechos separados pelo canal do Tietê.

Baravelli, José Eduardo. “*O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo: Das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha*” (2006). Páginas 108 e 109.

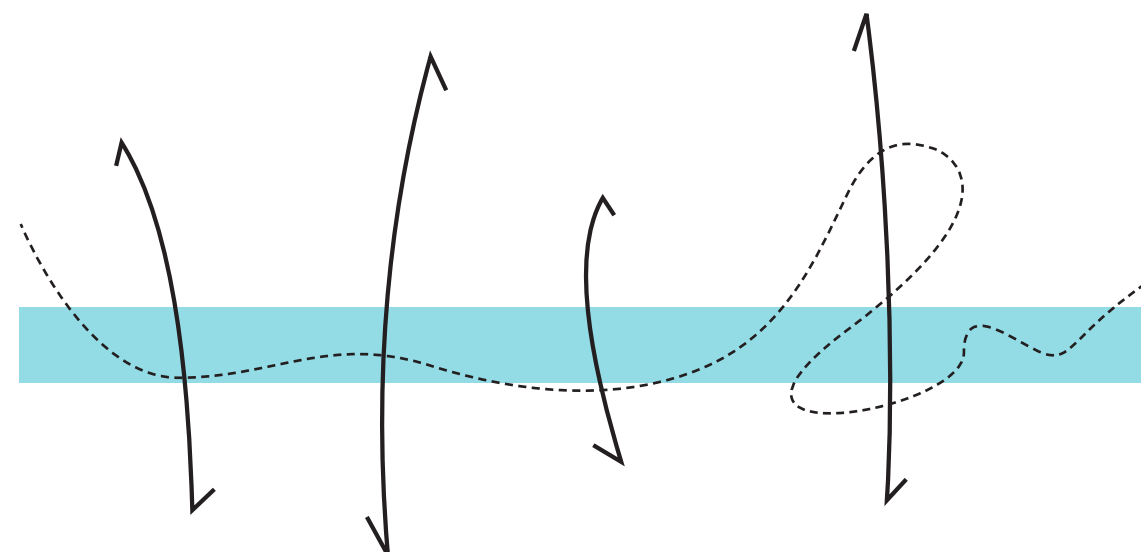
Falar das travessias sobre o Tietê significa falar das relações que se estabeleciam entre os dois lados do rio, e, dessa forma, falar como essas “costuras” se modificam e se transformam. O registro acima aponta uma mudança de memória, de nomenclatura e de técnica sobre a travessia para a Freguesia do Ó.

À margem do lendário Tietê
Uma nova cidade surgiu
De toda parte vinha romaria
Festejar o grande dia
E cantar em seu louvor

Trazemos nesta avenida colorida
Festa do povo e costumes tradicionais
Dar ao povo o que é do povo
O que fazemos neste carnaval

“Tradições e Festas de Pirapora” – Geraldo Filme (1974)

A ocupação das duas margens do Tietê precisa ser observada tanto na constituição da zona norte como no impacto das dinâmicas entre os dois lados do rio. Os bairros da Lapa, Barra Funda, Bom Retiro, Pari e outros localizados na margem esquerda têm sua história em estreita relação com os bairros do outro lado do rio, e, especialmente na região da Barra Funda e da Lapa, trata-se de lugares que estavam comprimidos entre a ferrovia e os meandros do rio. Nesses lugares se instalaram fábricas que puderam se beneficiar da estrutura da ferrovia



Esquema 02.
Intensificação na qualificação e construção das pontes costurando a zona norte “ao outro lado”
(produção própria)

e da desvalorização daqueles terrenos nas margens do rio, se tornando polos relevantes de emprego para população do outro lado do rio. Até hoje, esses bairros possuem uma grande relevância nas dinâmicas urbanas dos bairros da zona norte, inclusive pela logística de transporte público, pois, terminais de ônibus como os da Barra Funda, Lapa, Belém e Tatuapé são responsáveis por grande parte da concentração de linhas que circulam pela zona norte.

Nessa leitura de avanço da urbanização, há uma hipótese de que a urbanização da zona norte é uma consequência de sucessivas faixas de ocupações no sentido Leste-Oeste (de Guarulhos à Osasco) cada vez mais em direção ao Norte da cidade. Conforme o mosaico exposto anteriormente, é preciso entender que esse sentido de urbanização não se trata-se de um processo de instalação de população, mas sim de transformação do espaço, visto que já havia na região uma população habitante – majoritariamente caipira. Os loteamentos de chácaras em bairros são evidências desse processo de transformação. O Rio Tietê também é impactado nesse processo, e por isso são discutidas as primeiras demandas de intervenção técnica sobre ele.

O Rio não era intocável, pelo contrário, ele sempre fez parte das dinâmicas sociais de São Paulo. O Tietê, que fora uma das principais rotas utilizadas no período colonial para acesso ao interior do Estado, tornou-se importante elemento de economia e lazer após a instalação e expansão da Vila de São Paulo de Piratininga. O Rio, apesar de afastado do centro histórico de São Paulo, abrigou atividades econômicas relevantes para a população que vivia da pesca e da extração de areia e pedra de seus leitos. Seus meandros e várzeas, característicos de um rio de planície com curso lento e sinuoso, se tornaram espaços de habitação para a população que não conseguia morar nas regiões mais altas da cidade – e dentro de uma lógica sanitária para a época, não existia nenhum interesse por parte da elite paulistana em se instalar às margens do rio. A condição geográfica do Tietê permitiu diversas atividades de serem desenvolvidas em suas margens, desde a instalação de olarias como também a profusão do futebol de várzea. Na riqueza das formas de apropriação econômica e cultural da população sobre esse rio, Seabra apresenta como o Tietê esteve presente na memória de São Paulo e como essa paisagem se transforma com os processos de retificação do rio.

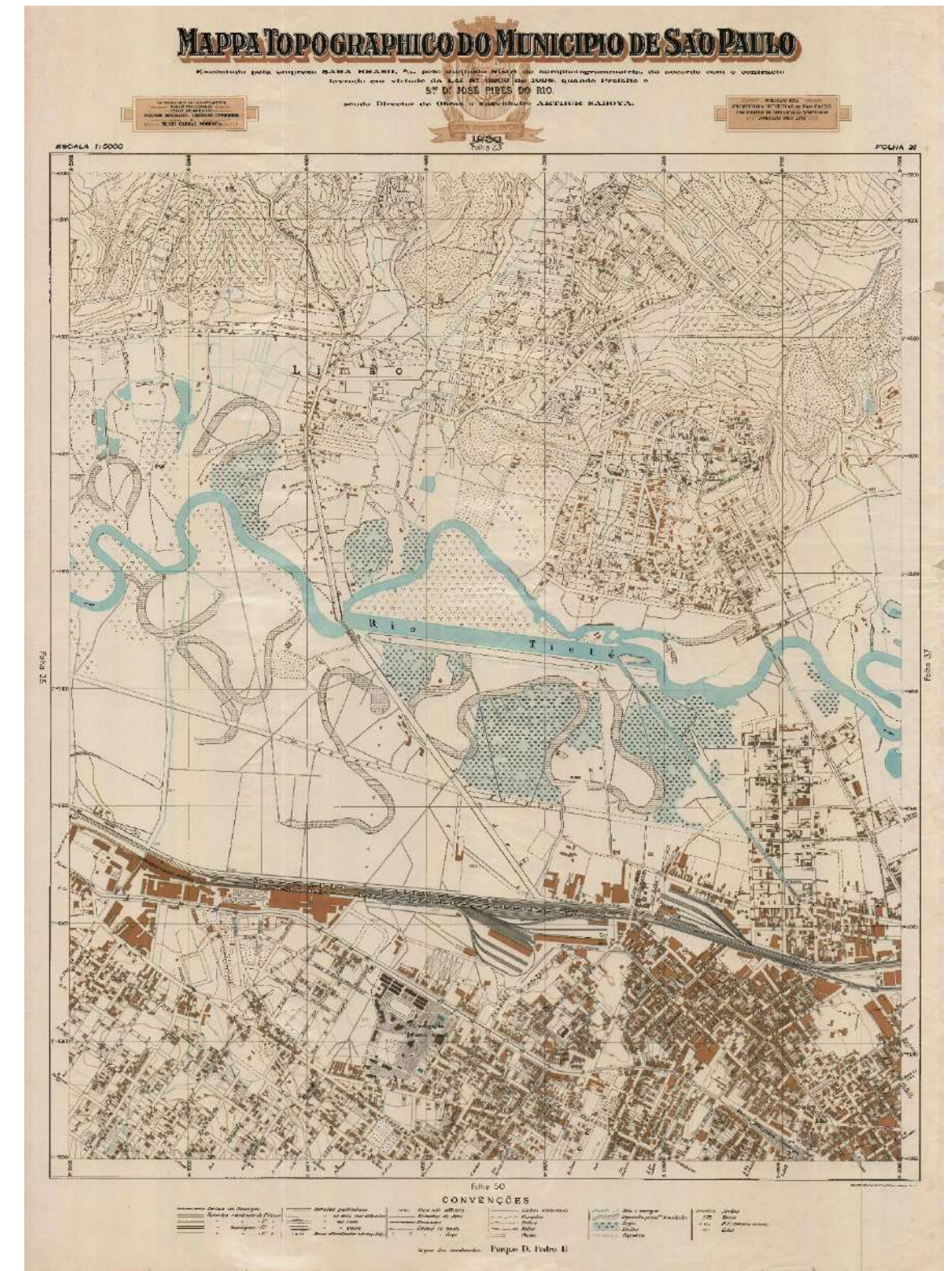


Figura 21.
Mapa da base SARA de 1930 mostrando trecho do Tietê entre o Limão e a Casa Verde (via Geosampa)



Figura 22.
Rio Tietê na altura da atual Ponte Julio de Mesquita - sem data específica, do acervo de fotos de São Paulo entre 1930 e 1960. (Biblioteca Mário de Andrade)

Figura 23.
Ponte Julio de Mesquita e região do Limão
(Ortofoto de 2017 - Geosampa)



Não se pode relativizar as condições de uso do rio como se fossem plenamente satisfatórias à época das discussões de intervenção sobre o rio, conforme Seabra aponta, existia uma questão sanitária relevante em debate relacionado às inundações do Tietê que causavam grandes impactos à população. Porém, conforme reforçado pela autora, a inundação é um fenômeno natural do rio, enquanto as enchentes são problemas urbanos relacionados à ocupação indevida da sociedade sobre as várzeas do rio. Nesse sentido, intervir no leito do Tietê significava uma tentativa de avançar com a urbanização enfrentando os problemas causados por ela própria.

Entretanto, como centro da discussão promovida por Seabra, a justificativa sanitária para o Tietê não foi o objetivo refletido na sucessão de projetos desenvolvidos para ele. O rio foi entendido como limite da expansão urbana de São Paulo por muitos anos, porém, a urbanização enquanto condição de transformação do espaço não é uma condição pautada em interesses unicamente técnicos como uma mera qualificação do espaço urbano habitado, pois, mais do que melhorar as condições das inundações, os projetos para o Rio Tietê se debruçaram na transformação dos “piores terrenos” em áreas passíveis de maior valorização imobiliária. Nesse momento, a expansão de São Paulo era tal que não se poderia conviver com o rio da forma como estava, era necessário que as terras no entorno do Tietê fossem valorizadas e, concomitante a isso, empresas como a Light possuíam interesse em técnicas que pudessem aumentar a velocidade das águas do Tietê como forma de geração de energia.

O Rio Pinheiros passou historicamente por questões similares a essas do Tietê, contudo, a inserção deste como um rio que cruza todo o Estado de São Paulo envolveu o debate de projetos em escalas regionais, metropolitanas e estaduais. A distinção entre as intervenções no Tietê e no Pinheiros acabaram se diferenciando também pelo fato de que no Tietê, todas as ações foram mobilizadas e articuladas pelo poder público, mesmo que houvesse grande interesse privado nos projetos, enquanto o Pinheiros se encaixa historicamente em uma sofisticada articulação entre as ações delineadas pelo Estado e pela iniciativa privada.

No desenvolvimento dos projetos para Tietê, a organização cronológica de Seabra evidencia que houve uma paulatina transformação nos objetivos técnicos de cada intervenção, distanciando-se cada vez mais da questão

sanitarista das inundações. As obras no Tietê, além de não resolverem com totalidade a questão, inclusive, agravaram a situação, como no caso da instalação de barragens pela Light – um caso emblemático é o das barragens de Santana do Parnaíba, construídas com o intuito de formatar reservatórios, porém, que impactavam o fluxo de escoamento das águas do Tietê.

Um dos projetos mais elogiados entre os vários desenvolvidos é o de Saturnino de Brito, que previa a construção de dispositivos ao longo de todo o curso do rio que pudessem reter as águas e melhorar o escoamento, promovendo a implantação de parques nas margens e a manutenção dos meandros do rio. Contudo, o projeto de Saturnino de Brito foi dispensado e uma das poucas fases implantadas é o Parque Ecológico do Tietê, na fronteira entre a zona leste de São Paulo e o município de Guarulhos.

Dos apontamentos feitos por Seabra, a grande questão sobre o Tietê que motivou sucessivos projetos e culminou em um processo de intervenção ao longo de mais de 30 anos é o fato de que os objetivos desses projetos enfrentavam situações de escalas de abrangência cada vez maiores, tanto pelo impacto geográfico que o rio já possuía em sua condição natural quanto pelos os interesses envolvidos no aproveitamento desse rio nessas escalas variadas – sem esquecer contudo, das redefinições de projeto provocadas por contradições de intervenções anteriores. O que começou dentro de uma discussão sanitária, passou a abranger a disponibilidade das terras das várzeas para o mercado imobiliário, evoluiu para projetos que visavam a valorização das terras e edificações já construídas e alcançou o patamar de discussão do rio enquanto infraestrutura para São Paulo, suas cidades vizinhas e para o Estado como um todo. O símbolo mais emblemático desse processo, entendido talvez como o grande “ganho” da retificação, foi a construção das vias expressas das marginais, com obras iniciadas na década de 50 e que encerraram um grande ciclo de discussão de projetos que havia sido iniciado na virada do século XIX para o século XX. As marginais, projetadas sob a influência de Robert Moses, trouxeram para São Paulo uma enorme capacidade de circulação de mercadorias por essas estruturas.

Anteriormente à construção das marginais, o então projeto urbano rodoviário explicitado já no Plano de Avenidas de Prestes Maia com o seu ideário de construção das grandes avenidas radiais sobre os vales e leitos de rios

constituía-se em uma realidade que, além de ter transformado a paisagem da região central de São Paulo, foi o modelo reproduzido sobre os rios que percorrem a zona norte. Avenidas como a Engenheiro Caetano Álvares e a Inajar de Souza foram construídas, respectivamente, sobre os córregos Mandaqui e Cabuçu de Baixo e apresentam os tradicionais usos que esse tipo de via atrai: grandes estabelecimentos relacionados à dinâmica de circulação rodoviária e o espraiamento periférico. A instalação das marginais, a construção das pontes em concreto e a relação do traçado viário priorizando a circulação da zona norte rumo às pontes e rumo à transposição do rio indicam o caráter de projeto urbano onde os investimentos se concentram nos eixos que conectam a zona norte diretamente ao centro, deixando de lado as relações de conexões internas entre bairros e nos miolos dos bairros.

À zona norte, desse processo todo, restaram as costuras. Entre inúmeras discussões que os projetos sobre Tietê proporcionaram, é evidente que as relações com o seu entorno e sua vizinhança tornaram-se invisíveis. A retificação transformou o significado e as relações da população com o rio, transformou o valor de uso desse elemento e o valor de troca do entorno imediato, e, dessa forma, a retificação do rio Tietê é um exemplo elucidativo do processo de socialização do capital em sincronia com a urbanização. Observando estritamente para o papel da zona norte nesse processo, vê-se um deslocamento dos projetos para dimensões que afastam cada vez mais a narrativa da zona norte com o rio Tietê, restando as pontes como os únicos elementos que sobraram enquanto objetos de projeto para a zona norte. Esse aspecto não significa que as pontes fogem à lógica dos projetos para o Tietê, pelo contrário, reiteram que o papel dado ao rio é apenas o de transposição, dado que são as pontes os elementos que têm por objetivo a conexão entre a zona norte e o centro de São Paulo.

As melhorias das pontes trazem benefícios à população, é claro, e, além disso, não se pode negar que as pontes são elementos muito significativos para a paisagem cultural da zona norte em todas as suas narrativas. A antiga Ponte Grande, atual Ponte das Bandeiras, que conectava Santana ao centro da cidade, foi alvo de muitas narrativas e possibilidades de projeto que pensavam a integração do canal do Tietê com tratamentos paisagísticos dos passeios públicos que poderiam promover uma relação de desenho urbano mais aprazível à população. Não se pode negar os benefícios da transformação das pontes de madeiras em pontes de concreto no dia-dia dos habitantes da zona norte,

Figura 26.
Recorte de mapa da base SARA de 1930, meandros do Tietê no trecho da Freguesia do Ó. O meandro mais à direita é perceptível no espaço até hoje, conforme figura abaixo (n° 27). (via Geosampa)



Figura 27.
Entorno da ponte da Freguesia do Ó, onde havia um dos meandros do Tietê que fora ocupado por favelas, e posteriormente, onde por conjuntos habitacionais (Ortofoto de 2017 - via Geosampa)

Figura 28.
Rua Coronel Euclides Machado, que compõe o lado interno do meandro indicado na figura 27 em 10 de fevereiro de 2020. (notícias G1)



Figura 29.
Quadra da escola de samba Rosas de Ouro, localizada em região próxima á figura 28. (notícias G1)

Figura 30.
Foto aérea de 1940 sobre a região do Campo de Marte (via Geosampa)



Figura 31.
Alagamento no Campo de Marte após chuvas.
(Folha de São Paulo, 2011)

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

TEMPORAL

Zona norte foi a região mais afetada pela chuva; não houve vítimas

Chuva provoca inundação e desabamento em SP

da FT

As chuvas que atingiram a cidade de São Paulo ontem à tarde causaram inundações em ruas e casas, quedas de árvores, placas e até desabamentos de residências. A região mais atingida foi a zona norte. Até as 18h de ontem, a Defesa Civil não tinha registro de vítimas.

Às 15h30, as avenidas Marquês de São Vicente e Olavo Fontoura, ao lado do Sambódromo e a marginal Tietê, altura das pontes do Limão e Júlio de Mesquita Neto, estavam intransitáveis devido aos alagamentos.

Na avenida Ordem e Progresso, a água chegou a 2 m de altura, atingindo uma extensão de 500 m da avenida, segundo o Corpo de Bombeiros. Até as 18h, a água ainda não havia baixado no local.

Pelo menos 15 árvores caíram na Freguesia do Ó, Casa Verde e Limão. O revestimento do telhado do posto Nova Anhembi, na marginal Tietê, em frente ao Sambódromo, desabou às 16h. "Ninguém se machucou, pois o posto estava fechado", disse a frentista Nilda Bernardo da Silva, 22.

Três casas desabaram na região -duas na avenida Engenheiro Caetano Álvares e uma em Perus.

Não houve feridos. Várias casas ficaram inundadas na região, que também enfrentou falta de luz.

Figura 32.
Reportagem em arquivo digital da Folha de São Paulo sobre alagamento em 1997.

Figura 33.
Ponte da Casa Verde em 10 de Fevereiro de 2020
(notícias G1/Estadão)

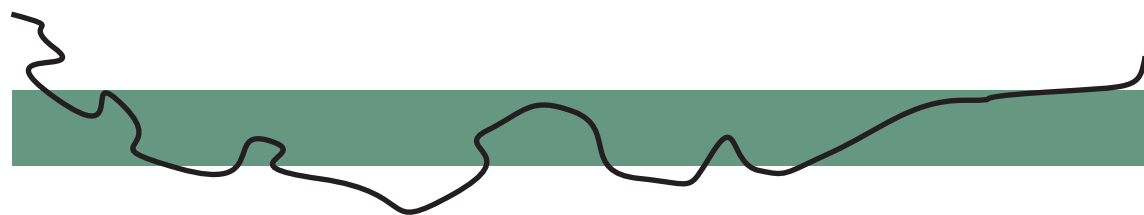


Figura 34.
Ponte da Casa Verde em 10 de Fevereiro de 2020
(notícias G1/Estadão)

Figura 35.
Entorno da Ponte do Limão em 10 de fevereiro de
2020. (notícias G1/Estadão)



Figura 36.
Rua José Papaterra Limongi, no Limão, em 10 de
Fevereiro de 2020 (notícias G1/Estadão)



Esquema 03.
Serra da Cantareira como presença na zona norte (produção própria)

2.3. Ocupação rumo à Serra da Cantareira

Se um dia a grande discussão envolta no planejamento urbano da zona norte foi a necessidade de transformação dos terrenos junto ao rio Tietê, hoje, é inevitável falar de expansão urbana sem destacar o avanço desse processo sobre a Serra da Cantareira. Contudo, da mesma forma que o além-Tietê já existia antes dos processos de urbanização formais, pode-se dizer que expansão da cidade sobre a Serra já se faz presente há bastante tempo também, porém, “urbanizar” essa região ganha novos contornos que podem ser comparados ao processo pelo qual passou o Tietê. A modificação da paisagem do Tietê para abrigar uma relevante infraestrutura para o meio urbano é um dado importante sobre a transformação da área, e, atualmente há uma grande obra em execução junto à serra que trouxe muitos impactos à região, trata-se do trecho Norte do Rodoanel. Há, sem dúvida, muitas similaridades entre esses dois contextos, mas o que diverge é a forma como são desenvolvidos os novos projetos urbanos – sempre renovados diante a atualização das demandas da chamada socialização do capital que se faz presente no processo de urbanização.

A Serra da Cantareira em toda a sua extensão abriga locais de realidades muito díspares, na sua porção nordeste, no contato com um tecido urbano mais estruturado junto aos distritos do Mandaqui e do Tremembé, a Serra chega a abrigar até condomínios de mansões edificadas no meio dela (potencial que se reforça ainda mais ao adentrar o município de Mairiporã), se configurando como um bucolismo surreal em comparação ao restante da vida em São Paulo. Na porção Noroeste, nos distritos da Cachoeirinha, Brasilândia e Jaraguá, o destaque de ocupação ocorre pelas favelas e loteamentos precários em constante crescimento. Essas formas de habitação tão distintas em contato com a serra, geram discursos e imagens também distintas sobre ela, a ponto de que no imaginário da população, a Serra da Cantareira só é reconhecida como tal, na parte Nordeste, onde vivem as habitações mais ricas e onde de fato se encontram os núcleos de parques da Serra que são visitados, como o Núcleo Pedra Grande.. À Noroeste, nos distritos da Brasilândia e da Cachoeirinha, que possuem cada um cerca de um terço da sua área composta pela Serra da Cantareira, essa relação com a serra é questionada quando colocada ao lado de bairros com maior vulnerabilidade. A imagem dessa vulnerabilidade leva a um imaginário onde



Esquema 04.
Estruturação viária sobre a Serra da Cantareira a partir do Rodoanel (produção própria)

aquilo que está do lado “pobre” não é a exuberante Serra da Cantareira, mas sim, uma mata qualquer remanescente. Angileli, em seu trabalho sobre as paisagens da Brasilândia, aponta formas de leitura da paisagem que precisam ser desenvolvidas para além das imagens estigmatizadas que se propagam sobre os bairros periféricos, apontando que o reconhecimento da presença da serra na história desses bairros é um dos passos importantes para compreensão de que a ocupação da serra não é somente um processo de “degradação” ambiental e que, muito menos, esse processo é consequência da população mais pobre.

As fronteiras da urbanização em países como o Brasil, que além de constituídos com heranças coloniais que permeiam a sociedade com suas características marcadamente exploratórias e racistas, estão na periferia do mundo capitalista e cujas condições de desigualdades transparecem de maneira mais acirrada e explícita, são fronteiras que se modificam, se expandem e revelam diversas formas de desenvolvimento dessas desigualdades sobre espaço. O Estado, enquanto a figura que centraliza as articulações legais sobre o ordenamento territorial, possui um papel importante para o desenrolar dessas formas, pois, se existem demandas do lado do capital pela expansão urbana, as transformações passam pela forma de planejamento que o Estado oferece – ou pela sua omissão, que também é uma forma de planejamento.

Na exposição de Angileli, que se debruça especificamente sobre a formação do distrito da Brasilândia, ela delineia esse processo de aproximação da ocupação urbana junto à Serra da Cantareira com nuances muito delicadas relacionadas ao momento em que cada geração populacional chega à região, separando os momentos de análise entre os períodos de 1940 a 1970, de 1970 a 1990 e a partir de 1990 – períodos onde ela relaciona os contextos históricos com as faixas de aproximação com a Serra da Cantareira. Os primeiros loteamentos se conformam dentro do contexto dos antigos donos de sítios e chácaras que parcelaram suas terras e as venderam a preços mais baixos do que restante da cidade e mais baixos, inclusive, que as localidades mais antigas da zona norte. Assim, dado que as porções mais próximas ao Tietê já estavam ocupadas, a aproximação com a serra se dá em um contexto clássico de expansão da malha urbana, propiciada pela existência de caminhos que chegavam a essa periferia, mesmo que precários. Entre 1940 e 1970, a ocupação se dá justamente nesses primeiros loteamentos próximos a esses caminhos, onde a autora indica uma população composta por imigrantes japoneses e italianos, além de um

contingente de população nordestina que chega à São Paulo no período bem como a população negra que se encontra no processo de expulsão do centro ou de chegada do interior do Estado. As favelas começam a surgir ainda nesse período, no início da década de 60, mas é no período seguinte que elas passam a compor significativamente a paisagem da região. No período de 1970 a 1990, a autora destaca as sucessivas legislações urbanísticas que em um primeiro momento enrijecem os parâmetros de loteamentos (leis nº 7.805 de 1 de novembro de 1972 – lei de zoneamento – e nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979), porém, visto que tal ação não punia nem impedia na prática os loteamentos clandestinos, passou na década de 80 a ter mudanças normativas que flexibilizavam as normas de loteamentos (como no caso da lei nº 9.413, de 30 de dezembro de 1981) e que, de certa forma, anistiavam determinadas situações, possibilitando a regularização dos loteamentos irregulares, de modo que isso gerou uma profusão de situações onde os loteamentos não foram executados com toda a infraestrutura requerida anteriormente, configurando áreas desprovidas de um processo de urbanização completo.

Um destaque feito pela autora, que indica o porquê houve esse alinhamento entre Estado e iniciativas precárias de loteamento, é a visão, especialmente durante o regime militar, de que a condição de propriedade poderia acalmar os ânimos da população frente aos descontentamentos das condições gerais de vida, promovendo-se slogans como “um proprietário a mais, um revolucionário a menos”, ou seja, era mais importante para o contexto que a habitação fosse concedida enquanto forma de propriedade do que enquanto forma de projeto de urbanização.

A ocupação das áreas periféricas mostrou-se como resultado de uma articulação de interesses. A expansão dos loteamentos periféricos irregulares e a autoconstrução em parte funcionaram como uma “solução” para o Estado, atendendo à demanda por habitação popular. Um Estado contraditório, que encobria suas reais motivações: a “destruição da política de aluguéis e o estímulo à aquisição da casa própria” 9 (CARVALHO, 2002:81).

Os loteamentos periféricos tornaram-se fonte de renda para a iniciativa privada. Ao lotearem áreas rurais, esta estrutura especulativa gerou muito lucro, já que os loteadores podiam vender os lotes a preços muito baixos, porém, sem qualquer infra-estrutura. Por um lado, o próprio governo sabia que não poderia, a curto e a médio prazo, servir esses loteamentos de equipamentos e infraestrutura urbana. Por outro lado, essa expansão mostrava-se “necessária”, isto

porque atenuava o déficit habitacional do período pós-segunda guerra. E com frases como: “podem construir suas casas sem planta que a Prefeitura fecha os olhos”, o governador Ademar de Barros, em 1947, ilustra em parte esse processo. (SANTOS, L. 1992).

Angileli, Cecília Maria de Moraes Machado. “*Paisagens Reveladas no cotidiano da periferia*” (2014). Páginas 62 e 63.

Em meio a esse contexto de loteamentos, ocorre ainda o surgimento e acelerada expansão das favelas, enquanto forma mais precária de habitação, estreitamente ligada à impossibilidade de acesso formal à terra urbana. Conforme indicado, as primeiras favelas na região surgem ainda na década de 1960, muitas vezes nos arredores de loteamentos recentes, mas se expandem a partir de 1970 ocupando principalmente os espaços públicos remanescentes e repetindo a história de inserção sobre os piores terrenos, isto é, áreas ambientalmente sensíveis. A existência de favelas entre os períodos de 1970 e 1990 é relevante, porém, na exposição de Angileli, a partir da década de 1990 se acelera essa forma de produção do espaço e pode-se dizer que ela se sobrepõe nesse período em relação aos loteamentos.

Entre as variações de infraestrutura no espaço, sobram às favelas os piores terrenos, os terrenos que justamente por não terem sido “consumidos” pelo mercado formal, são ocupados pela população mais pobre. Entre rios, córregos e áreas de declives acentuados e áreas públicas, novos bairros surgem, cada vez mais distantes do centro de São Paulo e cada vez mais próximos à Serra – e cada vez mais enfrentando as topografias que a geografia dessa região impõe.

Distritos como a Brasilândia e a Cachoeirinha são compostos por camadas de habitação desses contextos, é tão emblemática as relações de hidrografia e topografia nessa fronteira pré-Serra, de modo que ao observar imagens de satélite da região, é nítida a leitura topográfica sob os morros ocupados em lugares como o Jardim Damasceno ou o Jardim Pery. Angileli ao entrevistar os moradores da área, aponta que nos loteamentos mais antigos há muitas memórias sobre a relação com a natureza, onde nascentes de rios e matas faziam parte de seus terrenos, enquanto, há outros tecidos desses distritos onde tais relações são nulas. A composição dessas camadas é muito variada, é possível ler no território as camadas de favelas mais antigas e mais recentes, por exemplo,

onde algumas dessas favelas mais antigas possuem um grau de transformação significativa ao longo do tempo em termos de técnica de construção e de condições de urbanização, sendo lidas como bairros que se distanciam da origem de favela. Em alguns bairros, loteamentos, favelas e conjuntos habitacionais conformam a paisagem em uma articulada relação urbana que expressa diversos momentos da política habitacional paulistana.

Destaca-se que rios aqui são novamente evocados como locais de morada, córregos como o Canivete e o Bananal que cortam a área e delineiam morros aparecem como cursos d'água que não foram modificados e transformados como o Cabuçu de Baixo (sob a Avenida Inajar de Souza e do qual são afluentes) e o Mandaqui (sob a Avenida Engenheiro Caetano Álvares), porém, nas suas margens se reproduz continuamente aquilo que se viu em São Paulo no início da ocupação urbana: a instalação da população mais pobre sobre as margens de cursos da água em situações precárias, porém, agora de maneira mais intensa e ainda mais precária.

A autora, na sua abordagem de desvelar a paisagem da Brasilândia, tece uma crítica da visão estigmatizada da violência e da marginalidade que permeia o cotidiano da população local e, entre as inúmeras situações cotidianas relatadas, uma das mais emblemáticas é aquela onde jovens indicam que moram na Freguesia do Ó quando questionados sobre sua residência em entrevistas de emprego, por medo da associação de imagem que podem sofrer ao revelarem que moram na Brasilândia. Por outro lado, nas entrevistas coletadas por Angileli, é possível identificar que certos estigmas são um desafio dentro da população como um todo da região, porque as camadas diversas de habitação e os contextos variados da constituição de bairros e favelas tensionam acusações entre a própria população, quando se formatam ideias de que a violência não existia antigamente ou que o desmatamento de florestas decorre das camadas de população mais recente.

Os estigmas carregados por esse pedaço da zona norte, entretanto, não traduzem a paisagem de memórias da região, onde se encontra uma imensidão de culturas e lutas. O espectro cultural desse lugar tem muitas similaridades com os seus vizinhos mais próximos ao rio Tietê, apesar destes não sofrerem com o mesmo estigma. Infelizmente, a reprodução de imagem violenta dessa região

perpetua tanto dentro de camadas da população que a compõe, bem como é reproduzido por camadas da população que habitam esses distritos vizinhos, configurando uma relação paradoxal, visto que os trânsitos migracionais entre os diversos bairros da zona norte é evidenciado nas entrevistas coletadas por Angileli, conforme a destacada abaixo:

A narrativa de vida de Sandra Regina, revela a trajetória de um desses moradores que tem coragem e fibra.

"Eu nasci na Casa Verde. Com menos de um ano, minha mãe se mudou para a Vila Bancária, que fica no distrito da Freguesia do Ó. Sou a quarta de cinco filhos. Casei aos 17 anos e fui morar em Rio Claro, meu marido teve uma proposta de emprego lá. Depois voltamos para a Vila Bancária, mas ainda não tínhamos nossa casa própria. O tempo que ficamos em Rio Claro foi bom, porque não pagamos aluguel, nem água e nem luz, então pudemos guardar dinheiro, fizemos uma poupança. Naquela época, a poupança rendia. Voltando para São Paulo, voltei a trabalhar. Sempre trabalhei em escritório. Informalmente, sempre trabalhei, desde nove anos ajudava a cuidar das crianças dos vizinhos, trocava fralda, tudo para ter um dinheirinho. Chegando de Rio Claro fui trabalhar na Barra Funda, em uma empresa no setor de contas a pagar, e fiquei dois anos. Apertávamos o orçamento para guardar dinheiro. Então começamos a procurar uma casa para poder parar de pagar aluguel. Não procuramos próximo de onde estávamos, porque era mais caro. Conhecemos então um corretor que andava conosco nos fins de semana. Quando surgia uma oportunidade, ele ligava no meu serviço; até que surgiu uma casa aqui na Brasilândia, no Jardim Princesa. Eu vim aqui à noite, com ele e disse que poderíamos fechar o negócio, mas teríamos que ser rápidos, porque tinham outras pessoas interessadas. Eu também queria fechar o negócio, porque já tinha procurado bastante, mas tinha um pouco de receio da Brasilândia, pelo que falavam daqui, como sendo um lugar violento. Eu achei que estava dentro do que poderíamos pagar, tínhamos a metade do valor da casa. Fizemos uma contra proposta e compramos. [...]"

Angileli, Cecília Maria de Moraes Machado. "*Paisagens Reveladas no cotidiano da periferia*" (2014). Páginas 77 e 78.

Na sequência do relato em questão, a moradora Sandra Regina expõe que via a Brasilândia inicialmente como um local onde não tinha laços, desenvolvendo todas as suas atividades cotidianas na Freguesia do Ó, onde tinha um maior

vínculo pessoal, ou em outros bairros próximos ao trabalho dela, mas a partir do envolvimento com a Igreja da sua rua, Sandra indica uma mudança de visão sobre a região, onde passa a se envolver com o bairro de maneira ativa e engajada.

Do ponto de vista da leitura da cidade por meio dos movimentos sociais, essa região é responsável por um vasto histórico entre movimentos de reforma urbana, lutas contra a ditadura militar, reivindicações diversas por melhorias de seus bairros, movimentos articulados com as comunidades eclesiais de base, lutas por moradia e marcado também pela presença de movimentos negros, de coletivos voltados à promoção de cultura, educação, arte e de grupos que debatem as identidades periféricas com os recortes de classe, de gênero, de raça e de orientação sexual.

Em meio a esse panorama, a temática ambiental disputa muitas narrativas. A falta de infraestruturas de drenagem, saneamento, mobilidade e de políticas de preservação dos remanescentes de Mata Atlântica na mesma medida em que são formas de exposição à riscos à população local são também formas de negação da constituição de bairros adequadamente equipados, ou seja, é a dupla negação da habitação – negação da moradia e do bairro. Assim, essa população convive com áreas de riscos geológicos, de enchentes e de uma ausência generalizada de equipamentos e infraestruturas, enquanto buscam formas de moradias e são vistas com o estigma que as periferias carregam.

No trabalho de Angileli, cabe o destaque ainda com relação a síntese que a autora busca quanto às relações entre os períodos de ocupação e o envolvimento da população com a Serra, conforme exposto na figura a seguir:

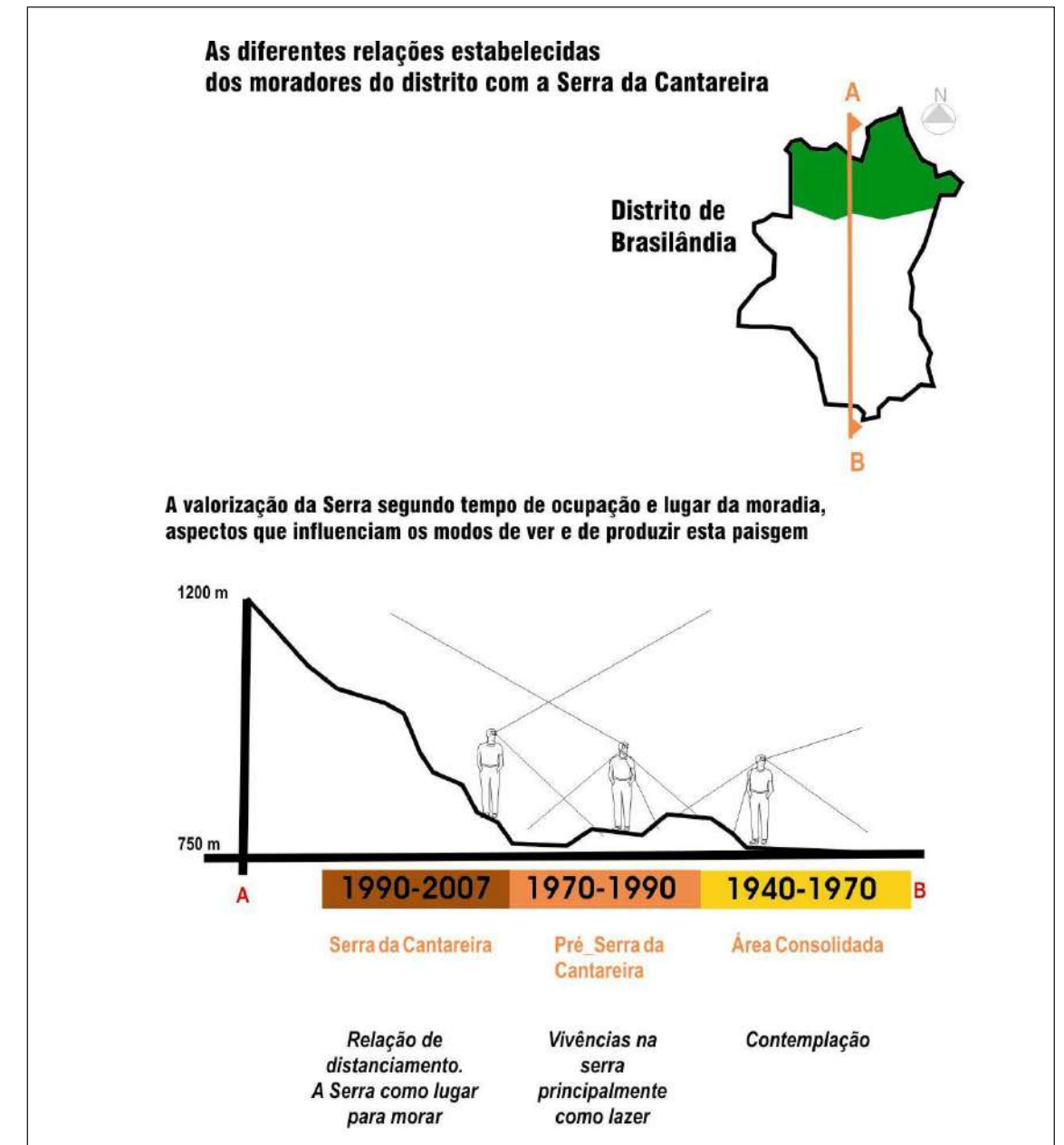


Figura 37.
Síntese feita por Angileli (2014) sobre as relações de ocupação da Serra

Nessa leitura, Angileli desenvolve uma reflexão que pode ser interpretada enquanto o desenvolvimento contínuo de processos de produção do espaço urbano que tendem à supressão das relações de afetividade com a paisagem. Assim, um dos aspectos mais emblemáticos dessa abordagem são as perspectivas de transitoriedade e permanência, que são fundamentais na dimensão de construção da paisagem por parte da população e que são resultantes influenciadas pelas condições do espaço.

Dentro desse contexto, a construção do trecho norte do Rodoanel provoca uma paisagem de contradição, onde, de um lado, bairros inteiros esperam a atuação do poder público para promoção de melhorias em várias demandas urbanas, enquanto, do outro, a instalação do Rodoanel é símbolo de uma infraestrutura construída para atendimento logístico dos fluxos de capital com um projeto que passa na fronteira entre a Serra da Cantareira e a área urbanizada sem qualquer desenho que possibilite alguma melhoria de mobilidade à região ou que promova qualquer interação entre esse objeto e o entorno onde se instala. Ou seja, é objeto que se instala na área ignorando-a por completo, inclusive acentuando a tendência de distanciamento que Angileli já sinaliza na camada de ocupação mais recente da Serra. Além disso, essa obra trouxe um impacto ambiental e social à região, promovendo o desmatamento de parte da Serra e a remoção de favelas que estavam no caminho dessa construção, onde a população removida é obrigada a se instalar em condições ainda piores e/ou ocupar áreas preservadas na busca por novos locais de moradia. Outros impactos promovidos pelo Rodoanel na região ainda são estudados, e, entre eles, questiona-se de que modo essa infraestrutura se configura como uma nova ameaça à preservação da Serra da Cantareira, porém, que pode ser muito maior do que a expansão periférica se mostrava, por se tratar de um elemento de escala de uso metropolitana.

A retificação do rio Tietê, conforme abordado por Seabra, invisibilizou os significados que a população tinha com o rio. O rodoanel, dentro de uma nova lógica de estruturação territorial paulistana mas com os mesmos objetivos que motivaram as marginais, é a infraestrutura que rompe as relações da população com a serra.



Figura 38.
Foto aérea de 1940 sobre a região entre Cachoeirinha e Brasilândia, esboçando a baixa ocupação da área, porém a existência já relevantes vias como as avenidas Cantídio Sampaio, Parada Pinto, Itaberaba e Parapuã (via Geosampa)

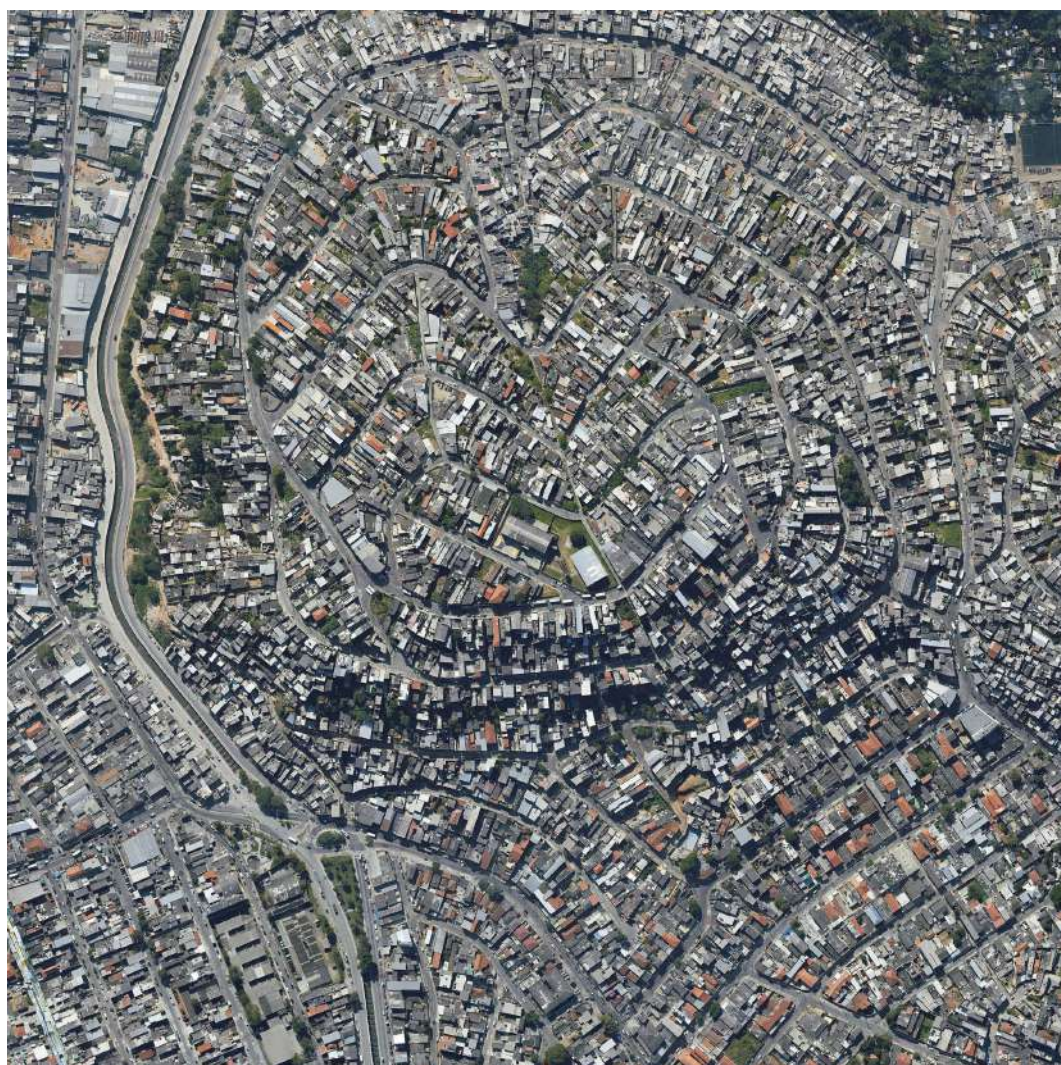
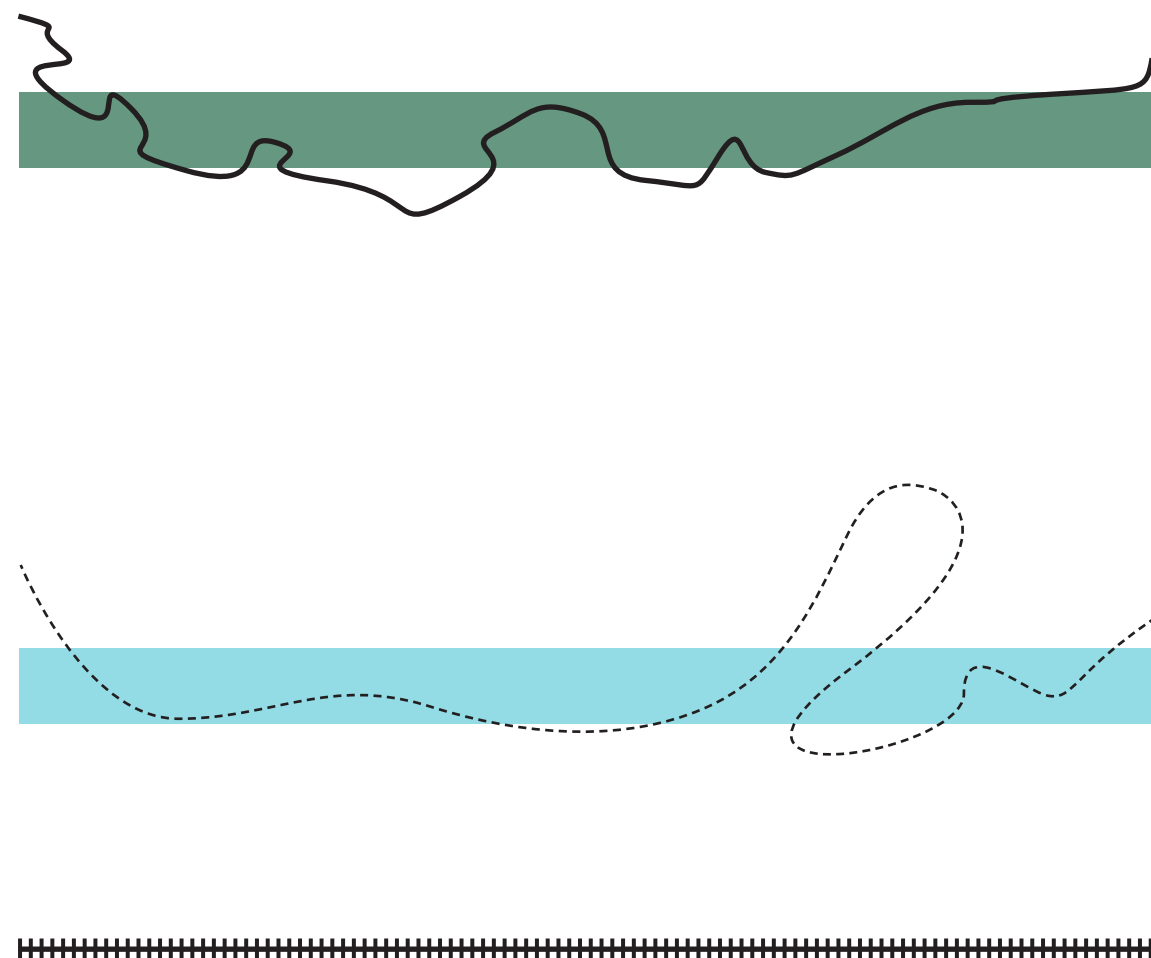


Figura 39.
Jardim Pery, localizado no distrito da
Cachoeirinha (Ortofoto de 2017 - Geosampa)

Figura 40.
Jardim Paraná no entorno com a construção do
Rodoanel (Ortofoto de 2017 - Geosampa)



Figura 41.
Jardim Damasceno no entorno com a construção
do Rodoanel (Ortofoto de 2017 - Geosampa)



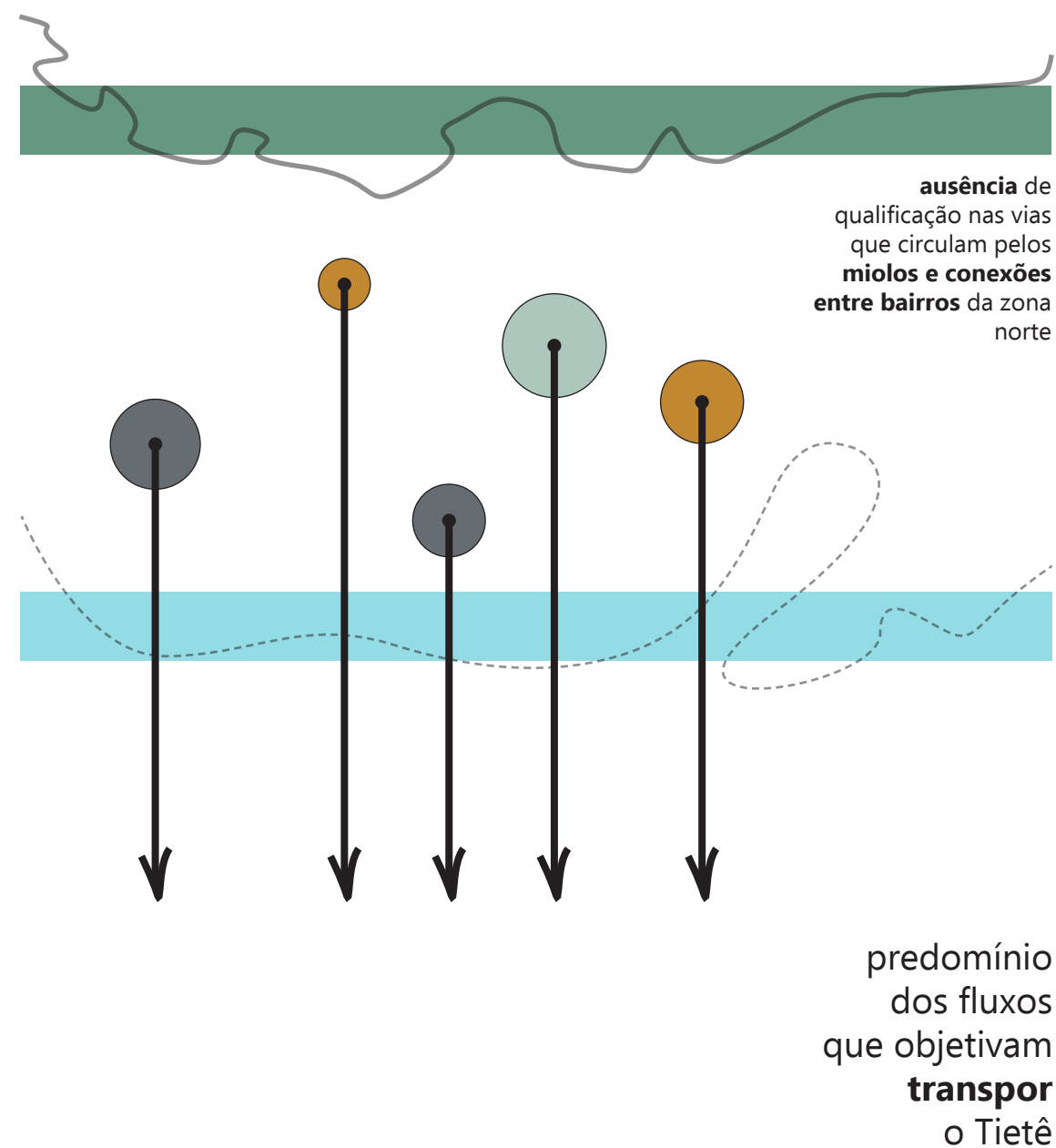
Esquema 05.
Ferrovia como relevante estrutura integrante do "outro lado" do rio (produção própria)

2.4. Percursos pelo urbanismo contemporâneo: As novas costuras sobre o Rio como objeto do planejamento urbano e dos interesses imobiliário-financeiros

Não se pode debater as propostas do urbanismo contemporâneo sem observar os instrumentos que são previstos pela legislação urbanística vigente de São Paulo, visto que são esses instrumentos que direcionam as transformações no desenho da cidade. O atual Plano Diretor Estratégico (PDE) de São Paulo, lei nº 16.050 de 2014, foi desenvolvido dentro de um contexto de grande amparo técnico-urbanístico em sua formulação, com a pretensão de construção de estratégias e de instrumentos diversificados, com textos, oficinas e abordagens em geral que promovem um discurso de "desenvolvimento" da cidade a partir das relações econômicas, sociais e culturais. Por um lado, dentro do próprio texto da lei, são reconhecidas muitas referências históricas e geográficas relevantes do ponto de vista social e cultural que apontam para um ideário de cidade mais "inclusiva" e "sustentável". Por outro, os instrumentos desenvolvidos conjugam uma relação de contrapartidas "sociais" e ambientais estreitamente ligadas ao desenvolvimento "ordenado" do mercado imobiliário.

A criação da Macroárea de Estruturação Urbana está no centro dessa discussão de "ordenamento" do mercado imobiliário. Ela é promovida através de um discurso aparentemente progressista sobre a racionalização entre transportes e habitação, indicando que a cidade deveria promover o adensamento construtivo nas regiões mais infraestruturadas da cidade, ou seja, esse viés aponta uma forma de política urbana habitacional e de desenvolvimento de desenho da cidade a partir desse eixo estrutural. No entanto, os instrumentos previstos para essa "macroárea" pautam essencialmente incentivos diversos para o adensamento construtivo dessa região, assim, esse tipo de solução se apresenta mais como uma política urbana econômica para o setor da construção civil que ganha incentivos para edificar do que como política habitacional de fato - visto que adensar não é sinônimo de que o incremento habitacional será efetivamente destinado à população que requer moradia.

Na ponta contrária, a demarcação de ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) permanece como a principal estratégia destinada aos locais mais



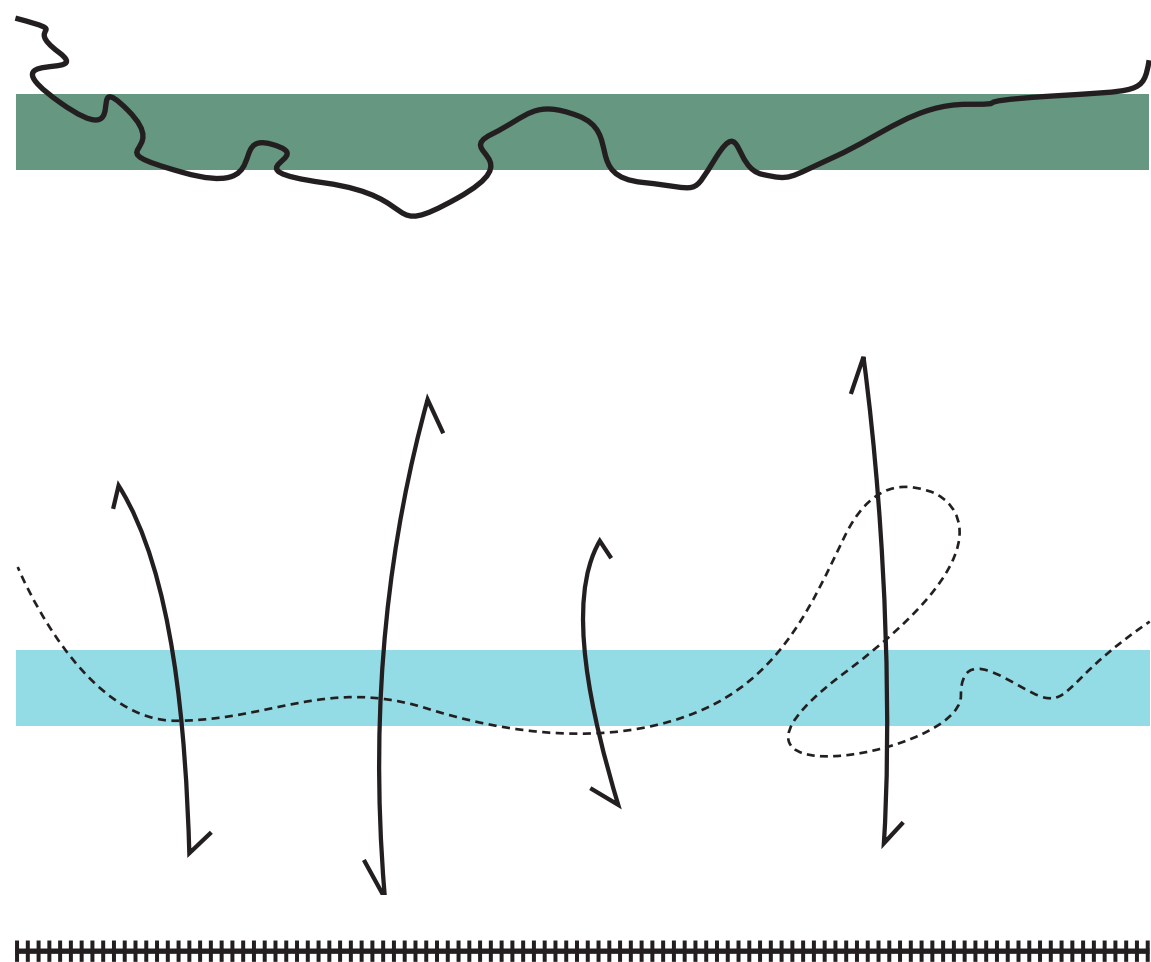
Esquema 06.
Fluxos predominantes no cotidiano (produção própria)

vulneráveis da cidade. Esse frágil instrumento, que por um lado reconhece e indica a necessidade de intervenção para essas áreas, por outro, não possui dentro do PDE estratégias que garantam a efetivação dessa demanda de melhoria de desenho urbano. Os instrumentos mais complexos que indicam a provisão de habitação de interesse social se desenvolvem também dentro das contrapartidas do mercado imobiliário ao invés de se desenvolverem sobre instrumentos de desenho urbano, assim, indicam-se formas de atuação do mercado imobiliário na promoção de habitação de interesse social e o espaço torna-se um passivo à espera de interesse desse mercado para sua reconfiguração – estabelecendo uma relação de dependência. Outro elemento importante de discussão sobre as ZEIS é que, desde 2014, ocorreu uma mobilização do mercado imobiliário a fim de consolidar junto ao Estado a condição de subsidiário para a produção imobiliária privada para essas habitações de interesse social, aspecto esse que reflete em vários instrumentos do PDE.

Desse modo, a discussão de desenho urbano no PDE de São Paulo aparece então em dois grandes estratos: nas áreas de maior acessibilidade e infraestrutura, prevê-se um conjunto de intervenções rumo ao adensamento construtivo, nas mais precárias, vislumbra-se a melhoria de infraestrutura urbana de modo a qualificar o espaço construído em áreas vulneráveis. A efetivação desses interesses, porém, se dá a partir dos instrumentos previstos e, no caso do adensamento, os instrumentos são diversos e pautados no mercado imobiliário, enquanto no segundo há um esvaziamento de propostas.

Essas relações podem ser observadas a partir dos desdobramentos do Plano Diretor através dos Planos Regionais e dos Projetos de Intervenção Urbana (PIU) – ambos previstos no PDE.

Na tentativa de incorporação das pautas urbanas levantadas pela população de forma mais incisiva, os Planos Regionais abordam intervenções necessárias nos bairros a partir de uma escala que o PDE não consegue se aproximar e aprofundar. O desenvolvimento dos Planos Regionais propõe intervenções de desenho urbano nos bairros e tem como sua principal base as ações e instrumentos de metodologia participativa, aplicadas nas diversas oficinas realizadas para tal.



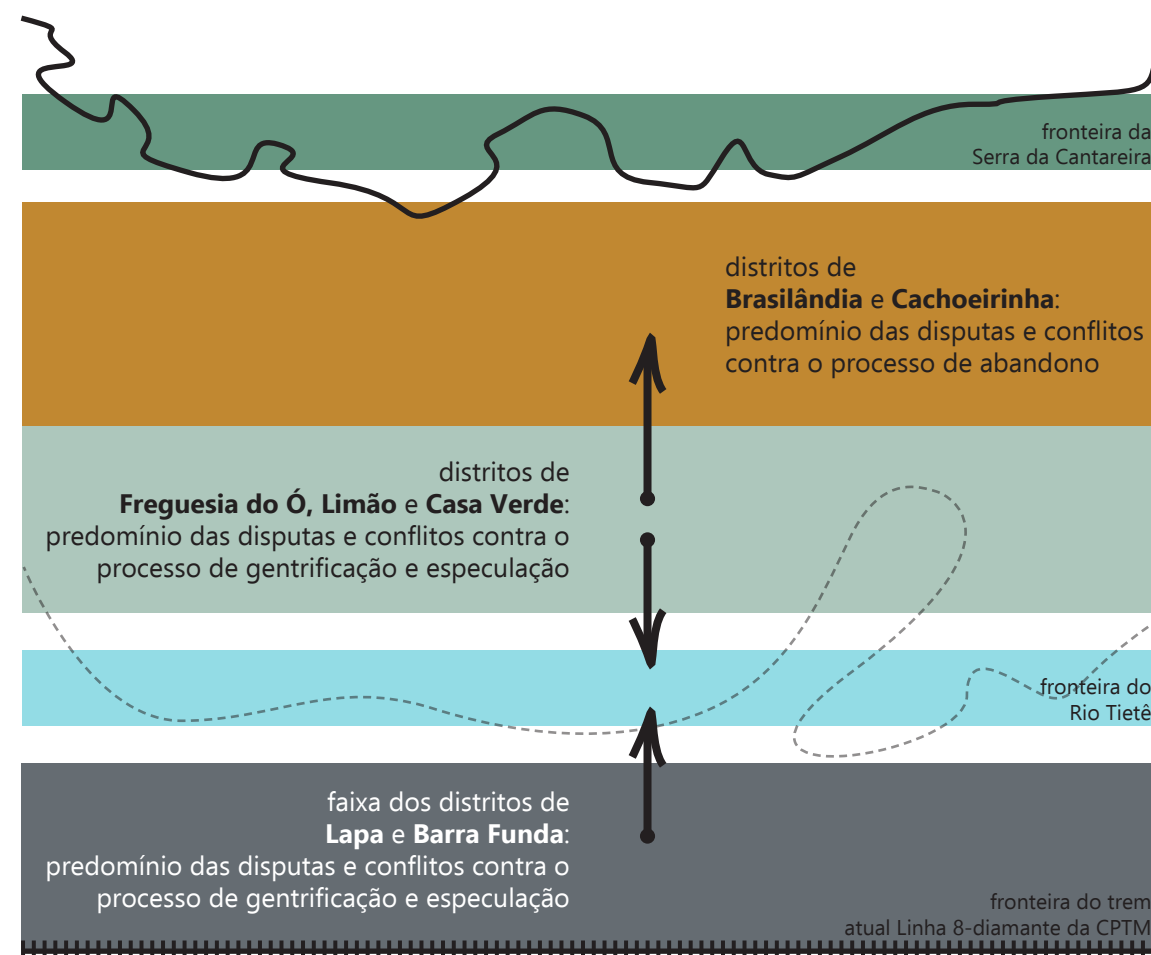
Esquema 07.
Novo processo de costuras a partir das transformações imobiliárias
na Lapa e Barra Funda (produção própria)

No entanto, ao observar a aplicação dessas metodologias vê-se que as estruturas empregadas não são suficientes para abranger e envolver ativamente a população na transformação do espaço urbano. As oficinas e audiências públicas restringem muito a forma de atuação da população comparada às outras formas de envolvimento e de metodologia de processos participativos, e não é à toa que boa parte das intervenções que são propostas acabam desenvolvidas no território sem que a população tenha alguma forma de acompanhar os projetos em curso e interferir neles. Provocando assim um enorme descolamento entre as expectativas dos Planos Regionais e as ações reais que se desdobram dele.

Além disso, vê-se que esses planos acabaram se limitando muito ao que foi proposto à época de suas oficinas e desconsideraram que certas propostas possuem fragilidades em relação ao tempo entre a discussão e ação. Um caso bastante emblemático, por exemplo, é o Parque da Brasilândia, que aparece dentro do plano Regional da Freguesia do Ó/Brasilândia, porém, que envolve questões de conflitos na região que exigiriam uma atuação ativa do poder público desde à época de sua proposição. Esse parque compreendia uma área de Mata Atlântica de mais de 300mil m², porém, o avanço da construção de um loteamento clandestino sobre essa área paralelo ao avanço de favelas, impulsionou um acelerado processo de desmatamento de quase toda a sua vegetação desde novembro de 2016, de modo que não é possível enfrentar o desenvolvimento de um projeto de parque atualmente nesse lugar com as mesmas premissas que existiam em 2015.

Desse modo, apesar do grande significado que teve para o reconhecimento das demandas de desenho urbano nos bairros, os Planos Regionais esvaziaram-se pela falta de desdobramentos, consolidando-se apenas como um referencial de estudos dos distritos – que podem ou não ser incorporados em leis específicas ou outras estratégias de efetivação dessas demandas.

O Projeto de Intervenção Urbana (PIU), de maneira distinta aos Planos Regionais por possuir uma maior sofisticação de instrumentos e estratégias, tem como foco a transformação urbana de determinada região a partir de estudos urbanísticos-econômicos que apontam áreas com maiores potenciais construtivos para edificação pelo setor privado e que possam ser uma forma de captação de recursos para melhoramentos urbanos nessa mesma região – ou



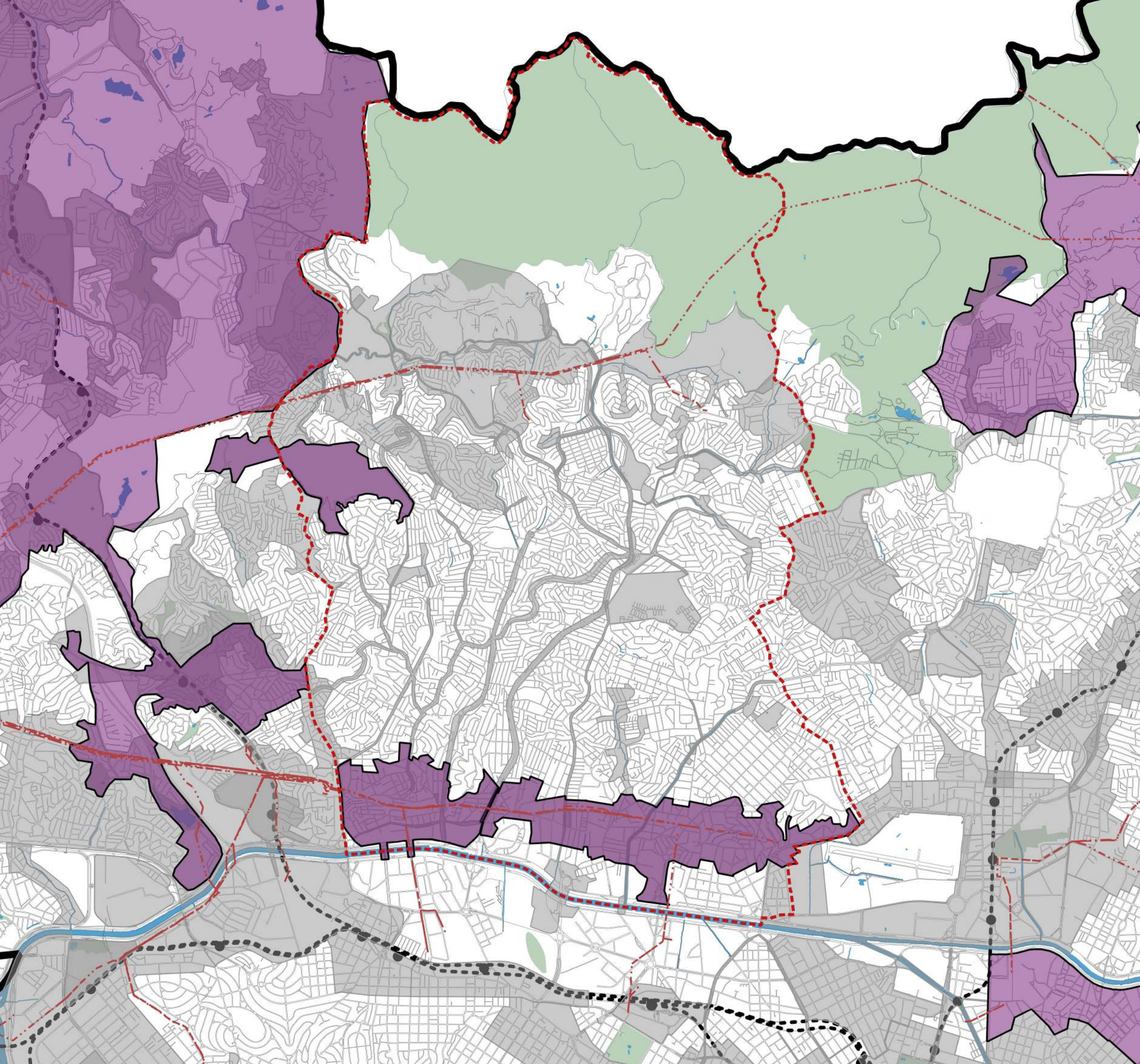
Esquema 08.
Aproximações de processos entre as duas margens do rio,
distanciamentos nas relações internas da zona norte (produção própria)

seja, é um instrumento que se coloca como uma atualização das Operações Urbanas propondo maior coordenação entre as intervenções nas infraestruturas e no adensamento. Os PIUs são concebidos para serem implementados principalmente na Macroárea de Estruturação Metropolitana.

Ao observar os cinco distritos em análise, há sobre essa área a abrangência de dois PIUs – o PIU Arco Tietê e o PIU Anhembi – e ambos se encontram na porção desse território mais próxima à marginal, contemplando parcialmente os distritos da Freguesia do Ó, do Limão e da Casa Verde. Reitera-se que essas são também as áreas mais próximas ao centro da cidade e de maior disponibilidade de infraestrutura urbana.

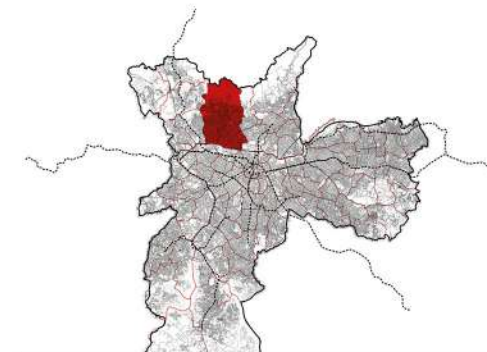
É necessário destacar que parte dos PIUs em atual desenvolvimento foi previsto já na elaboração do PDE, mas enquanto instrumento urbanístico, os PIUs são modelos que podem ser criados independentemente dessa previsão anterior, inclusive, alguns deles decorrem de ações previstas em Planos Regionais. Essa relação se deve ao fato de que os PIUs são elaborados a partir de um fluxo de desenvolvimento que se estrutura na proposição sobre áreas de que demandam grande “transformação”, no estudo de modelo urbanístico-econômico que apresente a viabilidade econômica do modelo, no desenvolvimento de um programa de intervenções urbanas. Assim, o PIU envolve um ciclo sofisticado e próprio.

O PIU Arco Tietê é demarcado no próprio PDE como uma das principais áreas de interesse da Macroárea de Estruturação Urbana, enquanto O PIU Anhembi foi proposto posteriormente – ele aparece como uma aplicação do instrumento do PIU associado ao plano de desestatização promovido na gestão do Prefeito João Dória, já que aqui o PIU é uma forma de privatizar Complexo do Anhembi. Apesar dessa diferença, as propostas desenvolvidas nos seus estudos são bastante similares, pois tanto no PIU Arco Tietê quanto no PIU Anhembi, o trecho da zona norte abrangido é lido como uma área de apoio à zona oeste e ao centro, visto que o local é tratado como mero espaço que demanda conexões sobre o Tietê e onde as intervenções previstas se concentram nas vias onde se preveem elementos de “melhoramentos viários” – é a retomada das discussões sobre as costuras sobre o Tietê.



MAPA-CONTEXTO _ 10:
PLANOS REGIONAIS

-  Plano de ação regional
-  Planos de ação macro
-  Linhão de transmissão



Localização em São Paulo/SP

Escala: 1:50000

MAPA-CONTEXTO _ 11:
**PROJETOS DE
INTERVENÇÃO URBANA**



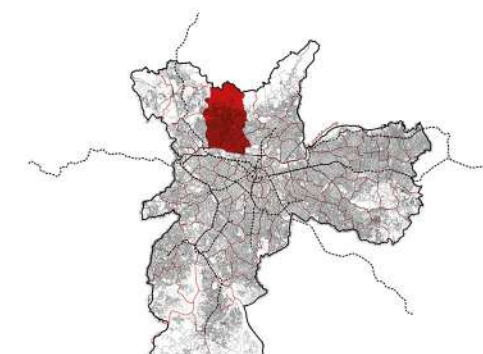
PIU Arco Tietê



PIU Anhembi: Perímetro de abrangência da ZOE (Zona Ocupação Especial a ser parcelada)



PIU Anhembi
Perímetro expandido



Localização em São Paulo/SP

Escala: 1:50000

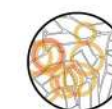
MAPA-CONTEXTO _ 12: LANÇAMENTOS IMOBILIÁRIOS

Lançamentos comerciais desde 1985
por quantidade de conjuntos

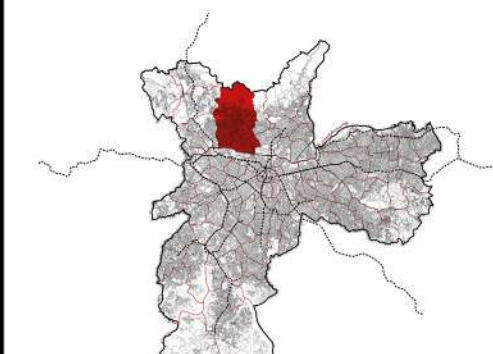
- 1 - 15
- 15 - 35
- 35 - 60
- 60 - 105
- 105 - 668

Lançamentos residenciais desde 1985
por quantidade de unidades

- 1 - 9
- 9 - 28
- 28 - 56
- 56 - 93
- 93 - 1780

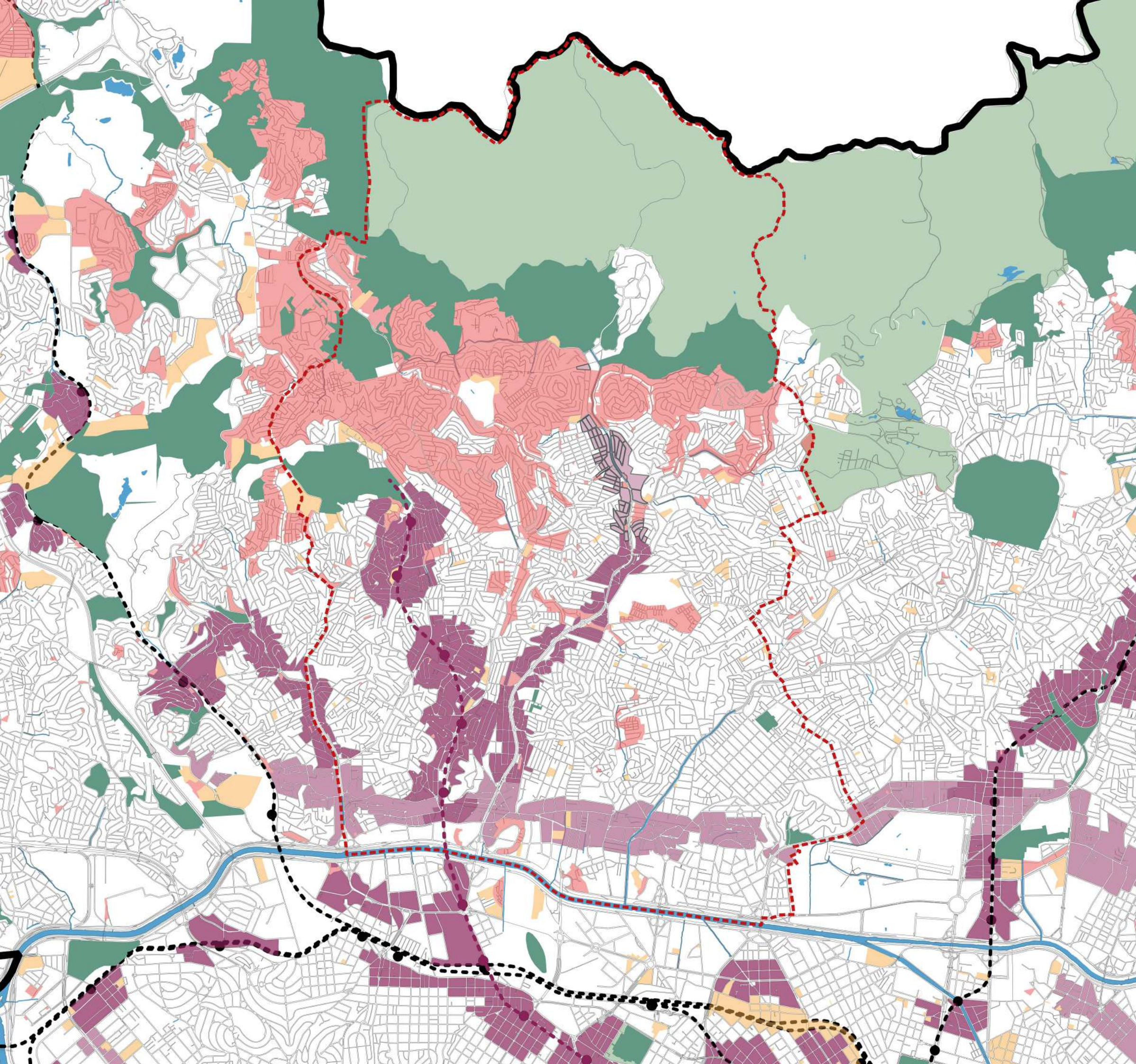


Sobreposição de lançamentos
ou tipologias



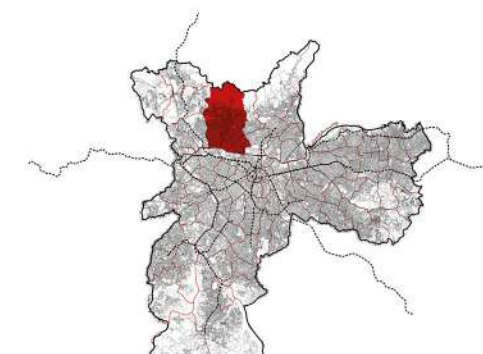
Localização em São Paulo/SP

Escala: 1:50000



MAPA-CONTEXTO _ 13:
**ELEMENTOS DE
ZONEAMENTO**

-  ZEIS 1
-  ZEIS 2, 3, 4 e 5
-  ZEU e ZEM
-  ZEUP e ZEMP
-  ZEPAM



Localização em São Paulo/SP

Escala: 1:50000

O PIU Arco Tietê abrange diversos os bairros junto às duas margens do Tietê de leste a oeste, se configurando como uma proposta de transformação urbana pautada no Tietê como eixo estrutural viário. A partir dessa condição, desenvolve-se um discurso de que as áreas ao seu redor demandam passar por uma intensa transformação a fim usufruir dessa grande infraestrutura. Toda a porção da zona norte lindeira ao Tietê faz parte desse PIU, o que significa que, dos distritos estudados, parte da Freguesia do Ó, do Limão e da Casa Verde estão dentro da área do PIU. Entre as diversas discussões inseridas no âmbito do PIU, o papel desses distritos em específico pode ser resumido em três principais propostas: a construção do Apoio Norte, a melhoria nas transposições sobre o Tietê e a estruturação do centro histórico da Freguesia do Ó.

O Apoio Norte é a proposta de construção de um eixo viário paralelo ao Tietê que sirva de apoio a ele. A vantagem desse apoio é a melhoria na conexão entre os bairros da zona norte, que não possuem muitas vias que atravessam transversalmente esses bairros. A construção desse apoio é prevista a partir da conexão de algumas vias existentes, como a Avenida Braz Leme, a Avenida Nossa Senhora do Ó (entre outras na região da Vila Maria e da Vila Guilherme) e do uso dos terrenos por onde passam um linhão na região da Casa Verde e do Limão que pode ser utilizado para a implantação desse eixo. Porém, mais do que estabelecer essa conexão entre vias, o Apoio Norte prevê que as quadras no seu entorno sejam consideradas ZEMP (Zona Eixo de Estruturação da Transformação Metropolitana Prevista), isto é, que nessas quadras possam ter densidades construtivas altas a partir da implantação desse Apoio Norte, configurando-se como local de interesse ao mercado imobiliário.

Já as melhorias nas transposições sobre o Tietê são um conjunto de intervenções sobre as pontes existentes, além da criação de novas conexões, que são demandadas como forma de integração desse Apoio Norte com o outro lado do rio – peculiarmente, parte das melhorias nas transposições já estavam propostas na Operação Urbana Água Branca, reforçando a importância dessas transposições dentro dessa noção de transformação urbana.

Desse modo é bastante evidente qual é o papel da zona norte dentro desse PIU: espaço a ser costurado com o centro. As demais proposições sobre esse espaço são muito superficiais, tratando de melhorias viárias em vias muito específicas (geralmente associadas ao Apoio Norte ou às pontes) e de

regularização ou melhoria nos conjuntos habitacionais existentes (sem fazer nenhuma menção dentro da zona norte de novas áreas destinadas à provisão de habitação de interesse social).

Tais intervenções, além de pouco resultarem em mudanças benéficas reais ao espaço que elas abrangem, acabam por impulsionar ainda mais a diferenciação desses bairros com os vizinhos mais ao norte, ou seja, a diferenciação promovida pela infraestrutura das conexões e pela intensificação imobiliária ao seu redor mais do que pela qualificação de seus espaços de bairro – Santana é o único distrito onde aparecem intervenções mais significativas dentro do miolo do bairro

Em escala mais regional, o contexto de criação do PIU Anhembi envolve uma discussão prévia que embasa a tese de subutilização desse espaço e de seu entorno, assim, esse PIU é em um estudo de possíveis novos parcelamentos para toda a sua área de atuação, onde o único imóvel que é indicado a ser mantido em qualquer cenário é o Sambódromo do Anhembi – porém, sua privatização também é objeto de análise do PIU, onde a única condição imposta a um possível interessado é a de concessão à Prefeitura de São Paulo durante o período de eventos do Carnaval. Os ganhos financeiros previstos nesse PIU são indicados a serem utilizados na sua área de perímetro expandido do PIU, que engloba um trecho da Ponte da Bandeiras, em Santana, até a Ponte Júlio de Mesquita, no Limão. Chama a atenção entre as ações previstas a concentração delas em um trecho desse perímetro, destina-se a maior parte dos “benefícios” das intervenções ao Distrito de Santana, mostrando a centralidade desse distrito na discussão desse PIU em detrimento dos distritos do Limão e da Casa Verde. Outro aspecto relevante nos estudos desenvolvidos para a elaboração do PIU é a completa falta de articulação entre o objetivo de manter o Sambódromo e de pensar ações que dêem suporte ao seu funcionamento, já que a operação logística dele não é considerada, visto que a área de concentração das escolas de samba e de suas alegorias é colocada como mero terreno disponível para o parcelamento.

Dessa forma, a falta de desdobramentos efetivos dos Planos Regionais, bem como os incentivos ao adensamento dentro das áreas de influência dos PIUs apontam para uma visão de desenho urbano que volta a olhar para as imediações do Rio Tietê como espaço que precisa ser transformado a fim de atender novas

demandas do mercado imobiliário, inclusive, aproveitando parte do tecido industrial ainda existente nas margens do Tietê, apresentando uma leitura de transformação do espaço industrial em espaço imobiliário – mas não em espaço habitacional. Assim, promove-se um novo processo de costuras sobre o Rio, onde não existe na zona norte previsões significativas de desenho urbano que gerem significados à permanência da população e, pelo contrário, pretende-se apenas a visão desse espaço como local de apoio às regiões centrais.

3. PARTE 2 – ENSAIOS: PERSPECTIVAS DE DESENHO URBANO

3.1. Camadas intermediárias do espaço e no desenho urbano

A contribuição de Milton Santos na geografia para compreensão do papel do espaço na reprodução da sociedade capitalista abre possibilidades de leitura sobre o espaço urbano construído relevantes para qualquer trabalho que tenha como foco as relações de apropriação e acesso aos produtos da urbanização. Do ponto de vista do arquiteto, que tem como objeto profissional o projeto, tais considerações fornecem insumos para a contextualização de inúmeras situações e o posicionamento dos impactos de determinadas construções e arranjos territoriais. A estrutura do pensamento exposto por Milton Santos em obras como “Por Uma Economia Política da Cidade” e a “Natureza do Espaço” tem como base a leitura da produção do espaço urbano como trabalho acumulado e a relação de socialização do capital no meio urbano em torno da divisão social do trabalho e das formas de acesso à terra urbana – estruturas essas que dialogam com uma visão marxista sobre a renda da terra.

Sem prejuízo da exposição feita por Santos, contudo, sem promover mera reprodução de sua obra, busca-se aqui explicitar as linhas de seu pensamento que dialogam com a crítica ao desenho urbano que é proposta no presente trabalho. O primeiro a ponto a se destacar é a questão da socialização do capital no meio urbano, termo já utilizado nesse trabalho e que se refere estritamente à noção de que a demanda pela reprodução do capital está uniformemente distribuída pelo espaço urbano, isto é, o capital encontra no processo de urbanização uma organização espacial que delimita funções específicas e interdependentes por todo esse meio transformado, de modo que ruas, avenidas, bairros não funcionam de maneira autossuficiente – tal como a própria concepção do meio urbano que não é em si plenamente suficiente em relação ao meio rural – e onde tais relações de dependência se estabelecem em relação direta com a estrutura de divisão do trabalho decorrente da estrutura social capitalista. Tais aspectos podem aparecer no meio rural, porém, Santos foca sua linha de pensamento na diferenciação em relação ao meio urbano, e, nesse sentido, Santos expõe como a urbanização está associada à intensa fragmentação e dependência entre todas as atividades desenvolvidas no espaço, assim, a

socialização do capital é a constatação de que as necessidades de reprodução do capital se apresentam em todos os espaços da cidade que passa do meio rural ao meio urbano. Tal condição, no espaço, se manifesta de maneira variável através das formas construídas e de acordo com as escalas demandadas. Assim, vislumbram-se territórios habitados, infraestruturados e ocupados conforme essa socialização do capital, com o meio urbano reproduzindo a lógica industrial.

A reprodução do capital cotidianamente acontece pelo trabalho vivo que se desenvolve e circula no espaço urbano, aqui trata-se do trabalho como comumente é discutido e debatido. Contudo, o outro ponto da reflexão de Santos que é destacado – e que serve como uma das bases precedentes ao entendimento da socialização do capital – é que o meio urbano é resultado do trabalho morto acumulado, constituindo-se então tal espaço como aquele que detém uma articulada relação entre trabalho vivo e trabalho morto. Esse trabalho morto é composto pelas construções, pelas intervenções e infraestruturas, enfim, por toda a rede de produtos do trabalho que se configura naquilo que caracteriza o meio urbano – que pode ser lido como o sistema de objetos. Esse trabalho morto, no entanto, não se distribui de maneira uniforme visto que a socialização do capital não demanda que a todos os espaços possuam as mesmas características. A urbanização, impulsionada historicamente pela expansão da produção industrial e reproduzindo espacialmente tal lógica, demanda que determinadas funções e situações sejam espacializadas de acordo as especificidades que o processo capitalista requer. Assim, o trabalho morto que constitui o meio urbano aparece de forma desigual nas cidades, de modo que a população habitante – responsável pelo trabalho vivo – usufrui também desigualmente desse trabalho acumulado espacializado de maneiras diversas.

Com as questões levantadas por Santos, compreende-se o imbricamento entre espaço e trabalho, de modo que o espaço não é mero cenário na reprodução capitalista. Por isso, ressalta-se a relevância em discutir o espaço em conjunto com os temas relativos às desigualdades provocadas por esse modo de produção. Essa discussão dialoga diretamente com o ideário de reforma urbana, visto que o espaço urbano construído não é acessado e usufruído igualmente pelos seus habitantes apesar de todos contribuírem na reprodução do capital. O urbano é constituído de variadas formas de acúmulo de trabalho morto percebidas na produção de infraestruturas, de construções, de equipamentos públicos e privados, e de outros elementos essenciais para o cotidiano do habitar

e trabalhar nas cidades, ele apresenta-se de maneiras muito diversa no território a partir da complexidade entre como os espaços se inserem na reprodução geral do capital e como a população habita, trabalha e acessa todos esses locais. Para sintetizar a existência dessas diferenciações no espaço urbano, Santos utiliza-se do termo “situações intermediárias”. Tais situações se desdobram em locais mais ou menos infraestruturados, com qualidades habitacionais variáveis, onde ofertas de empregos se espalham de acordo com a conformação do território e todos esses elementos geram impactos na discussão da renda da terra. A forma desigual pela qual a população busca usufruir das infraestruturas, por outro lado, se dá na chave da renda salarial que promove uma ocupação do tecido urbano mediada pelas condições que a renda salarial consegue pagar pelo acesso à terra.

Visto, portanto, que é necessário inserir a questão da renda salarial nesse debate e exposta a discussão feita por Santos com relação à produção de situações intermediárias existentes no meio urbano, referencia-se aqui a abordagem de Márcio Pochmann em “O Mito da Grande Classe Média” (2014) de forma a trazer uma análise focada na composição de renda salarial e a relação de trabalho da população. O autor aborda o que é a constituição de classe média e debate as definições sobre essa classe. As reflexões feitas por Pochmann permitem que a definição de classe média seja transportada para a estrutura de divisão do trabalho sem recair em formas superficiais de grupos sociais que detém certos privilégios e determinado poder aquisitivo – entendimento esse que popularizou-se muito a partir dos anos 2000 com a concepção de que as políticas de aumento de poder aquisitivo dos governos de Lula e Dilma teriam feito a classe média aumentar no país, com a emergência de um “nova classe média”.

Pochmann (2014) aponta o que a noção de classe média surge a partir das reconfigurações na divisão do trabalho desde a Revolução Industrial, de modo que a criação de atividades que saíssem da dualidade de “operários” e “capitalistas” se configurariam em funções desempenhadas por essa classe média. O autor, através de suas reflexões, destaca diversas situações que podem ser apontadas como a criação da classe média de acordo com o avanço da sociedade capitalista, ou seja, a concepção de classe média se alterou ao longo da história conforme as condições do modo de produção dominante também se modificava – saindo do mercantilismo, passando pelo capitalismo industrial e chegando ao capitalismo financeiro atual.

Nesse sentido, dentro da linha cronológica esboçada por ele, a própria intensificação da indústria levou ao que seria um dos pontos de origem para a classe média como conhecemos hoje, sendo este desencadeado pelas novas estruturas de produção que passaram a exigir trabalhadores distintos dos operários, trabalhadores com conhecimento técnico diferenciado para ocupar cargos de gerenciamento ou administração nas fábricas e que, por consequência, esse elemento objetivava potencializar a produção. Esses trabalhadores continuariam sem ser donos de meios de produção e necessitam ainda vender seu trabalho a um grande capitalista, porém desenvolvendo atividades distintas do operariado. Além disso, nesse cenário, o mundo fabril se modifica articulado à expansão e complexificação das cidades que também exigem a atividade de outros profissionais envolvidos com a própria produção do espaço no meio urbano e de seu aparato público, com níveis variados de conhecimentos especializados, e, dessa forma, surge, por exemplo, a criação das categorias vinculadas ao funcionalismo público na constituição da administração pública.

Há uma importante observação feita por Pochmann (2014) na qual ele indica que conforme essa classe média cresce até a atualidade, o protagonismo da figura do operário decresce visto a queda de importância quantitativa que essa categoria apresenta ao longo do tempo. Desse modo, ressalta-se a necessidade de desmistificar a ideia de que não há mais uma sociedade de classes – porque supostamente a classe média seria uma categoria rigidamente separada de proletários ou burgueses – e mostra, pelo contrário, que o modo de produção se complexificou tanto a ponto de manter as estruturas dominantes vigentes mesmo que necessitasse de trabalhadores que saíssem da posição simples operários, incorporando esses trabalhadores técnicos e especializados dentro de uma mesma lógica produtiva.

Anteriormente a essa análise histórica da transformação da relação produtiva e a constituição das classes, Pochmann (2014) reitera que a ideia de classes intermediárias já existia anteriormente à sociedade capitalista e, a partir dos teóricos que ele utiliza para sua análise, há outras hipóteses conceituais que complementam a noção de classe média ligada ao fato de que ela é oriunda também de uma pequena camada de trabalhadores em categorias remanescentes dos períodos feudal e mercantil anteriores. Essa camada seria constituinte principalmente de pequenos comerciantes, artesões e profissionais que não precisavam vender a sua força de trabalho tal como o proletariado e que,

no primeiro momento da Revolução Industrial, conseguiram estar à margem dessa sociedade de classes impostas pela industrialização, porém, também não detinham o mesmo poderio que a grande burguesia industrial possuía – contudo, Pochmann (2014) ressalta que parte dessa população gradativamente foi incorporada à tal estrutura econômica, e nesse ponto, ele resgata a posição de certos autores que acreditam que é inevitável que toda essa classe média siga esse destino e seja incorporada na sua totalidade pelo sistema.

Dessa forma, o conceito de classe média se torna indissociável da constituição da classe trabalhadora, podendo-se afirmar que a ocupação de classe média é parte significativa da classe trabalhadora atual, compondo hoje um quadro muito variado de situações de renda salarial, de atividades desenvolvidas e de acessos à direitos. Não à toa, é mais fácil identificar e compreender quadros de extrema pobreza ou extrema riqueza no perfil populacional do que ler as inúmeras situações intermediárias que são colocadas dentro do espectro da classe média. Tendo em vista que o fenômeno da urbanização está historicamente associado à industrialização e à formação da sociedade capitalista, compreender o que é classe média significa aprofundar o entendimento sobre a transformação do trabalho e da composição populacional, de modo que através dessas bases pode-se discutir inclusive a transformação do próprio fenômeno urbano dadas as transformações no mundo industrial.

O espaço urbano que se expande a partir da produção industrial, no entanto, com as perspectivas de declínio da relevância industrial dentro do próprio tecido urbano, esse espaço se transforma de acordo com as perspectivas de transformação da produção dominante – sendo que a financeirização no mundo capitalista não pode ser desconsiderada dentro desse processo de transformação. Já que a reconfiguração do trabalho tenciona justamente as camadas intermediárias da população, são também os espaços intermediários que se colocam como centro de disputa na reconfiguração de produção do espaço urbano.

A partir dessa relação, colocamos classes intermediárias e espaços intermediários como uma hipótese de estudo, uma provocação é proposta então como forma de articular a compressão da inserção da classe trabalhadora no espaço urbano em conjunto com as reflexões de Milton Santos: é necessário espacializar a classe média sem que isso leve à novas leituras fragmentadas das

idades, assim, o meio urbano pode ser compreendido em camadas urbanas intermediárias baixas e camadas urbanas intermediárias altas. Essas duas classificações, que podem soar como uma forma grosseira de reduzir as nuances da composição social, tenta viabilizar uma noção espacial dos arranjos territoriais advindos do acesso desigual ao trabalho acumulado morto no meio urbano.



Esquema 09. Permeabilidades de leituras sobre um espaço (produção própria)

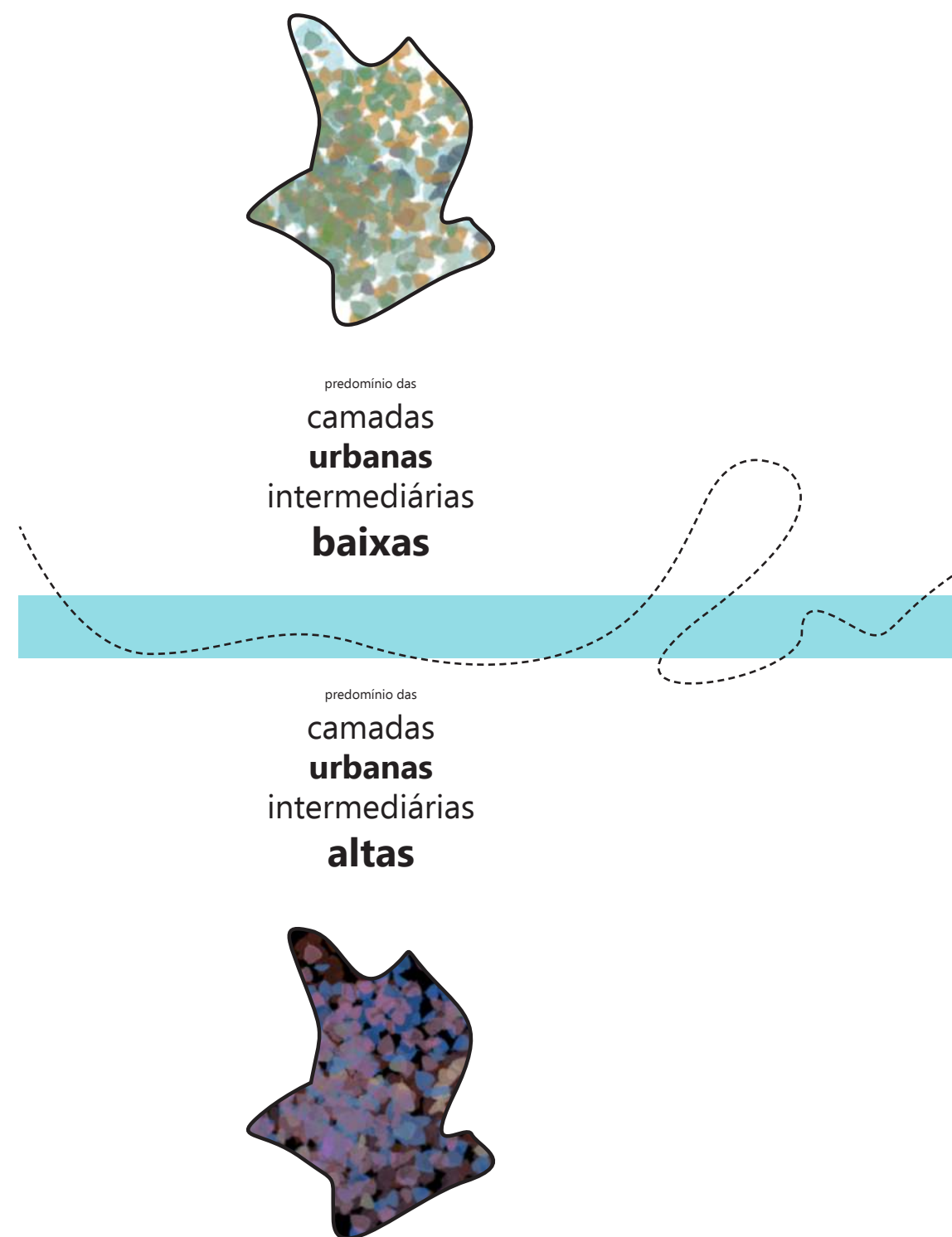
Essa é uma forma de fazer uma leitura da composição do espaço urbano entre situações que são heterogêneas e, ao mesmo tempo, homogêneas. Introduziu-se aqui uma crítica à visão homogeneizante sobre os espaços não centrais da cidade de São Paulo, alegando que esses espaços possuem inúmeras diversidades na sua história e geografia, porém, compreende-se o distanciamento que existe entre esses e aqueles lugares e, dessa forma, busca-se através desse cruzamento entre situações intermediárias do sistema de objetos no meio urbano e situações intermediárias de renda da população assumir que dentro da homogeneidade das camadas de renda mais baixas – que varia da população mais marginalizada e vulnerável até às camadas de classe média “mais baixas”, ou seja, que compõem um vasto espectro de classe trabalhadora –, há uma heterogeneidade advinda entre situações intermediárias expressas no meio urbano, na renda e nas nuances entre as posições sociais dessa população. Assim, pode-se desenvolver estudos nessas duas chaves de análises, a da homogeneidade e a da heterogeneidade sobre o espaço sem que precisem ser criadas chaves classificação rigidamente detalhadas e específicas, que poderiam levar à mencionada fragmentação da leitura de paisagem, ao invés de promover

a compreensão articulada entre as transições de paisagens. Falar de camadas urbanas intermediárias baixas e camadas urbanas intermediárias altas no espaço significa expressar dois grandes grupos de leitura homogênea, porém, que dentro deles há inúmeras situações intermediárias que mostram heterogeneidades.

Cabe o destaque de que o limite de distinção entre a definição do que seriam as camadas intermediárias altas e as camadas intermediárias baixas passa pelas condições de mobilidade social e espacial da população. As populações de padrão de vida mais alto circulam, convivem e habitam espaços específicos e determinadas bairros que configuram espaços de mobilidade social e espacial dessa população. Enquanto as camadas de população com padrão de vida mais baixa acabam limitando também sua circulação e habitação de acordo com as condições de mobilidade social e espacial que possui.

Os cinco distritos da zona norte de São Paulo que são escolhidos como locais de aproximação da escala de estudo são elucidativos dessa leitura que é proposta entre as camadas urbanas intermediárias, e através deles se propõe a aplicação dessas definições para uma leitura conceitual mais nítida sobre elas. As áreas desses distritos englobam territórios que são popularmente conhecidos como bairros de áreas periféricas e precários junto à Serra da Cantareira e de “bairros de classe média” nas porções mais próximas da marginal Tietê, por isso, a escolha desses distritos dá-se como um interessante recorte de estudo, pois permite leituras da ocupação no sentido Tietê-Cantareira e também entre os distritos em mesma latitude. Porém, mais que isso, quando as entrevistas que Angileli coleta apontam fluxos migracionais entre bairros da zona norte, pode-se entender que há ali um ciclo de mobilidade social e espacial característico que é distinto de outras regiões da cidade, e distinto especificamente em comparação ao outro lado do Tietê, complexificando a leitura a se fazer desses espaços.

Preliminarmente, uma hipótese é colocada como direcionamento da aplicação desse conceito: dados os circuitos históricos de ocupação da região e as relações de mobilidade social e espacial instituídas ali, a zona norte de São Paulo é majoritariamente constituída de camadas urbanas intermediárias baixas, e, já que as análises são realizadas em relação às porções mais centrais de São Paulo, é preciso diferenciá-la e indicar que, por outro lado, essa região central configura como a que concentra camadas urbanas intermediárias altas.



Esquema 10.
Hipótese de compreensão da posição da zona norte entre as camadas intermediárias (produção própria)

Dado que não são expostas ou aprofundadas noções referentes às outras regiões da cidade, não será sugerida nenhuma dessas duas definições às demais regiões. Assim, para o recorte indicado, destaca-se o rio Tietê como o elemento geográfico que divide as camadas urbanas intermediárias baixas das altas.

Existem exceções, dentro do recorte estudado, que podem ser destacados como camadas urbanas intermediárias altas presentes nesse espaço e que são expostas justamente como uma forma de didática sobre como essas camadas são de fato exceções em comparação ao restante do recorte.

O Jardim São Bento, localizado no distrito da Casa Verde é uma dessas exceções, por possuir não só uma forma urbana completamente distinta do seu entorno como pela composição populacional de alta renda que ali habita. Trata-se de um bairro com loteamento em pouco mais de 500 mil m² onde mansões foram edificadas em arruamentos sinuosos e com nível elevado de arborização, não há nada igual a esse loteamento em nenhuma outra área da Casa Verde ou dos outros distritos analisados, sendo esse pequeno bairro com condições urbanas similares aos "Citys" da zona oeste ou ao loteamento do Morumbi. Além disso, dentro da discussão sobre mobilidade social e espacial, o Jardim São Bento não aparece como espaço que compõe da circulação de habitação das camadas mais baixas. Um relevante símbolo de como esse loteamento do Jardim São Bento está apartado da constituição da paisagem habitacional do restante do próprio distrito da Casa Verde foi a mobilização, em setembro de 2019, por parte dos moradores do Jardim São Bento na construção parcial de um gradil na praça Vera Lucia Aroca Zan, porém, instalado em apenas um único lado da praça, o lado da rua Ouro Grosso que faz parte da fronteira com o Parque Peruche, ou seja, o gradil buscou segregar o acesso dos moradores do Parque Peruche ao local.

Retomando as abordagens de Seabra e Angileli, em conjunto com as demais referências que subsidiam esse trabalho quanto aos percursos e paisagens desses cinco distritos em análise, destacam-se as seguintes relações de ocupação dessa porção da cidade:

- Loteamentos regulares, irregulares e clandestinos estão na base da conformação de bairros, e essa profusão de lugares abriga memórias da população negra, nordestina, boliviana, italiana e japonesa, além de relações geracionais que circulam essas regiões

- Relações de pertencimento e transitoriedade aparecem com muitas nuances no território, para algumas famílias habitar a zona norte significou poder ter um espaço na cidade, mas para outras essa relação não tem simbolismo algum dada a precariedade das suas condições habitacionais
- A expansão de favelas predomina e permanece em áreas ambientalmente sensíveis como a Serra da Cantareira, áreas de riscos geotécnico e nas várzeas de rios e córregos, em uma constante reprodução do processo de marginalização da população mais pobre às situações mais precárias de habitação
- Predomínio da forma de ocupação horizontal
- Construções sob a forma-condomínio com menor relevância na paisagem, porém aparecendo concentradamente nos bairros mais próximos ao Tietê
- Ausências de equipamentos culturais e áreas verdes qualificadas formalmente inseridas pelo poder público
- Presenças de atividades culturais da população
- Atividades rentistas na construção de grandes casarios, vilas ou lotes multifamiliares visando a renda pela locação

Destaca-se ainda, por fim, olhando para a cidade de São Paulo, que os pontos de maior tensão entre processos de gentrificação, especulação e processos de consolidação se encontram justamente nos bairros de classe média, pois esses bairros são espaços de disputa do mercado imobiliário e o Desenho Urbano é um instrumento que pode levar à valorização imobiliária e consequente expulsão da população de classe média que não tiver condições de se manter nesses locais, promovendo que, entre as inúmeras situações intermediárias, permaneçam no local apenas aquelas com melhores condições de renda e estabilidade. Dessa forma, é como se dentro dos próprios bairros já exista uma pressão interna para migrar desses locais em casos de melhorias urbanas.

3.2. Processos no desenho urbano e o valor de uso

De modo geral, pode-se dizer que a maior parte dos conceitos de planejamento urbano moderno constituiu seus esforços na análise e proposição em torno de eixos e nós das cidades. Os eixos se caracterizam principalmente por ruas ou avenidas que se destacam na chamada “organização territorial” da cidade, enquanto os nós são polos que concentram alguma atividade de grande interesse para os fluxos urbanos. Planejar a cidade a partir desses dois elementos traz a vantagem de estabelecer, consolidar ou criar conexões dentro da lógica de produtividade desejada. Essa é uma forma de tratar o tecido urbano como algo que se modela em um raciocínio lógico estruturante – existente em diversas formas de desenho urbano desde o século XIX e, reproduzida contemporaneamente em planos diretores, leis de zoneamento e nos projetos de intervenção que se desenha para diversos espaços da cidade.

Essa lógica tem uma racionalidade estreitamente ligada com a concepção do urbano como esse resultado consequente da então sociedade industrial focada na socialização do capital exposta anteriormente. Dentro de uma visão que busca constantemente a racionalização das formas de ocupação desse espaço, o adensamento populacional e construtivo tornou-se tema principal na análise de formas de otimização da infraestrutura existente. Pensar as formas de adensamento, os locais de implantação de edificações maiores e a inserção de malhas viárias foi tema recorrente em grandes projetos urbanos, principalmente quando se vislumbra os projetos modernistas da primeira metade do século XX. Movidos pela disponibilidade de novas técnicas e pelo estreitamento entre arquitetura e indústria, desenvolveram-se projetos em escala urbana debatendo metodologias de projetos e formas de ocupação das cidades existentes. Com a enorme expansão das cidades, certos instrumentos de planejamento e desenho tornaram-se cada vez mais visados como estratégia de reversão ou controle dos problemas urbanos também em constante crescimento.

No caso de São Paulo, até o final do século XIX as poucas políticas de urbanismo existentes estavam alinhadas e limitadas às relações sanitárias e culturais pautadas aspectos como a teoria dos miasmas, que privilegiaram as políticas de embelezamento público em regiões centrais. Com o avanço da demanda habitacional no século XX e o desenvolvimento econômico da cidade articulado ao forte processo de industrialização, as estratégias que visavam os

aspectos racional e funcional entre provisão habitacional e a mobilidade ganharam destaques para os projetos que pretendiam “sanar” problemas ditos urbanos permitindo o pleno funcionamento industrial. Os desdobramentos do Plano de Avenidas, da retificação do Tietê bem como a profusão de loteamentos nas áreas mais periféricas se encontram no centro dessas perspectivas, dentro de pensamentos que buscavam relações de otimização da infraestrutura urbana – mas não de qualidade urbana – ampliando e acelerando as condições de circulação na cidade, pelo menos, para os detentores de veículos privados.

Essas relações reduzem o urbanismo a uma questão métrica e corroboram com as visões pelas quais a pobreza e o crescimento populacional são as principais causas de problemas no meio urbano – uma visão que pode ser comparada de forma análoga ao pensamento Malthusiano, inclusive – onde o adensamento enquanto instrumento de projeto ganha destaque, buscando alcançar formas que deem vazão a demanda populacional. Ao ignorar a condição social e econômica vinculada às contradições e consequências próprias da sociedade capitalista, essa visão relativiza propositalmente a existência de tais problemas a meros cálculos quantitativos de volume e ocupação da malha urbana, oferecendo o adensamento construtivo como a alternativa que resolveria esses problemas, quando, na realidade, sua finalidade é permitir maiores retornos financeiros dentro dessa cidade que é produzida.

Assim, essa forma de pensamento pode até responder às demandas de otimização de infraestrutura mencionadas, mas isso não significa resolver o leque de questões sociais que são demandadas pela população no meio urbano – incluindo a necessária construção de sociabilidade.

Os eixos e os nós de uma cidade são relevantes na compreensão das dinâmicas que se desenvolvem pelo espaço construído, já que estão associados aos pontos de maior acessibilidade, e, por isso, eles são geograficamente os locais onde se visa o adensamento. Nesse viés, traçam-se os principais fluxos, observa-se a disponibilidade de infraestrutura, destacam-se os polos e qualificam-se então todas essas conexões. A fórmula de eixos, nós e adensamentos responde a uma matemática que enrijece e padroniza o planejamento urbano consolidando-o como um projeto de circulação na socialização do capital. No momento em que essa fórmula é testada para dar uma resposta diferente da circulação, é que se constata que ela não funciona plenamente fora dela.

Com avanço da crítica ao planejamento urbano na direção de uma pesquisa e atuação militante, indo ao encontro da formatação de um ideário de reforma urbana contextualizado com a ascensão das problemáticas urbanas e ambientais como pauta dos movimentos sociais em meados da década de 80 (Fujita, 2008), o desenvolvimento de projeto a partir do processo participativo aparece como uma nova forma de debater e elaborar um planejamento urbano articulado com as demandas sociais, inclusive podendo esmiuçar e detalhar com maior profundidade o que é de fato uma demanda social dentro de um complexo meio urbano que envolve espaços de habitação, espaços de trabalho e inúmeras paisagens com variados níveis de apropriação, qualidades ou vulnerabilidades. Assim, formatam-se novos instrumentos, novas metodologias e novas formas de produção de conhecimento sobre o espaço urbano.

Talvez um dos produtos mais importantes que se tem até hoje desses processos participativos aplicados no Brasil sejam as construções por mutirão que ocorreram na década de 90, onde projetos habitacionais foram desenvolvidos a partir da articulação entre assessorias técnicas e movimentos sociais. Porém, esse tipo de prática projetual foi escanteada dentro das estruturas de políticas públicas promovidas no Brasil, onde o enfrentamento da provisão habitacional reduziu-se às formas de financiamento, delegando ao setor privado a produção de habitação via mercado imobiliário de maneira mais intensa a partir dos anos 2000.

Essa mesma lógica é reproduzida quando a escala de debate é a escala de desenho urbano, onde se perpetuam as discussões pautadas por eixos, nós e os adensamentos como as formas predominantes de pensamento. Tais estratégias de projeto e planejamento falham quando postas como uma “solução” à questão habitacional, pois desconsideram o fator da renda da terra como uma componente fundamental dentro dos contextos de desigualdade no acesso à bens, visto que a valorização imobiliária decorrente dessa forma de planejamento urbano acentua as desigualdades na produção da cidade – mas, contudo, promovendo ganhos financeiros ao setor da construção civil. Os planos de avenida, os planos radiais, planos polinucleares remeteram a ideia de organização territorial mas na realidade eles estão na base do descontrole e da profusão de loteamentos irregulares e favelas, esse modelo de malha urbana rodoviarista focalizando as localidades centrais dão o direcionamento da expansão periférica precária, pois ao longo dos eixos radiais se desdobra a possibilidade de acesso à terra urbana não valorizada e, assim, a condição de propriedade.

A discussão proposta daqui em diante parte então para associação do desenho urbano com as questões de valor de uso e valor de troca presentes no espaço.

O espaço urbano enquanto materialização da forma de produção dominante é permeado por elementos que, em uma complexa relação de dependências entre si – determinadas pela socialização do capital no espaço –, detém variadas condições de valor de uso e valor de troca. Não cabe ao presente trabalho classificar com profundidade como as situações no espaço apresentam essas condições, categorizando a composição do meio urbano entre valores de uso e valores de troca. O foco é a compreensão desses processos de forma generalizada a fim de extrair questões para o desenvolvimento de projeto. Hoje, o que se vê predominando nas discussões de desenho urbano é o viés do valor de troca do espaço em detrimento do valor de uso.

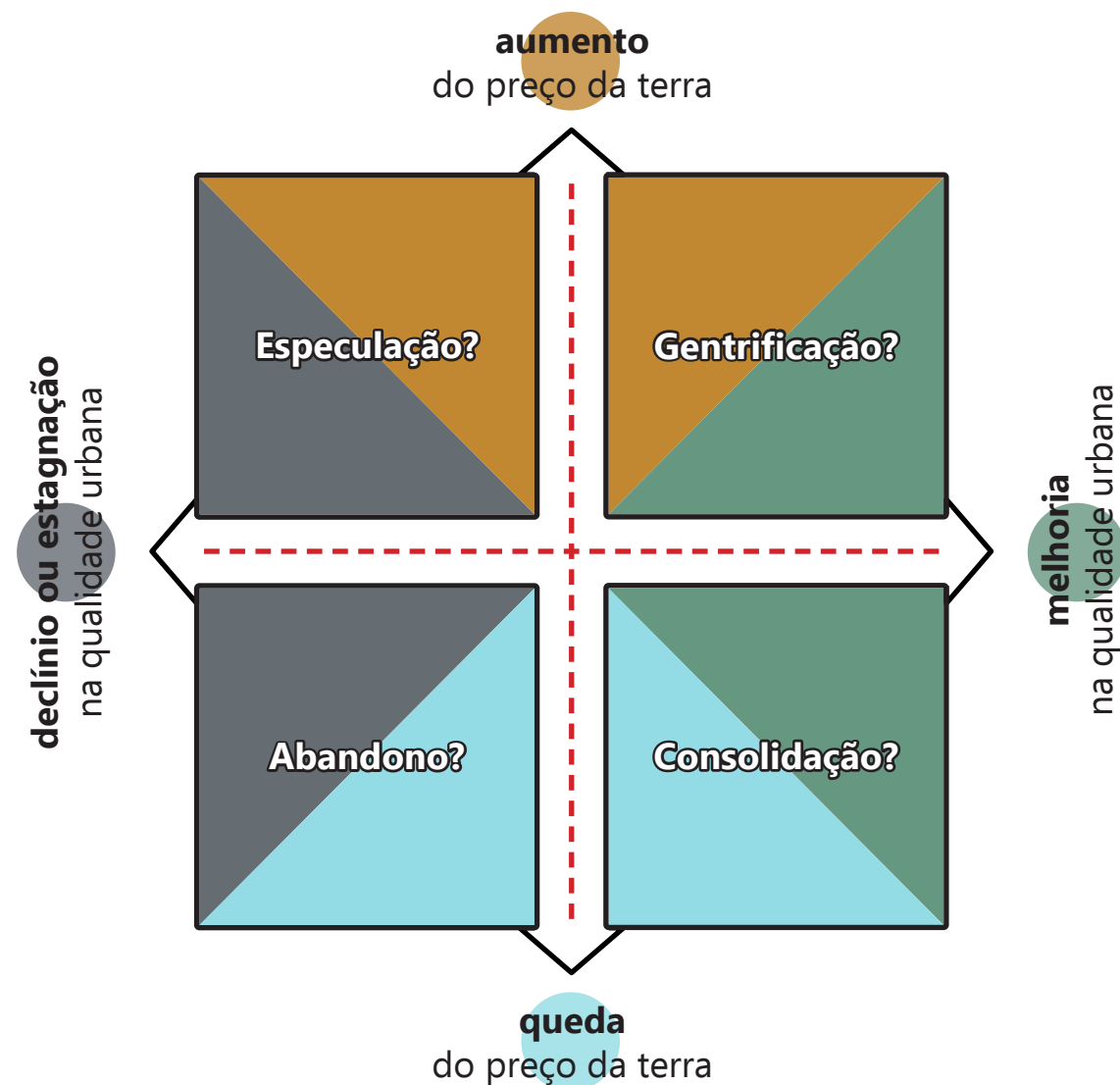
Todo projeto é desenvolvido a partir de interesses e intenções. Se o foco da discussão é a problemática do espaço urbano e as consequências da produção capitalista sobre a construção da paisagem, é bastante pretensioso, por um lado, indicar que o interesse de um projeto é desmontar essa lógica – pois o espaço não é um mero palco, como se fosse possível redesenhá-lo e, por consequência disso, romper com a economia dominante. Por outro lado, buscar formas de equidade no acesso ao trabalho acumulado no meio urbano é um horizonte a ser enfrentado pelo projeto enquanto estratégia de ruptura com a naturalização das formas de reprodução do capital no espaço urbano.

Qualificar o espaço urbano construído, do ponto de vista tecnicista, não é por si só um conceito projetual que apresenta os objetivos de um projeto e esboça um programa para ele. É preciso evidenciar qual a motivação por trás de um processo de qualificação, é o interesse que define como a técnica é aplicada. Existe uma intenção que leva a concentração de capital em determinadas regiões, são nelas onde se concentram assim os principais produtos do trabalho morto acumulado, enquanto em outras regiões são tomadas pela ausência de infraestruturas básicas. Nessa lógica se constituem as cidades dos países subdesenvolvidos, que não são desiguais devido à mera falta de técnica ou de planejamento, mas sim pelo fato de que a forma urbana dessas cidades são suficientes para a reprodução do capital, e, por isso, historicamente, as grandes transformações urbanas que rompem com essa condição passam

necessariamente por movimentos sociais que se organizam para disputar o espaço da cidade, em um processo de transgressão.

Justamente nas cidades do mundo subdesenvolvido se acirram essas disputas e se desenvolvem amplas discussões sobre a construção do espaço urbano, onde o “direito à cidade” popularizou-se como uma reivindicação fundamental para o atendimento pleno de boas condições de vida. Os valores de uso estão em disputa. São esboçadas formas de habitação, de mobilidade e de infraestrutura que deem à população a possibilidade de construir em seus bairros o lugar da moradia, da cultura e da saúde.

Entretanto, um debate permanente em quaisquer projetos que são desenhados com o objetivo de qualificar o espaço urbano e promover a melhoria das condições locais, envolve a compreensão dos limites que um projeto possui para interferir na construção dessa outra urbanidade. Entre as visões mais céticas, paira o receio de que as melhorias no espaço urbano sempre levam ao aumento do preço da terra e que, por isso, acabam motivando processos de gentrificação. Visto que a gentrificação nada mais é do que um dos processos possíveis de transformação da paisagem urbana, propõe-se uma breve reflexão sobre esses processos de transformação que podem ser observados envolvendo a existência de ações de desenho urbano, o grau de qualificação do espaço e o aumento do preço da terra a partir da leitura do diagrama a seguir:



Esquema 11.
Diagrama de relações entre preço da terra e melhoria da qualidade urbana
via desenho urbano (produção própria)

O diagrama é composto por dois eixos de análise, o eixo vertical abrange a variação de preço da terra da queda ao aumento, enquanto o eixo horizontal traz a hipótese de existência de intervenções que promovem do declínio ou estagnação da qualidade urbana à melhoria do espaço a partir de uma intervenção de Desenho Urbano. Com o diagrama pode-se comparar as consequências possíveis entre a articulação de projeto e renda da terra, as quatro situações indicadas acima são descritas da seguinte forma:

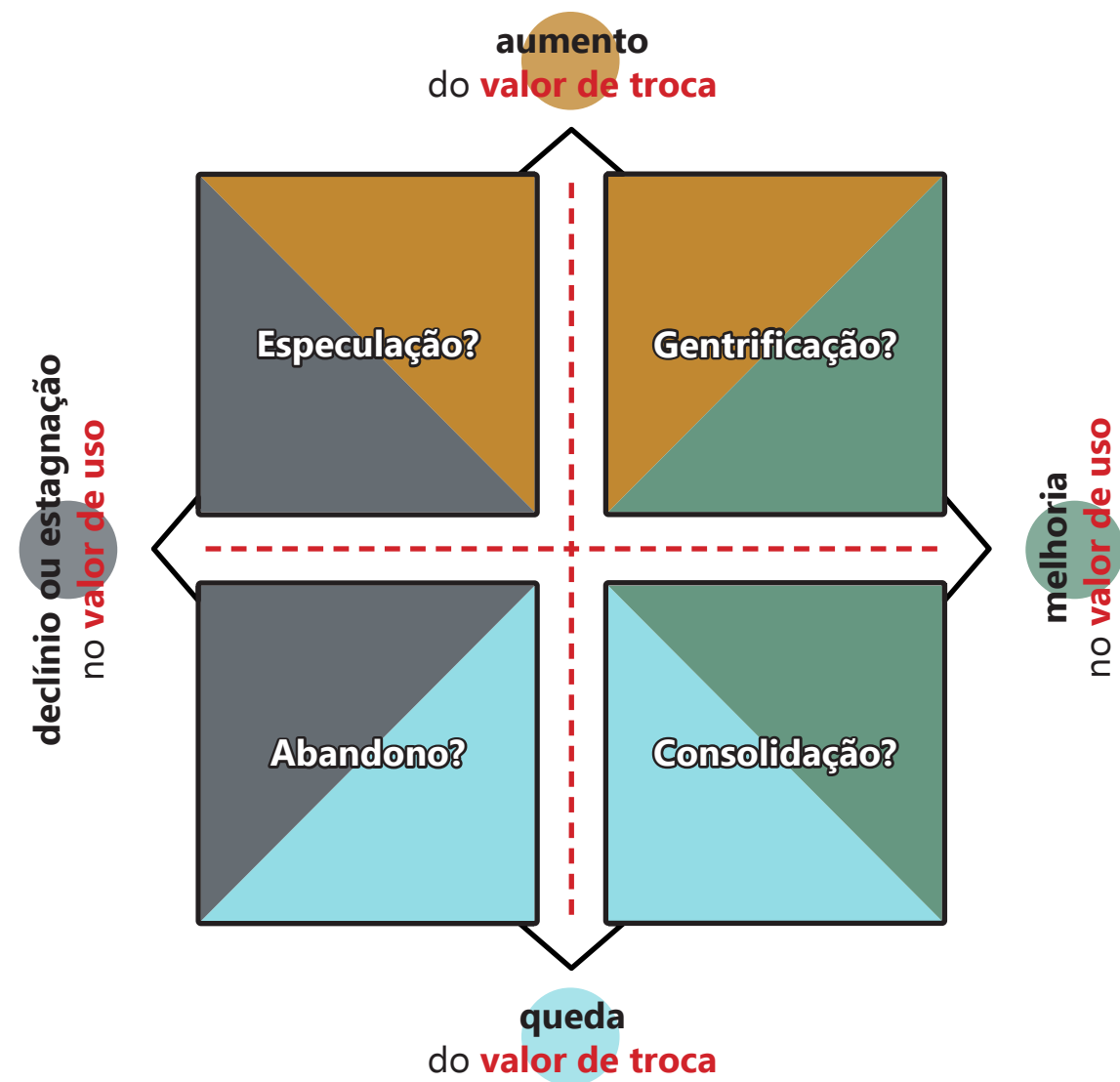
- **Especulação:** essa hipótese é dada nas condições onde mesmo não acontecendo nenhum tipo de intervenção urbana nova, o local apresenta aumento de preço da terra motivada por processos especulativos externos ao desenho urbano, ou seja, podem ser observadas aqui relações com a projeção de um capital fictício motivadas por expectativas e não por objetos concretos no espaço;
- **Gentrificação:** nesse processo a transformação motivada pelo desenvolvimento de um desenho urbano leva ao aumento do preço da terra, provocando a saída da população habitante que não pode arcar com o aumento desse custo e que não tem condições de se manter no local. Nesse caso, a população que seria beneficiada pelo desenho acaba afetada de maneira perversa por ser expulsa do território e sofrer por um processo de migração forçada;
- **Abandono:** nas situações delimitadas como de abandono do espaço urbano, pretende-se evidenciar os processos de transformação onde a manutenção ou queda do preço da terra advém da falta de intervenções urbanas que mantenham as qualidades de uso da região, expressando situações de abandono do local, ou seja, onde o interesse do Estado ou do capital se mostra nulo sobre a área, podendo, inclusive, essas áreas serem associadas à situações de deterioração;
- **Consolidação:** no quadrante onde se posiciona a queda ou manutenção do preço da terra com a melhoria da qualidade urbana, indica-se a existência de um processo de consolidação do espaço construído, isto é, nesse processo de transformação há uma convergência entre a promoção de melhoria urbana em conjunto com a manutenção da população, por

isso, diz-se que é um local de consolidação, onde o caráter de permanência se faz presente.

Desse diagrama, que é apenas uma forma analítica de organizar preliminarmente as questões em debate, o mais relevante é a compreensão da consolidação como o processo que deve ser buscado no desenvolvimento de projetos de desenho urbanos.

Apesar da palavra remeter alguma forma de estagnação, a consolidação do espaço construído é um processo de transformação. É comum o uso do termo para indicar situações de estabilidade, como acontece em favelas que se encontram há décadas em uma mesma região e cujas dinâmicas sociais e geográficas estão plenamente estabelecidas. Comumente é dito que a favela nesse caso está “consolidada”, no entanto, ressalta-se, o que está consolidada é a condição de favelização, não significa que o espaço construído detém uma condição de urbanização que pode ser entendida como consolidada, visto que as precariedades presentes de uma situação de favela são decorrentes justamente do processo de urbanização acelerado e desigual de muitas cidades dos países subdesenvolvidos. A consolidação mencionada aqui se trata da consolidação da população frente à constituição dos seus lugares de habitação, trata-se de um processo que requer que a noção de lugar seja posta em evidência para o desenho urbano, e, para isso, a população precisa ter suas condições de habitabilidade e paisagem garantidas – aspecto ameaçado justamente pelo aumento do preço da terra.

Como forma de revisão do diagrama apresentado, desloca-se os conceitos de preço da terra e de qualidade urbana, transpondo-os para as noções de valores de uso e de troca. Assim, temos que a gentrificação acontece pelo aumento do valor de troca, enquanto a consolidação pelo aumento do valor de uso:



Esquema 12.
Revisão do diagrama do esquema 11 a partir das relações de valor de uso e valor de troca (produção própria)

Com essa nova organização, evidencia-se o valor de uso enquanto relevante premissa de projeto, mesmo que não seja possível identificar formas diretas onde o desenho urbano pode enfrentar o valor de troca.

Diferentemente do projeto urbano, o desenho urbano é um conceito apresentado em trabalhos como os de Vicente Del Rio enquanto aquele que decorre de uma relação de concepção inerentemente vinculada com a população residente e a história local, em distinção aos processos de planejamento anteriores. Ao traçar suas comparações em relação ao projeto urbano, o autor deixa bastante evidente a crítica aos projetos modernistas como a Ville Radieuse e o emblemático Pruitt Igoe no qual o autor entende como projeto urbano, entende como planejamento, mas não chama de “desenho urbano”, pois, ele indica que esse campo surge posteriormente, como uma forma de resposta aos projetos urbanos de grandes proporções que possuíram pouca articulação com a cidade existente, causando impacto significativo e negativo nas paisagens então constituídas no cotidiano da população. Dessa forma, Vicente Del Rio delimita o desenho urbano como o processo de projeto em escala urbana que compreende a cidade existente e se desdobra em sincronia com as necessidades da população local e harmonia com a paisagem existente.

Entretanto, para não incorrer em equívocos, não se pode afirmar que esse discurso é obrigatoriamente de conteúdo político-social, mesmo que em muitos momentos o desenho urbano tenha sido aplicado dessa forma. O programa de um processo de desenho urbano pode ter caráter cultural, pode ter caráter lúdico, estético, preservacionista, patrimonial, ideológico, social, entre outros. Desse modo, o campo não realiza por si só as transformações sociais esperadas, mas configura-se como um instrumento a ser desenvolvido com o caráter desejado.

As relações de valores de uso e valores de troca são expostas nos diagramas anteriores porque eles podem explicar os caminhos que surgem a partir do desenho urbano, pode-se fazer um projeto de desenho urbano que tem premissas técnicas, históricas e ambientais que visem o valor de troca, o que levaria a processos de gentrificação, da mesma forma que podem ser pensados esses aspectos a partir do valor de uso. A reflexão proposta aqui é que toda atividade de projeto observe essas questões como forma de compreensão, crítica e revisão daquilo que se pretende executar no espaço urbano construído.

3.3. Direito à paisagem como projeto de desenho urbano

O direito à paisagem enquanto uma releitura sobre o direito à cidade carrega dimensões e escalas mais amplas e evidencia que os processos de transformação do território rumo à criação de lugares que superam a lógica de produção espacial dominante não precisam estar atrelados necessariamente à concordância de noções do meio urbano apreendidas. Podem-se criar novos lugares, e esses lugares, quando alinhados ao direito à paisagem, fazem referência à espaços que afetam e são afetados pela população. Isto é, a população possui sobre esses espaços as condições de alterá-los e de participar ativamente das narrativas que o compõem.

O desenho urbano que passa pelo direito à paisagem leva a um processo de consolidação do espaço urbano construído e, para isso, esse desenho precisa colocar em evidência as relações de valor de uso desejados bem como as memórias que percorrem esses espaços. Mesmo que a história oficial renegue a existência de certos percursos, todo lugar tem memória e a memória é viva e dinâmica. Enquanto a gentrificação atende demandas externas de acumulação, a consolidação do direito à paisagem se pauta na história, memória, demandas e diretrizes locais

A principal dimensão do direito à paisagem é a dimensão do desejo, que pode promover transformações imprevisíveis, porém, que dão a possibilidade de imaginar paisagens diferentes da existente.

O desejo transforma o olhar sobre o espaço em direção a se tornar uma potência de ações, de atitudes e de gestos. O desejo supera os limites da arquitetura porque ultrapassa as formas arquitetônicas apesar de refletir sobre elas. Como forma de exposição dessa potência, resgata-se um exemplo existente na própria Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Entre 2011 e 2012, como parte dos eventos da semana de recepção dos calouros da FAU-USP, o Grêmio da Faculdade (GFAU) desenvolveu a elaboração de uma atividade conhecida como “Corredor das Humanas”. O objetivo da atividade era apresentar a USP aos calouros ao longo de um passeio através dos edifícios que deveriam compor o projeto do Corredor das Humanas – que tinha por ideário a construção das primeiras edificações de unidades da USP na Cidade Universitária com a perspectiva de que elas tivessem seus partidos arquitetônicos em sincronia com

os projetos políticos pedagógicos bem como pudessem possibilitar relações espaciais de articulação entre as diversas unidades, de modo que mesmo separados em vários os saberes fossem observados de forma interligada a interdisciplinaridade, no entanto, os únicos edifícios que foram construídos desses projetos foram os prédios da História e Geografia da FFLCH e o da própria FAU.

No trajeto dessa atividade, expunham-se debates a partir da narrativa dos projetos desenvolvidos e pela comparação com os projetos que foram de fato executados. Enquanto os espaços eram visitados no percurso, também eram levantadas discussões sobre a universidade como um todo se apresenta politicamente à sociedade e quais os temas mais recentes que percorriam os movimentos estudantis e sindicais, de modo que era possível ter acesso a um vasto panorama da história da USP. A atividade desenvolvida inicialmente apenas pelos estudantes da FAU fez parte da semana de recepção dos calouros até 2018 e, nesse tempo, contou com articulação de vários centros acadêmicos na sua organização, tornando-se uma atividade entre várias unidades. Nos materiais produzidos para compor a atividade, eram desenvolvidas diversas versões de mapas da USP, com a expectativa de promover uma cartografia das questões políticas da universidade e, além disso, era comum a presença de textos que provocam reflexões sobre qual a poesia que se imaginava, qual era aquela que se construiu e qual seria a poesia que se desejava construir dali em diante.

Esse exemplo mostra como o Corredor das Humanas mesmo sendo um projeto que nunca foi executado, ao ser resgatado pelo Grêmio, transfigurou-se de um projeto que nunca existiu para um desejo, e desse desejo, por fim tornou-se uma ação materializada na construção dessa atividade. A forma pelo qual se construiu esse novo Corredor das Humanas alcançou resultados que mesmo o projeto original talvez não tivesse almejado, quando mobilizou estudantes de diversas unidades a organizarem anualmente um momento no qual pudessem refletir sobre política, sobre espaços, sobre projetos, sobre saberes e, enfim, sobre a USP como um todo diante essas temáticas.

As dimensões dos desejos por vezes podem ser mais motivadoras de transformações no espaço do que o próprio projeto concebido e acabado sobre ele. Dentro dessa chave, retomando o texto de Angileli (2014) sobre a Brasilândia bem como a experiência de lideranças da região, vê-se que um dos grandes

obstáculos para a transformação do espaço periférico na visão desses moradores é o sentido de transitoriedade que permeia boa parte da população. A condição de exclusão a que são submetidas dificulta a construção de um sentimento de pertencimento, e, nesse sentido os espaços não são vistos como áreas de permanências e sim de situações precárias e transitórias, dessa forma, o engajamento da população em olhar para esses espaços como espaços de transformação e de inúmeras potências fica fragilizado – aspecto que reforça a importância das dimensões do desejo.

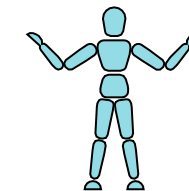
3.4. Usos no espaço: consagrados, desejos e disputas

Os conceitos desenvolvidos aqui para os valores de uso em debate não só se debruçam sobre situações funcionais no espaço urbano como também visam as relações de sociabilidade que os espaços proporcionam, entendendo que o direito à paisagem só é possível quando se discute a constituição de sociabilidade como base do pertencimento. Ou seja, o pertencimento não deriva somente das condições de reconhecimento e identificação de habitantes entre si, mas também das condições de sociabilidade expressas a partir desse reconhecimento.

Classifica-se assim os seguintes espaços:



Consagrados



Desejos



Disputas

Com essa organização é possível localizar no espaço os lugares que possuem **sociabilidades consagradas**, que são aquelas legitimadas pela população e em adequadas condições de permanência, **sociabilidades disputadas**, aquelas que são presentes na cultura local mas que são disputadas pelos atuais condições de planejamento urbano, e as **sociabilidades desejadas**, isto é, os lugares que carregam memórias e potenciais de desenvolvimento para um uso consagrado mas sobre os quais não existem quaisquer ações previstas para a efetivação dessa condição.



Figura 42.
Exemplo de
espaços com
usos consagrados:
Centro
Cultural da
Juventude
(via PMSP)



Figura 43.
Exemplo de espaços com usos consagrados:
Centro de Tradições Nordestinas (via CTN)



Figura 45.
Exemplo de espaços com
sociabilidades desejadas:
Cine Brasilândia
(via ZN na Linha)

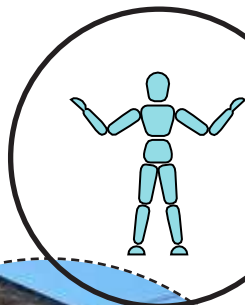


Figura 44.
Exemplo de espaços com
sociabilidades desejadas:
Parque do Morro Grande
(via Movimento em
Defesa do Parque do
Morro Grande)



Figura 46.
Exemplo de espaços com
sociabilidades em disputa:
Parque da Brasilândia
(acervo pessoal)



Figura 47.
Exemplo de espaços com
sociabilidades em disputa:
campos de várzea
do Campo de Marte
(acervo pessoal)



Dadas as circunstâncias específicas de cada caso, é possível que um lugar apareça com mais de uma classificação. Mapeando a região é possível observar como se espacializam essas relações de usos e quais lugares contém sobreposição dessas relações.

Dois mapas são desenvolvidos nesse sentido: o de “Coleção de Lugares” e o de “Relações de Uso”. O primeiro destaca os lugares de sociabilidade relevantes para os distritos em análise, classificando-os de acordo com a escala de impacto que esse uso alcança. O segundo mapa qualifica essa relação de usos a partir da classificação anteriormente indicada aqui. O objetivo dos mapas é buscar espacializar formas de valores de uso percebidas na área de estudo.

A seguir, apresenta-se a lista de lugares observados com as informações que subsidiam as classificações de relações de uso:

Equipamentos públicos:

De forma genérica, todos os equipamentos públicos geram algum tipo de sociabilidade e de consolidação nos bairros, porém, são destacados aqui os equipamentos que possuem usos buscados pela população que vão além das demandas cotidianas imediatas. Os equipamentos selecionados a seguir mobilizam fluxos de eventos, atividades culturais diversificadas, impactos na organização dos bairros e na construção de pertencimento. Além disso, são equipamentos que possuem seus usos consagrados entre a população.

O CEU Paz e o CEU Jardim Paulistano, apesar de serem equipamentos essencialmente de educação, são espaços que se consagraram como sociabilidades nas áreas mais periféricas da área estudada, pois, além da função educacional, são referências para movimentos sociais que usam seus espaços como locais de encontros e eventos, e, além disso, destacam-se as piscinas desses equipamentos que tornaram-se espaços emblemáticos de lazer e recreação aos finais de semana. O CCJ possui uma localização estratégica junto ao Terminal de Ônibus Vila Nova Cachoeirinha que possibilita que suas atividades sejam referências em toda a zona norte, onde espaços de eventos, atividades, oficinas e a biblioteca consagraram-se como lugares de relevante valor de uso para todos os perfis demográficos que habitam a região. Assim, como o CCJ, o Hospital Geral e Maternidade-Escola da Vila Nova Cachoeirinha, principal polo de referência em saúde da região, se destaca tanto pelo seu porte de destaque quanto pela localização onde se encontra – consagrando não só esse espaço como toda a centralidade que essa região da Cachoeirinha simboliza para a consolidação de moradia da zona norte, estando bem no

encontro dos cinco distritos em análise. As bibliotecas, apesar do porte consideravelmente menor em comparação aos outros equipamentos selecionados, são elencados justamente pela importância que esse tipo de equipamento possui em escala local, sendo um espaço que tensiona a aproximação a um “capital cultural” diferente do abordado no cotidiano das escolas, as bibliotecas possuem um enorme valor de uso à população e são poucas as existentes na região em análise.

- 1 - CEU Paz
- 2 - CEU Jardim Paulistano
- 3 - CCJ - Centro Cultural da Juventude
- 4 - Hospital Geral e Maternidade Vila Nova Cachoeirinha
- 5 - Biblioteca Afonso Schmidt
- 6 - Biblioteca Menotti Del Picchia
- 7 - Biblioteca Thales Castanho de Andrade

Outros equipamentos:

Os equipamentos destacados abaixo são locais que mobilizam eventos e atividades culturais relevantes, tais como os equipamentos públicos, contudo, a gestão desses espaços não é feita por gestão pública direta.

Os quatro lugares selecionados nessa categoria possuem escalas de impacto muito distintas. Enquanto o Sambódromo e o CTN são polos de eventos que mobilizam pessoas de toda a região metropolitana para festividades, o Espaço Cultural Jardim Damasceno e a Paróquia de Santo Antônio são exemplos de lugares que possuem relevante impacto cultural local.

- 8 - Paróquia de Santo Antônio
- 9 - Espaço Cultural do Jardim Damasceno
- 10 - Sambódromo do Anhembi
- 11 - Centro de Tradições Nordestinas (CTN)

Escolas de samba:

As escolas de samba são locais de grande valor de uso por estarem associadas com a formação dos bairros, a constituição de sociabilidade e a reprodução da cultura popular. São usos consagrados que possuem impacto local ou regional de acordo com o porte da escola. Muitas dessas escolas têm sua constituição associada aos times de várzea dos bairros onde se encontram e possuem datas de fundação variadas, sendo a Unidos do Peruche a mais antiga e a Isso Memo a mais nova – ambas localizadas no mesmo bairro. Em parênteses constam as datas de fundação de cada escola.

- 12 - Unidos do Peruche (1956)
- 13 - Morro da Casa Verde (1962)
- 14 - Mocidade Alegre (1967)
- 15 - Império de Casa Verde (1994)
- 16 - Rosas de Ouro (1971)
- 17 - Explosão da Zona Norte (2001)
- 18 - Iracema Meu Grande Amor (1989)
- 19 - Isso Memo (2007)
- 20 - Tom Maior (1973)
- 21 - Só Vou Se Você For (1984)

Espaços de memória:

Os espaços de memória passam por locais que não existem ou não funcionam mais, porém, que ainda fazem parte do imaginário da população e, inclusive, se relacionam com a existência de outros lugares destacados aqui.

O Terreiro do Caqui foi a primeira sede da Unidos do Peruche, e o primeiro local que foi sede formal de um escola de samba em São Paulo. Dionísio Barbosa foi um famoso sambista que habitou o Parque Peruche, considerado como aquele que iniciou a história das escolas de samba em São Paulo ao fundar o cordão na Barra Funda que originaria a escola de samba Camisa Verde e Branco. O Cine Brasilândia foi um importante espaço de sociabilidade existente na região da Brasilândia e são indicados dois locais de sua existência: o primeiro teria sido na Rua Parapuã e foi instalado em um galpão de madeira construído pela população japonesa, enquanto a segunda sede, maior e construída em alvenaria, fica nos arredores da Pedreira do Morro Grande e ainda existe em estado de abandono – o espaço foi palco de filmagens do filme “Eles Não Usam Black-Tie” e existe um desejo entre movimentos culturais da Brasilândia de reativá-lo ou transformá-lo em um espaço cultural.

- 22 - Terreiro do Caqui
- 23 - Casa de Dionísio Barbosa
- 24 - Campo do Jardim Guarani
- 25 - Primeiro Cine Brasilândia
- 26 - Segundo Cine Brasilândia

Espaços Livres:

Os espaços livres são símbolos das formas de sociabilidade mais diversas possíveis, potencializada principalmente por não possuírem uma função estritamente determinada. Os espaços livres selecionados a seguir possuem

relações de uso muito variáveis dadas as condições históricas e urbanas como se formaram.

Os largos são os espaços mais preservados, com localizações em centralidades de grande valor de uso reconhecido, especialmente pelas adjacências com regiões de comércio. Entre eles, o Largo da Matriz se destaca pela preservação de patrimônio histórico que existe e que é alvo de certo “orgulho” entre a população.

Na ponta contrária, os parques vivem no imaginário da população como locais desejados, motivando a existência de movimentos sociais em busca de espaços de lazer e de preservação ambiental, porém, que não são usufruídos dadas as condições de gestão do poder público sobre esses espaços que deixam de promover a efetiva implementação desse espaços. Os parques do Morro Grande da Brasilândia e do Bispo são indicados nos planos regionais, mas nenhuma ação concreta foi desenvolvida pela prefeitura e os seus usos estão ameaçados tanto pela pressão habitacional que avança sobre eles, onde o caso mais emblemático é o Parque da Brasilândia, bem como pelas escolhas da própria municipalidade que não prioriza esses parques. A única ação em desenvolvimento pelo poder público é o uso de parte do Parque do Morro Grande como pátio de manobras do metrô. O único parque existente nos cinco distritos é o Parque Linear do Canivete, que também é alvo de críticas pela população da Brasilândia que recorrentemente solicita a intervenção de melhorias no local.

Por fim, os Campos de Várzea do Campo de Marte são um conjunto de seis campos que são considerados os últimos existentes relacionados ao futebol da várzea do Tietê. Apesar do seu uso consagrado, esse espaço se encontra ameaçado pelas propostas de transformação da área em um Museu da Aeronáutica em paralelo a proposição do Parque Campo de Marte.

- 27 - Parque do Bispo
- 28 - Largo do Clipper
- 29 - Largo do Japonês
- 30 - Parque da Brasilândia
- 31 - Pedreira do Morro Grande
- 32 - Parque Linear do Canivete
- 33 - Campos de Várzea
- 34 - Largo da Matriz

MAPA-DIAGNÓTICO _ 01: COLEÇÃO DE LUGARES

- × Impacto de escala de bairro
- × Impacto de escala na área de estudo (os cinco distritos)
- × Impacto de escala maior que a área de estudo

Equipamentos públicos:

- 1 - CEU Paz
- 2 - CEU Jardim Paulistano
- 3 - CCJ - Centro Cultural da Juventude
- 4 - Hospital Geral e Maternidade Vila Nova Cachoeirinha
- 5 - Biblioteca Afonso Schmidt
- 6 - Biblioteca Menotti Del Picchia
- 7 - Biblioteca Thales Castanho de Andrade

Outros equipamentos:

- 8 - Paróquia de Santo Antônio
- 9 - Espaço Cultural do Jardim Damasceno
- 10 - Sambódromo do Anhembi
- 11 - Centro de Tradições Nordestinas

Escolas de samba:

- 12 - Unidos do Peruche
- 13 - Morro da Casa Verde
- 14 - Mocidade Alegre
- 15 - Império de Casa Verde
- 16 - Rosas de Ouro
- 17 - Explosão da Zona Norte
- 18 - Iracema Meu Grande Amor
- 19 - Isso Memo
- 20 - Tom Maior
- 21 - Só Vou Se Você For

Espaços de memória:

- 22 - Terreiro do Caqui
- 23 - Casa de Dionísio Barbosa
- 24 - Campo do Jardim Guarani
- 25 - Primeiro Cine Brasilândia
- 26 - Segundo Cine Brasilândia

Espaços Livres:

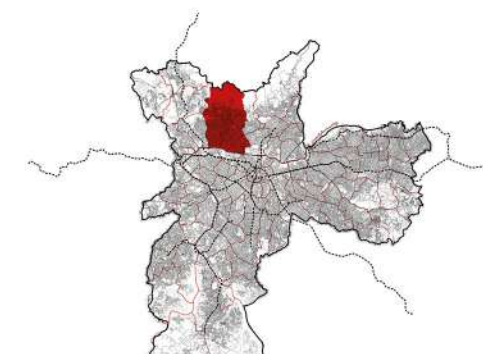
- 27 - Parque do Bispo
- 28 - Largo do Clipper
- 29 - Largo do Japonês
- 30 - Parque da Brasilândia
- 31 - Pedreira do Morro Grande
- 32 - Parque Linear do Canivete
- 33 - Campos de Várzea
- 34 - Largo da Matriz

Escala: 1:50000

MAPA-DIAGNÓTICO _ 02:
**RELAÇÃO DE USO DA
COLEÇÃO DE LUGARES**

- × Impacto de escala de bairro
- × Impacto de escala na área de estudo (os cinco distritos)
- × Impacto de escala maior que a área de estudo

- Consagrados
- Desejos
- Disputas



Localização em São Paulo/SP

Escala: 1:50000

A partir dos mapas, é possível observar de que forma os locais de escala de impacto maiores concentram-se mais próximos à marginal, enquanto isso, os locais que poderiam também ter esse impacto como o Parque da Brasilândia e o Parque do Morro Grande concentram desejos de usos e usos ameaçados, dada a imobilidade do Poder Público em atuar para a efetiva implementação desses parques.

É preciso destacar que a lista de lugares indicados não é algo que esgota a coleção de lugares possíveis a se analisar impactos de uso e sociabilidades relevantes. Essa lista foi elencada a partir das referências pesquisadas mas é uma forma de análise que precisa ser vista de modo dinâmico, é uma primeira leva de informações que precisa ser constantemente alimentada para que não recaia em cristalizações nem equívocos.

Entre os espaços observados, essa classificação possibilita escolher escalas de aproximação do desenho urbano, onde se podem desenvolver projetos que se articulam com essas relações de uso destacadas. Como uma forma de aplicação disso, elege-se a área de entorno do sambódromo como proposição de desenho urbano, visto que o local abriga usos consagrados, usos ameaçados e desejos de apropriação. Além disso, por se encontrar na várzea do Tietê e nas proximidades da Casa Verde, onde há uma profusão de classes intermediárias, tratar de desenho urbano nesse local passa por muitas das referências indicadas ao longo do trabalho.

3.5. Um breve estudo de desenho urbano a partir da Casa Verde e do Sambódromo

Em vistas da proposição dos PIUs Arco Tietê e Anhembi, e, considerando também os desejos e sociabilidades presente e ausentes no entorno do Sambódromo e dos Campos de Várzea do Campo de Marte, propõe-se o ensaio projetual de desenho urbano que debata as questões em disputa nesse espaço e proponha novas formas de transformação urbana que caminhem em direção ao direito à paisagem e a consolidação da população habitante desse espaço.

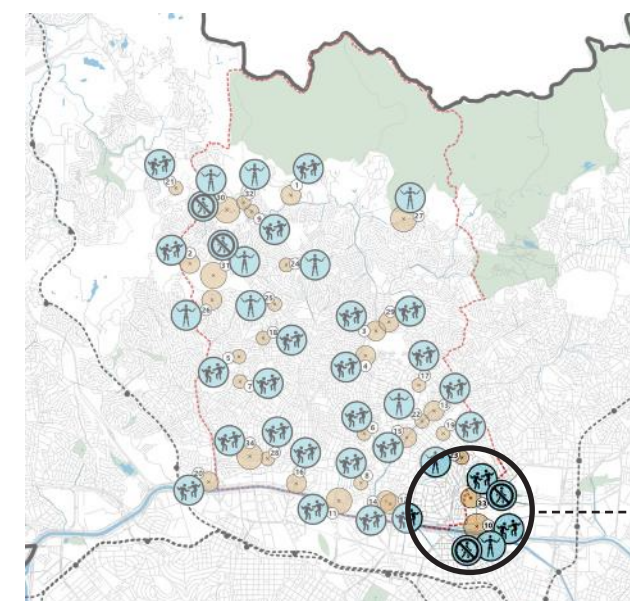


Figura 48.
Localização da área selecionada para estudo de desenho urbano dentro do mapa da coleção de lugares

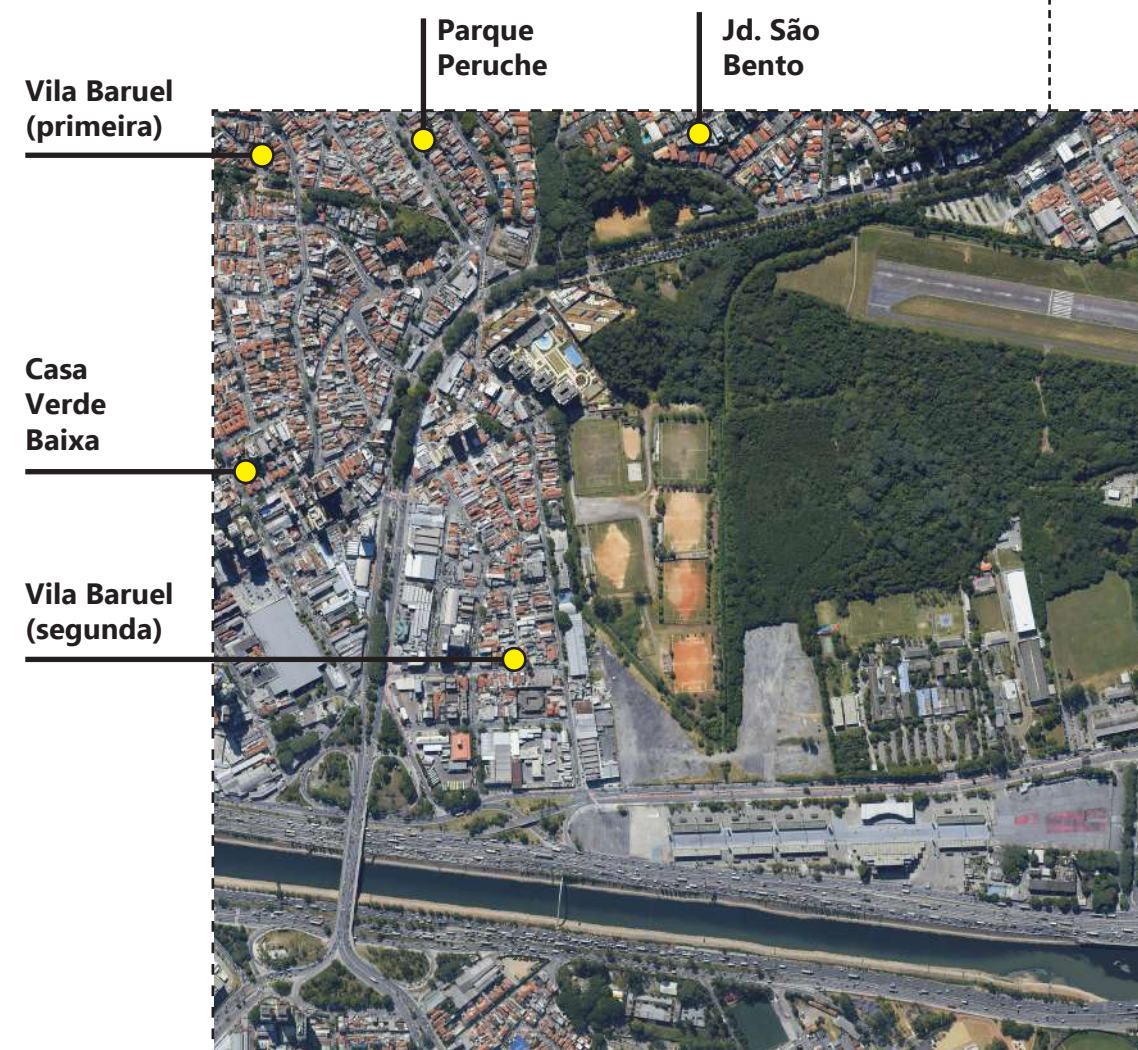
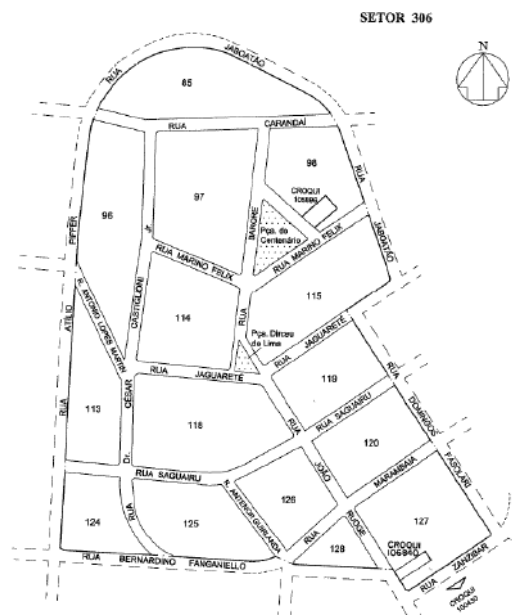


Figura 49.
Localização dos bairros no entorno do Sambódromo e dos campos de várzea.
(Ortofoto de 2017 - Geosampa)

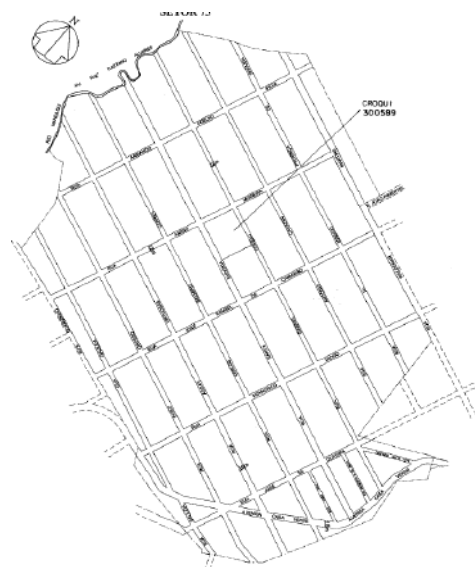
Como considerações preliminares para a aproximação dessa escala de projeto, são apresentadas a seguir algumas condições específicas de urbanização da área que caracterizam o tipo de ocupação do entorno do Sambódromo.

Vejam os croquis patrimoniais que compõem os loteamentos no entorno do Sambódromo:

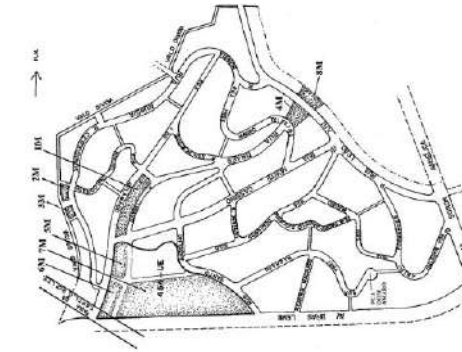
- Bairro da Casa Verde Baixa, cujo loteamento foi denominado Vila Tietê – datado de 1915 e de propriedade do “Irmãos Rudge”:



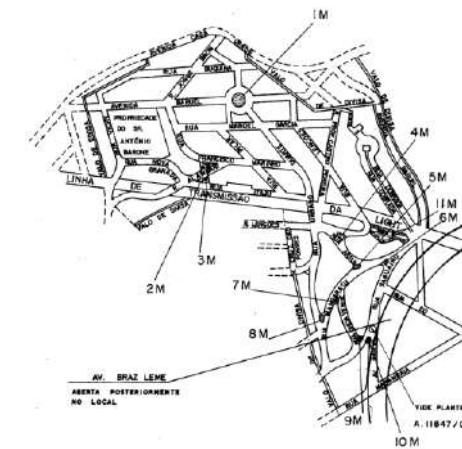
- Parque Peruche, loteamento de 1930, não consta no croqui a origem da propriedade:



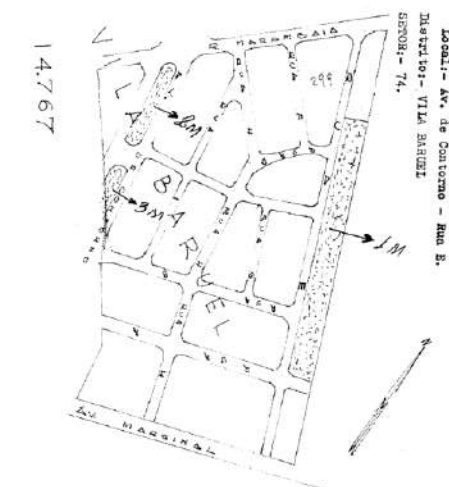
- Jardim São Bento, loteamento de 1948, de propriedade da “Abadia de Nossa Senhora de Assumpção – Mosteiro São Bento”:



- Vila Baruel, também conhecida como Casa Verde Média, loteamento regularizado de 1953, de propriedade Francisco Baruel Neto:



- Segundo loteamento intitulado Vila Baruel, também de propriedade de Francisco Baruel Neto, de 1955:



Por fim, o croqui patrimonial atual das quadras do "Parque Anhembi", de implantação em discussão desde 1934 com o Código das Águas e efetiva transferência à "Anhembi S.A." em 1975:

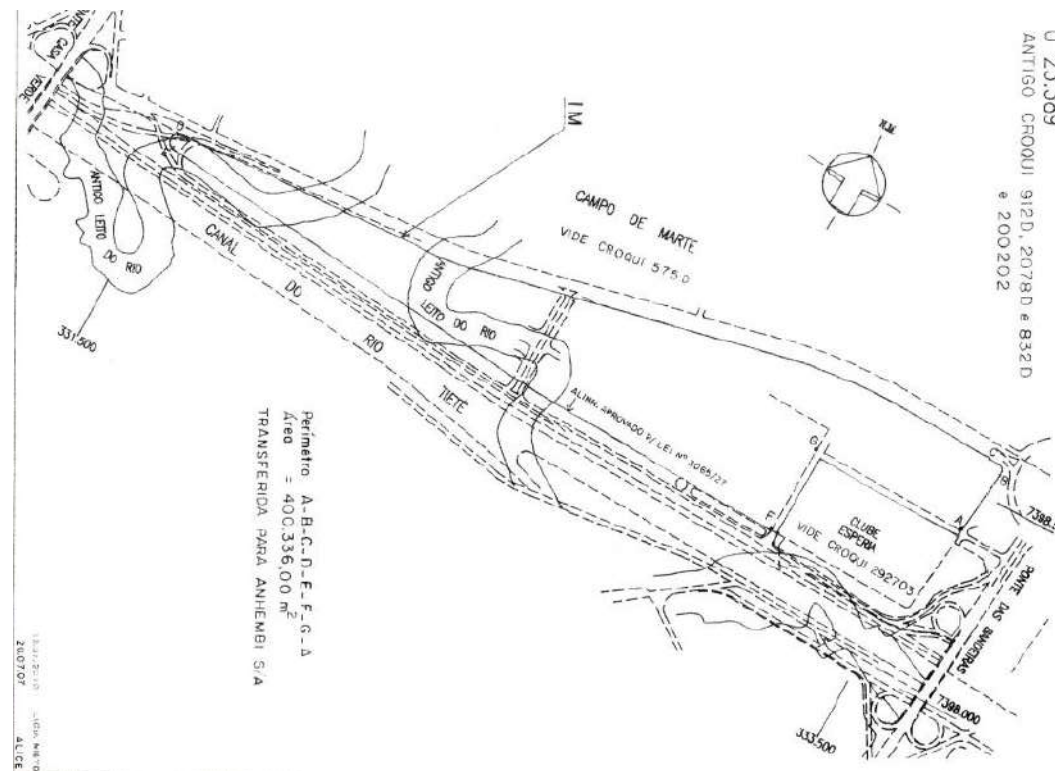


Figura 50.
Jardim São Bento
(Ortofoto de 2017 - Geosampa)



Figura 51.
Favela Casa Verde Baixa
(Ortofoto de 2017 - Geosampa)

A Casa Verde Baixa, muitas vezes conhecida apenas como Casa Verde, é o loteamento mais antigo e que deu nome à região e ao distrito. Diferente de muitos outros bairros da zona norte que margeiam o Tietê, a colina da Casa Verde é bem próxima do curso do rio mas sua conformação topográfica a assegura nas inundações, assim, ela fica muito próxima dele, mas, ao mesmo, fora da área de várzea. Esse é o bairro onde o processo de verticalização é o mais intenso, por estar em uma área consolidada, fora da várzea, mas com grande acessibilidade ao centro de São Paulo.

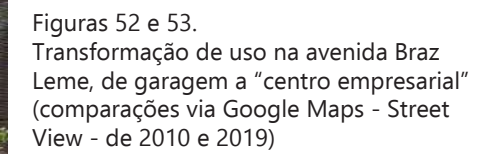
O Parque Peruche faz a ligação entre a Casa Verde Baixa e a Casa Verde Alta, tendo sua história marcada pela formação enquanto território negro, conforme apontado anteriormente. Em comparação a Casa Verde Baixa, a área tem preços de locação e venda menores, não sendo uma área visada hoje pelo mercado imobiliário. Sua malha viária ortogonal não reflete a topografia local, cheia de ladeiras íngremes.

A Vila Baruel possui dois loteamentos implementados em períodos distintos e com características bem diversas entre si também. O primeiro, localiza-se entre a Casa Verde Baixa e o Parque Peruche, em uma região mais alta que o segundo e com o tecido residencial mais intenso, diverso e "protegido" dos alagamentos já que está fora da área de várzea do Tietê. O tecido residencial do segundo loteamento é menor, dividindo o espaço com grandes terrenos onde se instalam estacionamentos e armazéns, além das concessionárias especialmente junto à Avenida Braz Leme. Dessa forma, as relações de bairros são muito distintas entre esses dois loteamentos denominados Vila Baruel. O primeiro é mais consolidado e com um desenho viário mais propício à constituição dos fluxos de bairro, enquanto o segundo loteamento é muito influenciado pela infraestrutura viária de grande porte atrelada à Marginal Tietê que atraiu a instalação desses usos voltados às relações rodoviaristas. No caso do segundo loteamento, é visível que as habitações existentes se concentraram o mais afastado possível da avenida Braz Leme e da Marginal, e mais próximos à escola que existe no local (EMEF Paulo Nogueira) e à entrada dos campos de várzea do Campo de Marte.

A avenida Braz Leme comporta duas funções muito distintas para os bairros do seu entorno, ela é uma via arterial que liga a Ponte da Casa Verde até Santana mas também se consolidou como espaço de lazer dado o desenho paisagístico feito nessa via como um parque, esse espaço é muito utilizado na

[illegible]

139



Figuras 54 e 55.
Transformação de uso em lote da
Rua Dr. Mello Nogueira, de garagens para
edifício de escritórios (comparações via
Google Maps - Street View - de 2010 e
2019)

Figuras 56 e 57.
Intensificação na verticalização, vista da rua Saguairu com a rua João Rudge (comparações via Google Maps - Street View - de 2010 e 2019)

Antes - 2010



Depois - 2019



Figuras 58 e 59.
Consolidação das habitações da "Favela Casa Verde Baixa" (comparações via Google Maps - Street View - de 2010 e 2019)

Antes - 2010



Depois - 2019

O Sambódromo enquanto equipamento público promove uma relação paradoxal com os bairros em seu entorno. Por um lado, ele mobiliza anualmente o comércio informal no entorno imediato, onde se vendem bebidas e comidas com foco no fluxo de pessoas da cidade toda que participam dos ensaios técnicos e dos desfiles oficiais das escolas de samba. Contudo, no restante do ano, esse equipamento paira como um monumento na paisagem da zona norte sem relações de uso que estabeleçam sociabilidades ou relações de afeto cotidianas. Ainda assim, a presença desse equipamento na zona norte é um símbolo emblemático que marca a presença do Carnaval na região. Conforme indicado por Baronetti (2013), o Sambódromo foi inaugurado em 1991 e foi relevante para as escolas de samba já que significou a construção de arquibancadas fixas para os desfiles, o que proporcionou a diminuição dos custos de montagem anual que se faziam das estruturas metálicas que eram instaladas na Avenida Tiradentes para esse evento, além de ter facilitado a logística de montagem das escolas em relação as suas fileiras de alas e alegorias. Por outro lado, o autor indica que a escolha desse local não foi realizada por conta da história do Carnaval na zona norte, inclusive porque os desfiles aconteciam sempre no centro de São Paulo. O resultado dessa escolha para implantação foi a disponibilidade da Anhembi S.A. em fornecer parte da área do estacionamento do complexo de eventos do Pavilhão do Anhembi para a construção do Sambódromo, visto que a empresa já era a responsável pela organização do Carnaval de São Paulo.

Apesar dessa relação de implantação não ter sido pensada de acordo com as relações de entorno da zona norte, há nas imediações do Sambódromo os barracões da Vai-Vai e da Império de Casa Verde – sendo que esta tem a previsão de transferir a quadra oficial da escola para esse local – e, além disso, a posição desse equipamento junto ao Tietê configura uma estrutura de mobilidade entre os barracões das escolas e o Sambódromo relevante, pois vários barracões das escolas do grupo especial se encontram em terrenos junto à Marginal. Kaçula (2020) indica que o Sambódromo hoje possui uma acessibilidade importante para as escolas de samba e que essa acessibilidade é fundamental para a organização das grandes escolas de samba, inclusive, apontando que esse aspecto da acessibilidade levou escolas migrarem para esse entorno da Marginal Tietê, como no caso da Rosas de Ouro (que ficava na Brasilândia) e da Águia de Ouro (que ficava na Vila Anglo-Saxônica).



Figura 60.
Ensaio técnico das escolas de samba em fevereiro de 2020. Vista das arquibancadas, grande potencial de estar e contemplação. (acervo pessoal)



Figura 61.
Ensaio técnico da Barroca Zona Sul, 2020. Ponto de observação a partir dos camarotes fixos sob as arquibancadas. (acervo pessoal)



Figura 62.
Detalhe de montagem de estrutura de camarotes temporários e outras compartimentações em execução para o evento oficial, 2020. (acervo pessoal)



Figura 63.
Desfile oficial da Mocidade Unida Mooca, 2020. Detalhe de estrutura de camarote temporário construído entre as arquibancadas fixas. (acervo pessoal)



Figura 64.
Desfile oficial da Mocidade Alegre, 2020. (acervo pessoal)



Figura 65.
Alegorias da Acadêmicos do Tatuapé em parte do terreno do Campo de Marte, do outro lado da avenida Olavo Fontoura, 2020.(acervo pessoal)

Figura 66.
Acesso ao camarote
da PMSP pela avenida
Olavo Fontoura,
reformado em 2012.
(Terra e Tuma, 2012)



Figura 67.
Visão da pista do
Sambódromo e do
camarote da PMSP.
(Terra e Tuma, 2012)

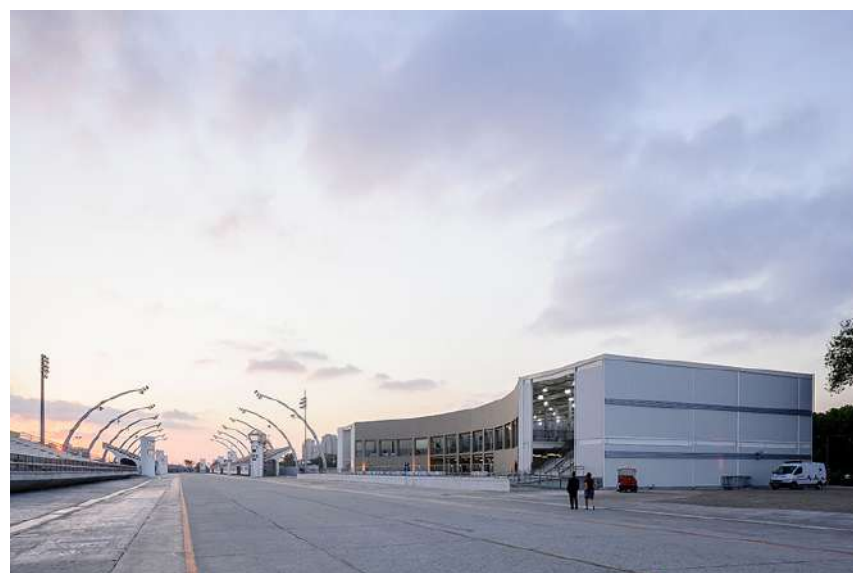


Figura 68.
Avenida Olavo Fontoura entre o Sambódromo (à esquerda) e o Campo de Marte (à direita), anualmente
esse trecho do terreno do Campo de Marte é disponibilizado às escolas como estacionamento de
alegorias, conformando um museu a céu aberto. (Google Maps - Street View, 2020)



Figura 69.
Área de concentração
das escolas de samba,
onde organizam o início
do desfile, 2020.
(acervo pessoal)

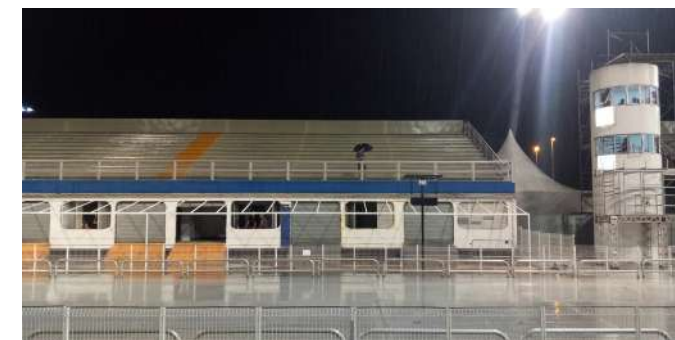


Figura 70.
Ensaio técnico sob
chuva. Vista da pista.
(acervo pessoal)

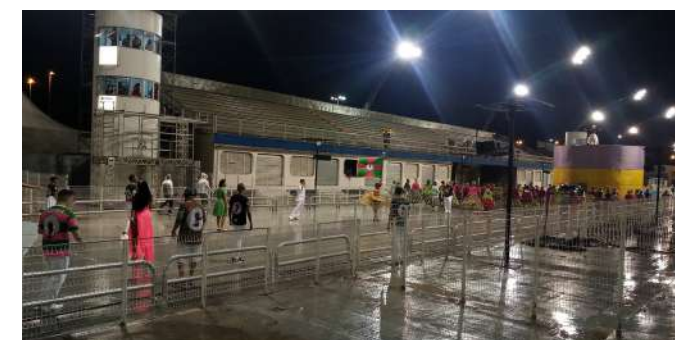


Figura 71.
Ensaio técnico sob
chuva. Vista da
pista. Detalhe dos
inúmeros gradis que
compartimentam
os espaços. (acervo
pessoal)

Outro aspecto relevante apontado por Kaçula (2020) é a relação das grandes escolas com as camadas intermediárias da população, o autor aponta que as relações de memória e de capital social são necessárias para a permanência das escolas, que se estruturam essencialmente na mobilização das pessoas que as compõem. Por isso, o autor indica que as escolas dependem de permanências da população, e, esse elemento, incide nas relações sociais-econômicas da população, por isso, em bairros muito vulneráveis e pobres, as escolas de samba que surgem nesses locais atualmente tendem a não se consolidar, pois, enfrentam muitas dificuldades financeiras para conseguir se organizar para manter os desfiles.

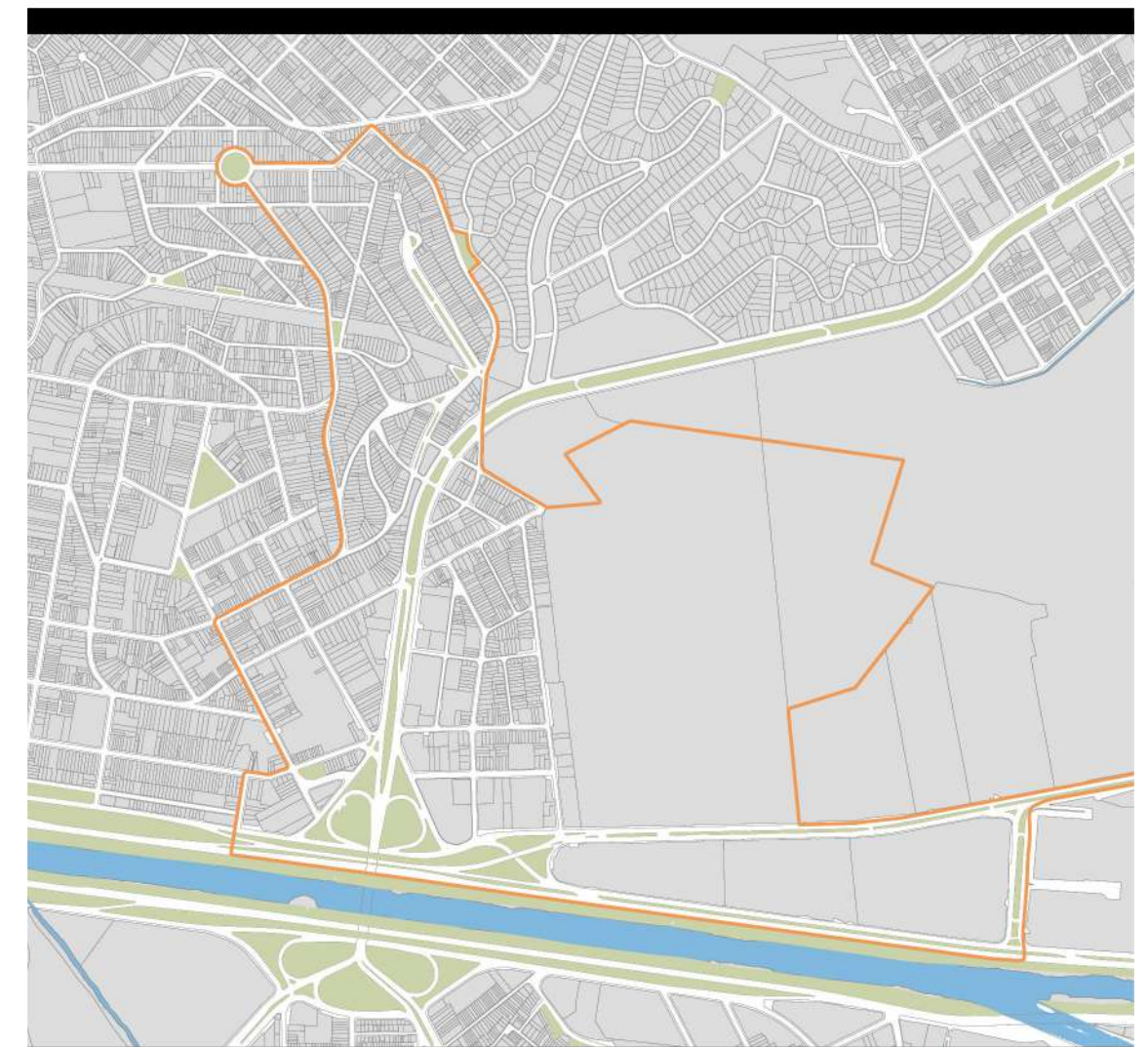
Além dessas questões, o uso do Sambódromo enquanto espaço de desfile é questionado também, visto que ele configurou o Carnaval como um espetáculo – onde os ingressos para assistir aos desfiles do “Grupo Especial” custam a partir de R\$ 90,00 nas arquibancadas e os camarotes ultrapassam R\$ 1.000,00, ou seja, espetáculo de acesso inviável à população mais pobre, que estava na base da constituição das escolas de samba. Integrantes das escolas de samba como Seu Carlão e Décio de Oliveira (da Unidos do Peruche) tecem críticas ao espaço, pois afastou o Carnaval das ruas do centro, que chamavam toda a população a participar, e que o público das arquibancadas não consegue ter uma relação de proximidade e participação com as escolas quando ocorrem os desfiles.

Próximo ao Sambódromo, os campos de várzea do Campo de Marte demonstram um uso consagrado pela população e que, ao contrário dele, fazem parte do cotidiano e da memória da zona norte. Trata-se de uma área com seis campos de várzea remanescentes da várzea do Tietê, esses campos atualmente são geridos por times de várzea que organizam eventos e campeonatos no local. Em termos de propriedade, os campos se encontram na área do Campo de Marte, com entrada pela rua Marambaia, porém, apesar do funcionamento ativo do local, eles se encontram ameaçados em virtude das negociações entre Prefeitura de São Paulo e Governo Federal quanto às definições do futuro do Campo de Marte – existindo até discussões sobre sua desativação. Entre as propostas em pauta, há a previsão de transformação de parte do complexo do Campo de Marte em um parque municipal, com o intuito de instalar dentro dele o “Museu da Aeronáutica”, que ficaria justamente sobre os campos existentes. Os associados aos campos defendem a manutenção desse espaço, apontando que são os últimos campos existentes da época da várzea do Tietê, que chegou a ter mais

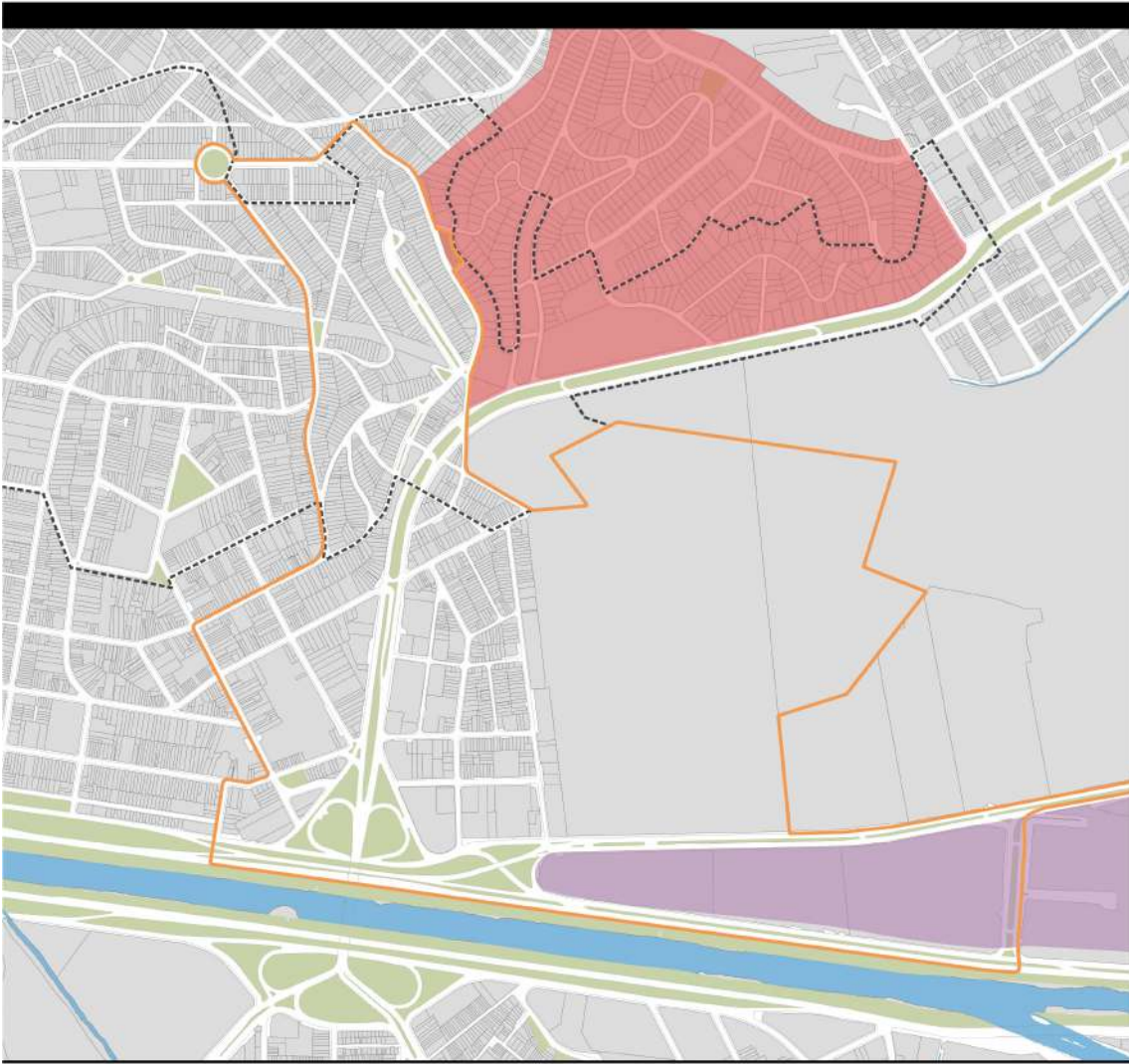
de 100 campos ao longo de seu curso. Desse modo, essa sociabilidade marcada pela memória na zona norte e presente no cotidiano da população, encontra-se ameaçada.




Dentro de todos esses contextos elabora-se um estudo sobre as possibilidades de um desenho urbano para esse local em análise. Nos mapas a seguir definem-se o perímetro de intervenção, as considerações preliminares e o programa geral de usos.

ENSAIO DE DESENHO _ 01: **PERÍMETRO DE ESTUDO**

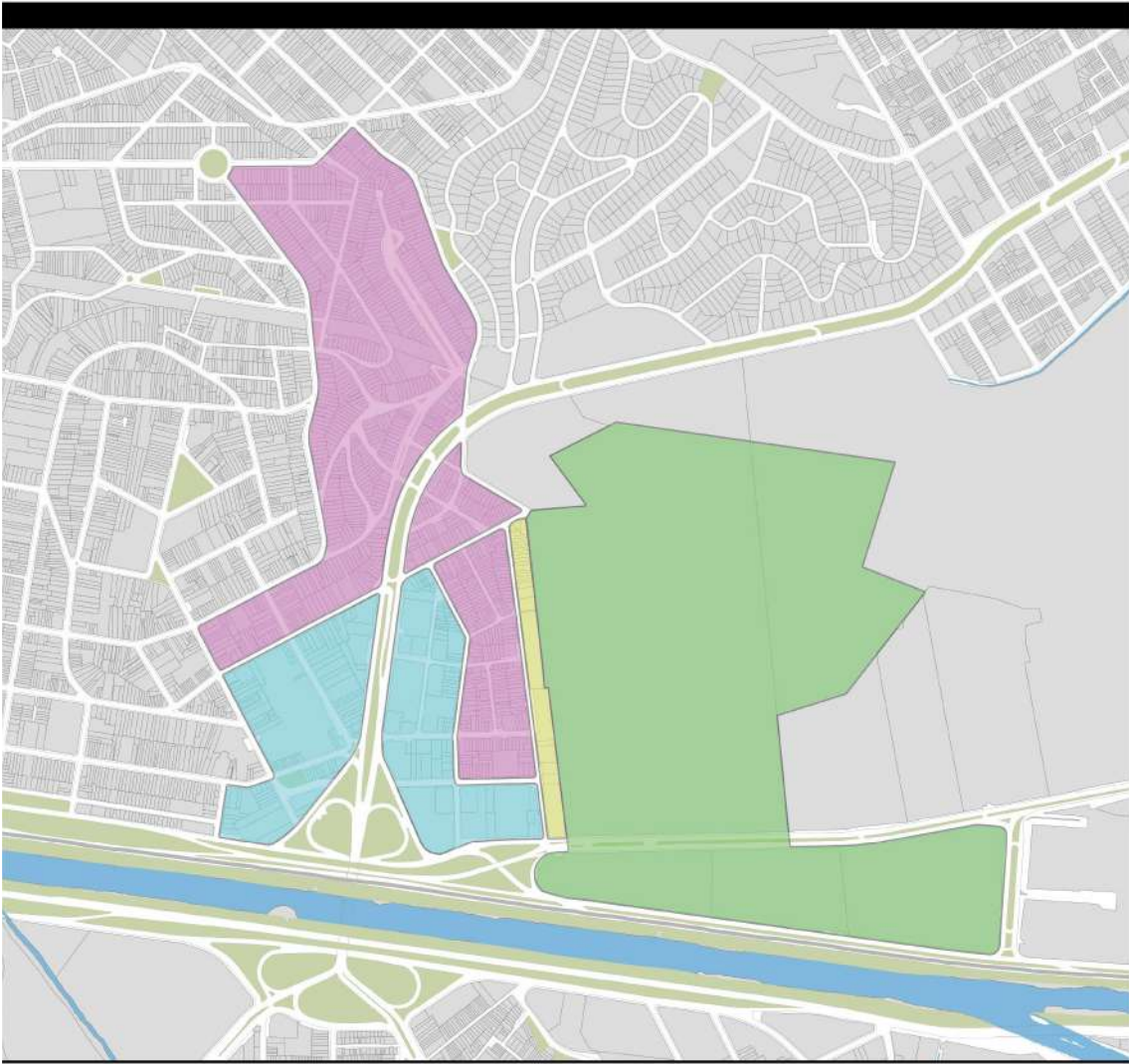


ENSAIO DE DESENHO _ 02:
OUTROS PERÍMETROS



-  Jardim São Bento: fora do escopo e que deveria cumprir uma função de interesse social - novo tipo de ZEIS?
-  Perímetro do Apoio Norte
-  PIU Anhembi

ENSAIO DE DESENHO _ 03:
PROGRAMA GERAL



-  Permanecer
-  Ocupar
-  Valorizar
-  Vivenciar

O programa geral de usos se baseia em diretrizes específicas para cada porção desse perímetro de estudo que tem condições de paisagem distintas entre si, onde se evocam relações de uso variadas. Por conta disso, as nomenclaturas são escolhidas a partir dos objetivos previstos para essa área. Assim, delimita-se a área em quatro programas: permanecer, ocupar, valorizar e vivenciar. Esses usos se caracterizam relacionam da seguinte forma dentro do desenho urbano em proposição:

- **Permanecer:**

Nessa área identificam-se camadas residenciais existentes significativas, com tipologia variada na forma de ocupação que caracterizam esse espaço com a presença de camadas intermediárias diversas. Há os edifícios construídos a partir da década de 80, os novos edifícios de médio a alto padrão resultantes de remembramentos, os grandes sobrados ocupados por única família, há os sobrados subdivididos internamente, há remanescentes de vilas operárias, há as “vilas” de autoconstrução que configuram lotes multifamiliares com entrada única e compartilhada, há lotes com “casas da frente” e “casas de fundo”, há lotes com “casas de cima” e “casas de baixo”, há lotes que possuem simultaneamente “casas de cima”, “casas de baixo”, “casas de frente” e “casas de fundo”, há pequenas edificações de uso misto (de 2 a 3 andares), com térreos comerciais e apartamentos acessados por escadas, há relações de materiais e acabamentos variados, há relações de propriedade, de locação e de ocupação, há pensões, cortiços e pequenas favelas.

Essa paisagem habitacional variada conforma o que se conhece como bairro da Casa Verde, um bairro próximo ao centro e à zona oeste, com variedade de circulação de linhas de ônibus e de condições de habitação, porém, sobre o qual a valorização imobiliária insere pressão em busca da expansão contínua do seu mercado, aspecto que tende a homogeneizar a paisagem do bairro com os novos lançamentos e com o impacto do preço da terra que

fragiliza a permanência das camadas de menor renda dentro do espectro das camadas intermediárias. O dito “Apoio Norte” atravessa essa área na altura do linhão, onde existe parte das habitações mais precárias dentro desse contexto e questiona-se que, apesar da importância viária que existe desse apoio conectar os distritos da Casa Verde, do Limão e da Freguesia do Ó, os impactos imobiliários previstos tendem a configuração do entorno do Apoio Norte como área de interesse do mercado e saída das camadas habitacionais e demográficas mais vulneráveis nessa disputa e que ainda resistem no bairro. Por isso, o fundamental nessa área é traçar perspectivas de permanência, permanência da população, das relações de bairro, a fim de evitar um novo processo de espoliação da área.

Do ponto de vista do desenho urbano, as estratégias dependem de uma atuação ativa do poder público para essa permanência. Esse fato é fundamental, pois, é necessário compreender o limite do desenho urbano nessa área. Esse espaço não requer grandes qualificações de infraestrutura para a existência do uso habitacional, por isso, inclusive, essa área já se configura com esse uso, mas requer políticas que impeçam esses processos de valorização imobiliária que impulsionam a transformação da paisagem rumo ao cenário seja de gentrificação ou de especulação. Parte dessa área configura-se em uma topografia de colina, fora da várzea do Tietê, por isso suas condições de habitabilidade são mais propícias. Além disso, são áreas nos entornos mais imediatos de equipamentos públicos de educação e de centralidades com comércio de bairro, que são outros aspectos que indicam a existente qualidade urbana do local.

Por isso, torna-se contraditório vislumbrar a presença do Apoio Norte como desenho de transformação da área, pois não é um espaço a ser reconfigurado como se houvesse uma subutilização do bairro. Nesse sentido, a proposta do presente trabalho é de não buscar reconfigurar essa área, busca-se apenas duas intervenções

pontuais: a primeira, é a busca por edificações ou terrenos subutilizados, que possam servir de base para projetos de habitação de interesse social que possam desfrutar das infraestruturas e condições existentes na área, enquanto, a segunda é a indicação de melhorias nas calçadas com infraestruturas para o aumento de permeabilidade da água, aspecto esse que é pensando como uma forma de apoio que essa área possui em relação ao entorno de cotas mais baixas, isto é, entorno que é mais prejudicado em relação ao escoamento superficial.

- **Ocupar:**

De maneira contrária ao “Permanecer”, o “Ocupar” é a porção do perímetro onde predominam usos ligados às concessionárias, garagens, estacionamentos e outros usos relacionados ao rodoviarismo promovidos pela Marginal Tietê, são as quadras no entorno da Avenida Braz Leme, que já passam por um processo de transformação conforme indicado, porém, onde esse processo significa a passagem do uso atual e de posicionamento da avenida em direção à valorização imobiliária do seu entorno. Ocupar esse espaço significa trazer a ele uma relação de transformação divergente da existente em curso, de modo que a paisagem a se configurar seja uma extensão do que existe hoje na área de “Permanecer”. Isto é, ao invés de olhar para esse espaço como passagem do industrial ao imobiliário, pensar um desenho urbano que passe do industrial ao habitacional, onde podem surgir formas construtivas que atendam as demandas habitacionais da zona norte, e não demandas externas pressionadas pelas transformações do centro, da Lapa e da Barra Funda.

Esse pensamento busca um movimento contrário a expansão periférica, se um dia a Casa Verde foi uma das periferias de São Paulo e hoje se configura como uma expansão do centro que reproduz continuamente a saída das populações mais pobres, é preciso que seja pensada novas formas de desenho urbano onde as relações de ocupação, habitação e sociabilidades sejam construídas

ao invés de indicar apenas o mero adensamento construtivo. Apesar de toda a área estar dentro da Macroárea de Estruturação Metropolitana, não há nenhum instrumento específico para essa porção do território, diferentemente da área do “Permanecer” onde incide parcialmente o Apoio Norte. A ausência de instrumentos existente para esse espaço é que o leva a proposição de desenho urbano aqui ser mais forte, visto que existe já uma transformação em curso, mas que não é a transformação que a zona norte demanda.

Por fim, outro aspecto fundamental desse espaço é a condição da existência de cotas mais baixas que já se encontram na várzea do Tietê, demandando uma relação de infraestrutura que enfrente essa questão.

- **Valorizar:**

Valorizar é a provocação feita em termos do potencial de valor de uso em torno de uma rua específica do perímetro, a rua Brazelisa Alves de Carvalho. Essa rua tem uma variedade de usos que potencializa todo o entorno do perímetro, ela possui: casas do loteamento original pelo croqui patrimonial, três equipamentos públicos (sendo uma EMEF, uma CEI e um equipamento de Assistência Social), dois barracões de escola de samba (da Império de Casa Verde e da Vai-Vai), uma área habitacional demarcada como “Favela Casa Verde Baixa” e uma concessionária. Ou seja, essa única rua congrega emblematicamente relações que contam muitos aspectos da conformação da região e, além disso, ela é um dos principais acessos ao Sambódromo pela avenida Olavo Fontoura. Em época de Carnaval, essa rua fica tomada por ambulantes que tentam uma renda pela comercialização de bebidas e comidas ao público atraído. Fora desse período, a rua tem uma pacata paisagem, mas que ainda assim apresenta uma força pela existência dos equipamentos e das habitações.

Um destaque necessário com relações aos barracões é que, diferente das quadras oficiais, os barracões têm como finalidade a produção das fantasias e alegorias para o Carnaval, enquanto as quadras das escolas de samba são reconhecidas como sedes, já que nelas ocorrem os ensaios e eventos principais. A posição dos barracões nessa rua é estrategicamente logística para essas duas escolas, pois, garante a proximidade no transporte entre as peças ao Sambódromo. Diferentemente das quadras, que movimentam pessoas em eventos específicos, geralmente ocorridos à tarde e à noite, os barracões possuem um cotidiano de fabricação constante no dia-dia e ao longo do ano. Por outro lado, com a expectativa da Império de Casa Verde em instalar junto ao barracão a sua nova quadra oficial, a presença do samba nessa rua se potencializa ainda mais, pois, além de existir o local de produção das peças, complementarmente pode se instalar ali o local de sociabilidade da escola de samba, trazendo assim duas rotinas distintas para área e que qualificam os dias, as tardes e as noites desse local.

A “Favela Casa Verde Baixa” configura-se como o local mais adensado da rua e que traz a maior configuração de bairro a ela, já que nela há também pequenas frentes de comércio e cuja população movimenta a rua. O PIU Anhembi prevê que o local seja um dos escolhidos para regularização de assentamentos precários, essa é uma das poucas medidas previstas a Casa Verde de ganhos pelo PIU Anhembi, contudo, é uma medida assertiva visto que as habitações ali possuem uma relação de territorialidade com o local e são passíveis de tal intervenção.

Desse modo, essa rua possui um grande potencial de valor de uso para o entorno, sendo fundamental aproveitar esses usos existentes para a promoção de um desenho urbano. Além disso, essa rua se encontra como conexão entre a entrada dos campos de várzea, junto à rua Marambaia, e o Sambódromo, na outra ponta, sendo assim, aspecto que demarca-a como um relevante eixo cultural –

que não é observado quando se estuda eixos apenas pelo aspecto de infraestrutura viária.

- **Vivenciar:**

Essa área, que abrange o perímetro do que seria o Parque do Campo de Marte, um trecho da avenida Olavo Fontoura e o Sambódromo, tem como perspectiva principal a sociabilidade constituída a partir das áreas verdes e espaços livres, onde, de um lado os campos demonstram um uso consagrado existente e disputado, e, de outro lado, o Sambódromo aparece como uma equipamento que possui um uso formal, contudo, que poderia ser reposicionado a fim de ser frequentado e estar no cotidiano da população da Casa Verde.

Nesse sentido, evoca-se aqui a necessária dimensão de vivenciar esses espaços, eles despontam como formas que estabelecem conexões de memórias culturais e afetivas, e, além disso, se encontram sob a várzea do Tietê, trazendo uma dimensão simbólica sobre vivenciar a várzea como espaço de lazer.

Propõe-se que essa área seja constituída na sua integralidade como parque, expandindo a área prevista do Parque Campo de Marte integrando-o com o Sambódromo, sendo que este pode adquirir feições de um parque a ser usufruído no cotidiano sem ser apenas um espaço de eventos e espetáculos.

A avenida Olavo Fontoura é uma avenida de baixo tráfego, já que suas conexões são também supridas pela avenida Braz Leme e pela Marginal Tietê (opções mais recorrentes), ainda assim, não é possível desativá-la nesse trecho de integração entre os campos e o Sambódromo visto que existem equipamentos do Campo de Marte que dependem dos acessos por essa avenida, e, por outro lado, nem é desejável sua desativação total dado que essa avenida tem um fluxo de ônibus e acessos pertinentes a concepção desse parque. Assim, prevê-se que a avenida seja mantida como tal,

porém, estabelecendo formas de diminuição da velocidade de seu tráfego e com a perspectivas de datas de seu fechamento total, como acontece no Minhocão e na avenida Paulista.

A partir do programa geral de usos, fica definido então que as áreas de maior interesse para o desenho urbano em termos de projeto a aprofundar são as definidas pelos usos do “Ocupar”, “Valorizar” e “Vivenciar”, visto que o “Permanecer” por si só uma perspectiva de se contrapor aos instrumentos existentes, assim, ela não depende de detalhamentos de projeto de transformação.

Seguem fotos dos locais em discussão e os estudos realizados para esses locais.

Figura 72.
Rua Brazelisa Alves de
Carvalho, perspectiva no
sentido da entrada aos
campos de várzea. Muro
da CEI e residências.
(acervo pessoal, 2020)



Figura 73.
Barracão da Império de
Casa Verde. Perspectiva
do caminhar em direção
ao Sambódromo.
(acervo pessoal, 2020)



Figura 74.
Avenida Braz Leme.
(acervo pessoal, 2020)



Figura 75.
Vista de dentro da área
dos campos de várzea
em direção ao local de
“estacionamento de
alegorias”, à avenida
Olavo Fontoura e
ao Sambódromo. O
caminhar é interrompido
por um curso de água.
(acervo pessoal, 2020)



Figura 76.
Tipo de uso que
aparece comumente
na região, onde os
terrenos tendem a
passar por processos
de transformação desse
uso. (acervo pessoal,
2020)

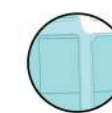
ENSAIO DE DESENHO _ 04: PERCURSOS DE DESTAQUE



Ruas que possuem relevância para as conexões a pé, ligando os diferentes bairros no perímetro estudado



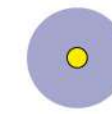
Conexões desejáveis para integração dos tecidos dos dois lados da avenida Braz Leme, de forma a minimizar o impacto dessa via enquanto eixo viário arterial. As ligações podem ser feitas por passeios unicamente de pedestres, já que não há demanda para abertura de circulação de veículos



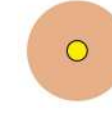
Quadras que compõem o perímetro do "Ocupar", onde se propõe que os processos de transformação urbana sejam realizados a partir da constituição de valores de uso, sejam eles para a promoção de habitação de interesse social, de constituição de áreas verdes, de infraestruturas de drenagem e consolidação de sociabilidades



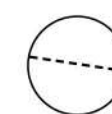
Edificações com usos de destaque, como escolas, espaços de eventos e campos



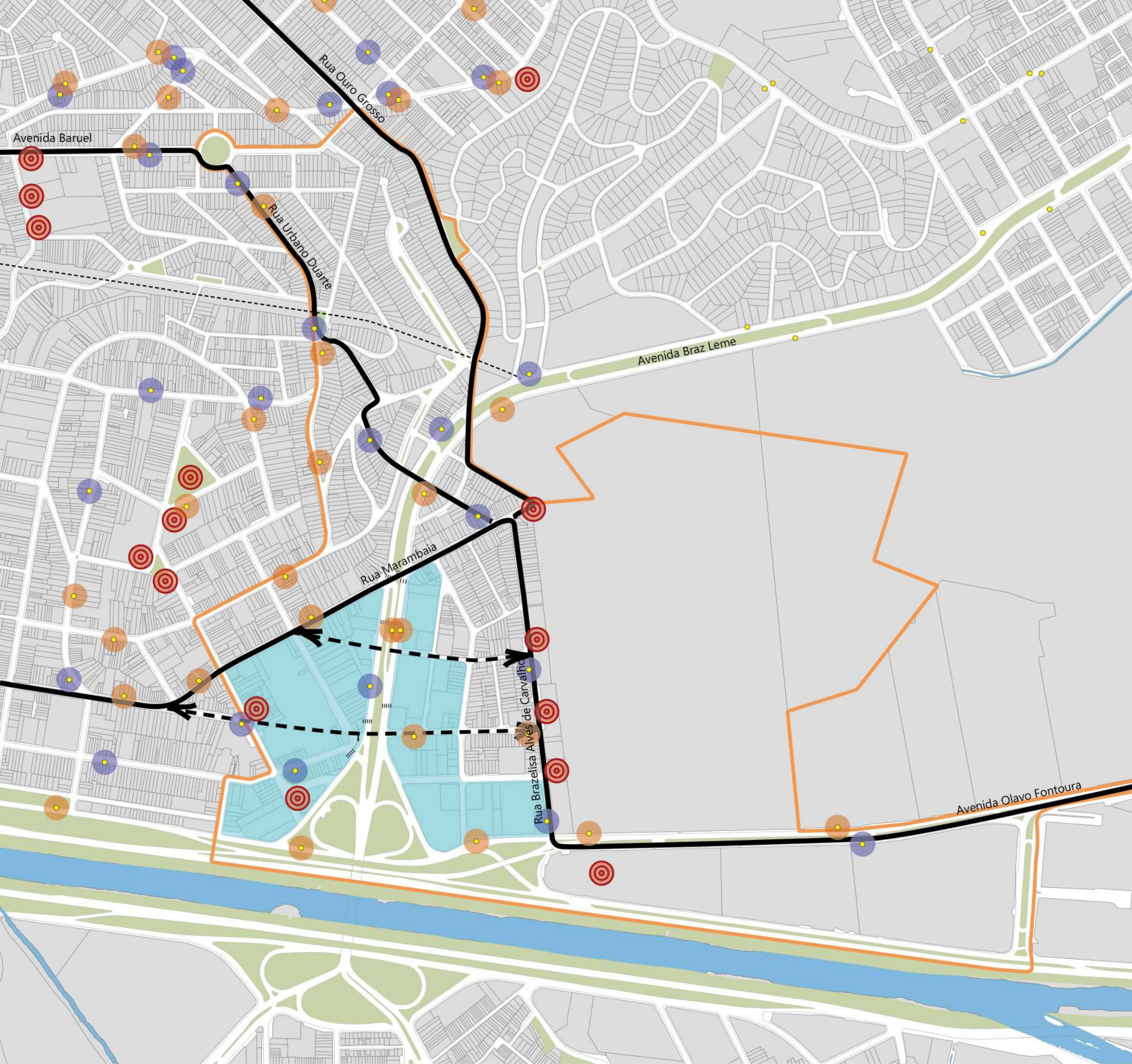
Pontos de ônibus de fluxos no sentido "centro", isto é, saindo dos bairros

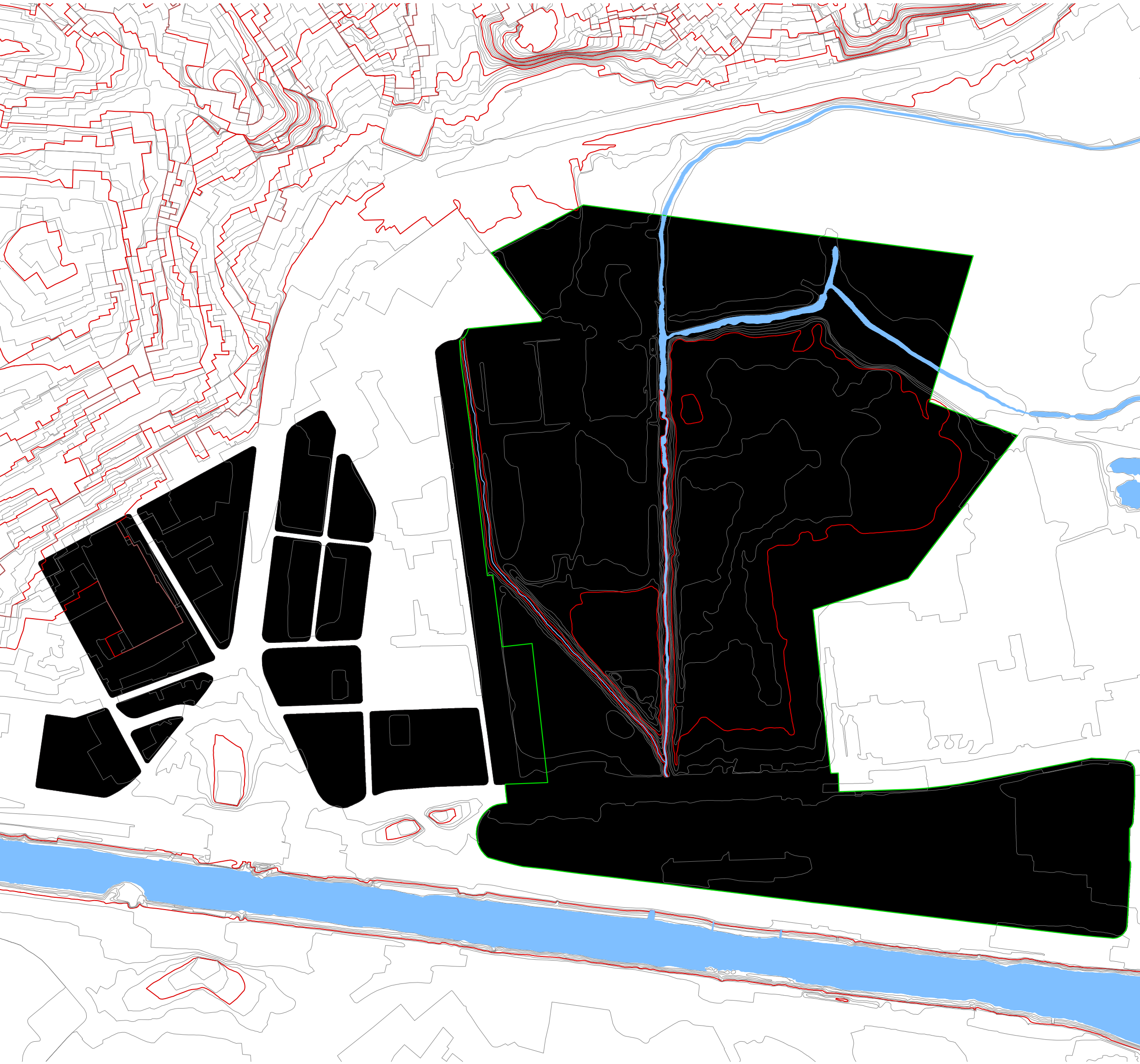


Pontos de ônibus de fluxos no sentido "bairro", isto é, pontos de chegada ao bairro

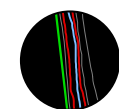


Linhão de transmissão



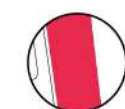


ENSAIO DE DESENHO _ 05:
**ÁREAS DE INTERESSE
PARA ARTICULAÇÃO**



Área de intervenção
significativa: envolve as
dimensões do "Ocupar",
"Valorizar" e "Vivenciar"

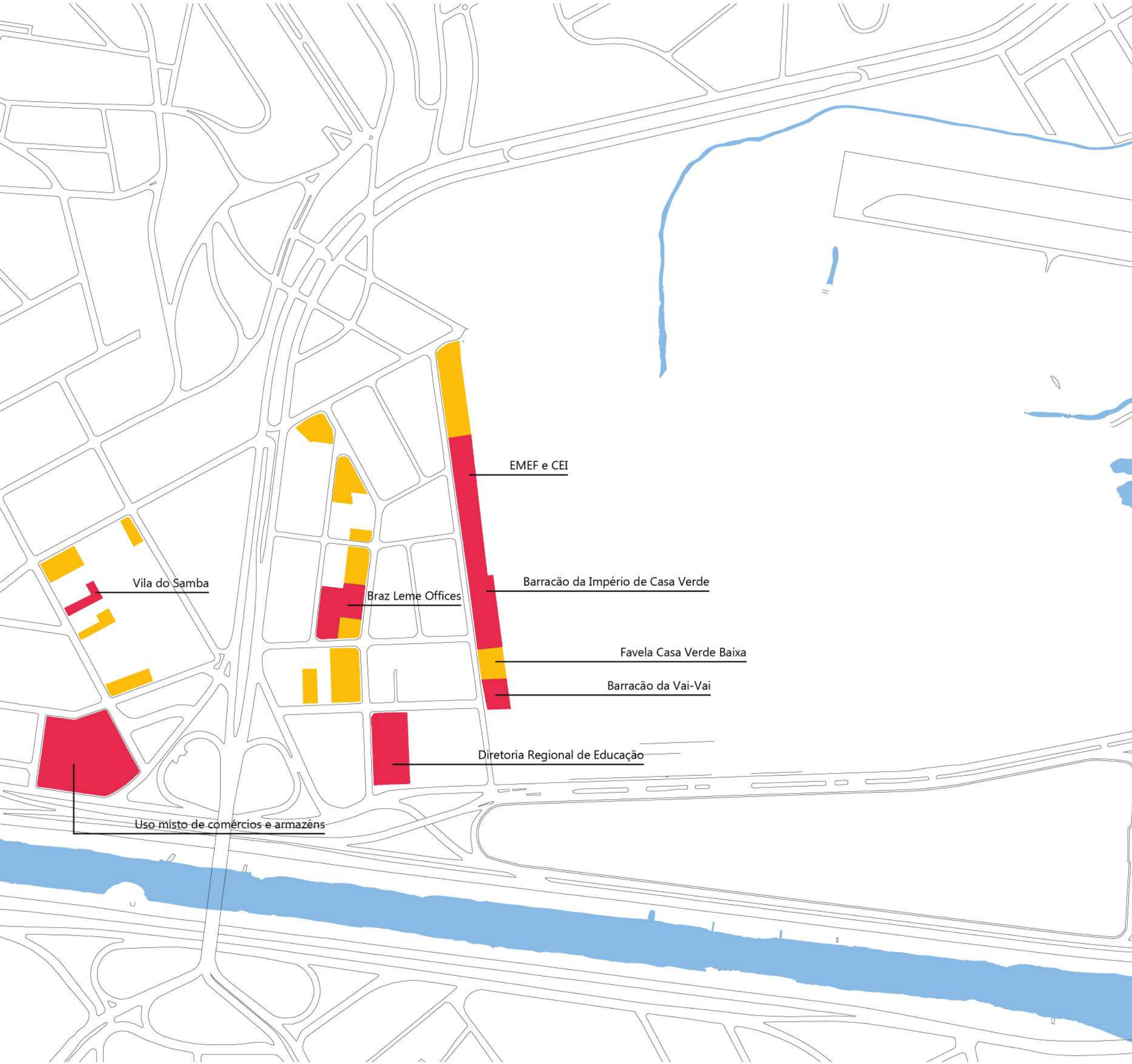
ENSAIO DE DESENHO _ 06:
**EDIFICAÇÕES EXISTENTES
A MANTER NO PERÍMETRO**



Usos não residenciais



Usos residenciais



ENSAIO DE DESENHO _ 07: NOVOS USOS E NOVAS RELAÇÕES



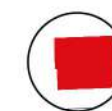
Usos não residenciais, que podem compor edificações de usos mistos e podem ser disponibilizados em articulação com métodos de economia solidária



Usos residenciais com novas construções: variedades tipológicas e estruturas nos terrenos que prevejam possibilidades de inundação e priorização de vínculos com produção de HIS



Melhorias em passeios com nivelamento de faixas de pedestres para priorizar o caminhar do pedestre e promover diminuição da velocidade de veículos



Edificações subutilizadas existentes localizadas no tecido do "Permanecer" a serem incorporadas como áreas de intervenção complementar para demanda habitacional

Sugestão para instalação de equipamento público do tipo Biblioteca ou Centro de Atendimento Psicossocial dada as ausências na região e as condições enquanto equipamentos de grande valor de uso aos bairros

ENSAIO DE DESENHO _ 08:
**ESPAÇOS LIVRES E
PERMEABILIDADES**



Áreas vegetadas com possibilidades de jardins, pomares, quintais e parque



Cursos da água, lagos e outros tipos de bacia de retenção que possibilitem contatos com a água



Campos de futebol de várzea



Biovaletas nas calçadas - instrumento aplicável também na área do "Permanecer", pois, ajudam a reter as águas que descem para as cotas mais baixas



Piso permeável com paginação marcando área onde passava o antigo curso do Tietê

Córrego Tenente Rocha

Área prevista do Parque
Municipal do Campo de Marte

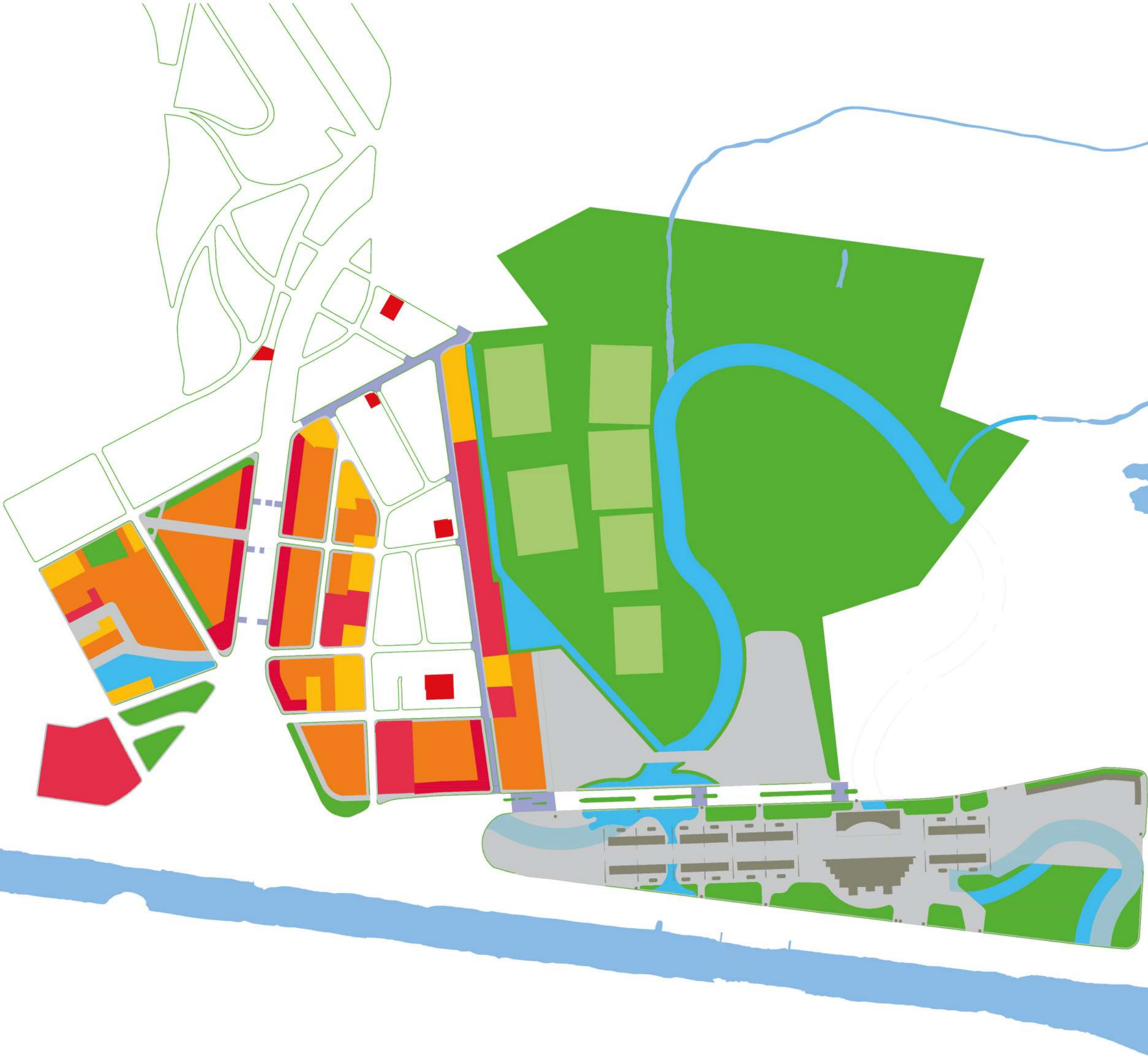
Curso do antigo
meandro a ser
redesenhado como
instrumento de
drenagem e memória

Manutenção dos
estacionamentos
de alegorias como
espaços multiuso,
onde a presença das
alegorias também pode
incorporar ao parque
como exposição

Incorporação do Sambódromo à
formação de Parque, mantendo a
pista e as áreas de concentração e
dispersão como áreas secas mas
aumentando a permeabilidade de
água no restante

ENSAIO DE DESENHO _ 09:
RESULTADO GERAL

-  Usos não residenciais a manter
-  Usos residenciais a manter
-  Usos não residenciais a criar.
-  Usos residenciais a criar.
Área: 68.677 m²
Potencial a 4 de C.A.: 274.708 m²
-  Edifícios subutilizados
-  Intervenções viárias
-  Áreas Verdes
-  Pontos de água



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido buscou construir bases de reflexão para a elaboração de desenhos urbanos que façam sentido ao contexto de constituição da zona norte, onde o pequeno estudo realizado aproxima o olhar para um conjunto de relações existentes na Casa Verde que poderiam ser matrizes para projetos distintos dos instrumentos atualmente existentes. O estudo não teve a pretensão de resolver plenamente as demandas locais ou regionais, contudo, ele aponta relações preliminares para o desenvolvimento mais aprofundado de projetos na região, bem como tem a intenção de mostrar formas de planejamento que podem ser aproveitadas em outras localidades da zona norte.

É necessário destacar que o Sambódromo e a área do Campo de Marte prevista para transformação em parque municipal não compõem o distrito da Casa Verde, oficialmente eles estão já no distrito de Santana. Porém, essa demarcação oficial não corresponde aos fluxos cotidianos do entorno imediato desses equipamentos, visto que esses fluxos são compostos pelas habitações do distrito da Casa Verde (proveniente dos loteamentos residenciais lindeiros aos equipamentos em questão), por isso, esse limite oficial de distrito não foi lido como impeditivo para a delimitação do perímetro de intervenção.

A principal provocação feita que articula as referências da Parte 1 com os desdobramentos da Parte 2 é da necessária reflexão do valor de uso como mote de projeto de desenho urbano, onde a formação dos lugares, sociabilidades, memórias se vinculam com a constituição de relações habitacionais que passam das unidades de moradia até as afetividades de bairro, de modo a consolidar o espaço com a constituição do direito à paisagem.

O foco na porção mais próxima ao Tietê decorreu da visão de romper com o histórico processo de expansão periférica que avança barreiras naturais e lança a população em localidades cada vez mais distantes e mais precárias. Instrumentos como as ZEIS que aparecem de maneira generalizada e genérica nas extremidades da Cachoeirinha e da Brasilândia são relevantes enquanto formas de garantias mínimas à população desses locais, contudo, esses instrumentos não são suficientes para a consolidação da população na zona norte e, além disso, eles tendem a perder a sua força para desdobramentos práticos

nesses lugares se a pressão habitacional não diminuir, visto que não há condições ambientais e urbanas suficientes nessas localidades para continuar a absorver o aumento de contingente populacional repellido das áreas de valorização imobiliária.

Dessa forma, apesar do trabalho convergir com as premissas do Plano Diretor em reconhecer as potencialidades no entorno do Tietê como local estratégico passível de transformação de usos e possibilidades de maiores adensamentos – a ponto de ter seu estudo de aproximação escolhido dentro dessa área –, ele diverge dos instrumentos e processos em curso que dialogam com a transformação dessa paisagem de um espectro do industrial ao imobiliário-financeiro ao invés da consolidação habitacional e cultural.

Evidencia-se aqui a necessidade de romper com a visão do Tietê e o seu entorno como espaço a serviço unicamente metropolitano, o desenho urbano em discussão no trabalho tensiona que esse local seja olhado pelas demandas internas de desenho da zona norte em oposição às lógicas externas, que disputam essa região desde o início de retificação do rio.

Por fim, ressalta-se que novos aprofundamentos devem ser realizados para a continuidade das reflexões propostas, bem como outros desenhos são possíveis e desejáveis para vislumbrar relações diversas entre as variedades de camadas que compõem a zona norte. Porém, uma das direções possíveis de pesquisa que merece destaque requerendo maior compreensão em termos de impactos de infraestruturas na zona norte é a presença do Rodoanel junto à Serra, que pode promover processos que, de um lado, são similares à construção das marginais sobre o Tietê em relação a implantação sobre área de interface com fronteira ambiental e ao posicionamento de uma grande infraestrutura rodoviária a serviço de interesses macroeconômicos e poucas articulações de usos locais, mas, por outro lado, os impactos podem ser ainda mais graves por se tratar de uma via que não possui nenhuma ligação de acesso nos bairros das adjacências e por se instalar em territórios ainda mais vulneráveis e populosos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANELLI, Renato. **Redes de mobilidade e urbanismo em São Paulo. Das radiais/perimetrais do Plano de Avenidas à malha direcional PUB.** *Arquitextos*, São Paulo, ano 07, n. 082.00, Vitruvius, mar. 2007
<<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.082/259>>.
- ANGILELI, Cecília Maria de Moraes Machado. **Chão.** Tese de Doutorado. FAUUSP. São Paulo, 2012.
- ANGILELI, Cecília Maria de Moraes Machado. **Paisagens Reveladas no cotidiano da periferia.** Giostri Editora. São Paulo, 2014.
- BARONETTI, Bruno Sanches. **Da oficialização ao Sambódromo: Um estudo sobre as escolas de samba de São Paulo (1968-1996).** Dissertação de Mestrado. FFLCH. São Paulo, 2013.
- CANAVERDE, Andrea Aparecida. **Do Além-Tietê às novas áreas de centralidade – estudo da produção de centralidade na zona norte de São Paulo.** Dissertação de mestrado. São Paulo, 2007.
- FUJITA, Camila. **Dilema urbano-ambiental na formação do território brasileiro: desafios ao planejamento urbano no Brasil.** Tese de doutorado. São Paulo, 2008.
- HÍMACO, Grupo. **A enchente de 1929 na cidade de São Paulo: memória, história e novas abordagens de pesquisa.** Em: Revista do Arquivo Geral do Rio de Janeiro, nº 08. Rio de Janeiro, 2014.
- KAÇULA, Tadeu. **Casa Verde – Uma Pequena África Paulistana.** Editora LiberArs. São Paulo, 2020.
- KAHTOUNI, Saide Kahtouni; MAGNOLI, Miranda Martinelli Magnoli e TOMIGA, Yasuko (Orgs.). **Discutindo a Paisagem – Coleção Paisagem Aberta.** RiMa Editora. São Carlos:2006.
- MENDONÇA, Giselle Kristina Barbosa de. **Infraestrutura urbana: Uma investigação sobre pontes em São Paulo.** Trabalho Final de Graduação. FAUUSP. 2012.

PESSOA, Jorge. **Entrevista com Benjamin Adiron Ribeiro**. Entrevista, São Paulo, ano 16, n. 062.02, Vitruvius, maio 2015
<<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/16.062/5523>>.

POCHMANN, Marcio. **O Mito da grande classe média**. Boitempo. São Paulo, 2014.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros**. Tese de Livre Docência. FAU-USP. São Paulo, 2012.

RIO, Vicente. **Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento**. Editora Pini. 1990.

RIO, Vicente del; SIEMBIEDA, William (Orgs). **Desenho Urbano Contemporâneo no Brasil**. Grupo Gen, Rio de Janeiro RJ; 1ª Edição, 2013.

RUFINO, Maria Beatriz Cruz. **Do zoneamento às Operações Urbanas Consorciadas: Planejamento Urbano e Produção Imobiliária na mercantilização do espaço em São Paulo (1970-2017)**. Em: Imediato, global e total na produção do espaço: A financeirização da cidade de São Paulo no século XXI (Organizador: Paulo Cesar Xavier Pereira). FAUUSP. São Paulo, 2018.

SAMORA, Patrícia Rodrigues. **Projeto de habitação em favelas: especificidades e parâmetros de qualidades**. Tese de Doutorado. FAUUSP. São Paulo, 2009.

SANTOS, Maria Gabriela Feitosa dos. **A formação do Parque Peruche como Território Negro. Artigo publicado no V ENANPARQ**. Salvador, 2018.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**. EDUSP. São Paulo, 2º edição, 2009.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. EDUSP. São Paulo, 2º edição, 2009.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Urbanização e fragmentação cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão**. Tese de Livre Docência. FFLCH-USP. São Paulo, 2003.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Os Meandros dos Rios nos Meandros do Poder**.

Tietê e Pinheiros: Valorização dos Rios e das Várzeas na cidade de São Paulo. Alameda. São Paulo, 2015.

SILVA, Mônica Nazaré Espírito Santo da. **Investigação projetual em habitação social: O caso da “Vila da Barca” (Belém-PA)**. Dissertação de mestrado. UFPA. Belém, 2013.

XAVIER, Iara Rolnik. **Projeto migratório e espaço: os migrantes bolivianos na Região Metropolitana de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. UNICAMP. Campinas, 2010.

Notícias e matérias:

SETO, Guilherme. Parque Campo de Marte, em SP, terá 2,5 km de trilhas e campos padrão Fifa. Folha de São Paulo. 24 de Outubro de 2017.
<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/10/1929567-parque-campo-de-marte-em-sp-tera-25-km-de-trilhas-e-campos-padrao-fifa.shtml>> (acesso em Maio/2020)

Sem autoria específica. **Cerca em apenas um lado de praça de SP provoca crítica de vizinhos**. Agora São Paulo. 09 de setembro de 2019. <<https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2019/09/cerca-em-apenas-um-lado-de-praca-de-sp-provoca-critica-de-vizinhos.shtml>> (acesso em Maio/2020)

Sem autoria específica. **A hora e a vez da Zona Norte receber novos investimentos. Encontro discutiu os caminhos**. Diário Zona Norte. 13 de dezembro de 2017. <<https://www.diariozonanorte.com.br/a-hora-e-a-vez-da-zona-norte-receber-novos-investimentos-encontro-discutiu-os-caminhos/>> (acesso em Maio/2020)

SANT’ANNA, Emilio; TAKAHASHI, Fábio; DIEGUES, Leonardo e DUCROQUET, Simon. **São Paulo revive mesmas enchentes há 91 anos**. Folha de São Paulo. 15 de fevereiro de 2020. <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/02/sao-paulo-revive-mesmas-enchentes-ha-91-anos.shtml>> (acesso em Maio/2020)

SILVA, Fernanda Pinheiro da. **Natureza e Consenso: Uma reflexão a partir do Tietê**. Le Monde Diplomatique Brasil. Acervo Online, 11 de abril de 2018.
<<https://diplomatique.org.br/uma-reflexao-a-partir-do-rio-tiete/>> (acesso em Maio/2020)

MORAES, Marcia Somam. **Das lavouras de café ao Sambódromo**. Jornal da USP, Ano XXII, nº790 (12 a 17 de fevereiro de 2017).
<<http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2007/jusp790/pag0809.htm>> (acesso em Maio/2020)

